

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS**  
**SOCIAIS EM**  
**DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E**  
**SOCIEDADE**

**DISSERTAÇÃO**

**A Política Agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo,  
Legislação e Mobilização**

**Bernard José Pereira Alves**

**2010**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**A POLÍTICA AGRÁRIA DE LEONEL BRIZOLA NO RIO GRANDE DO  
SUL: GOVERNO, LEGISLAÇÃO E MOBILIZAÇÃO.**

**BERNARD JOSÉ PEREIRA ALVES**

Sob a orientação do professor  
**Luiz Flávio de Carvalho Costa**

Dissertação submetida como requisito  
parcial para obtenção do grau de  
**Mestre em Ciências**, no Curso de  
Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade

Rio de Janeiro, RJ  
Março de 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM  
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**BERNARD JOSÉ PEREIRA ALVES**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências, no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade.

**DISSERTAÇÃO APROVADA EM 29/03/2010**

---

Luiz Flávio de Carvalho Costa Dr. CPDA/UFRRJ  
(orientador)

---

Leonilde Servolo de Medeiros Dra. CPDA/UFRRJ

---

Marcelo Carvalho Rosa Dr. SOL/UNB

## AGRADECIMENTOS

Agradecer a todos aqueles que de alguma maneira foram presentes e importantes nesses últimos dois anos é quase tão difícil como fazer essa dissertação. Entretanto, se em determinados momentos da elaboração do trabalho, as palavras me sobravam, agora, elas me faltam. Não porque não sei a quem dizê-las, mas porque não acho palavras perfeitas o bastante para demonstrar o quanto sou grato a essas pessoas.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer aos meus pais, Celso e Rita, pelo apoio constante e pela compreensão de minhas ausências durante a realização do mestrado. Professores que são, verdadeiros mestres, sempre ensinaram aos filhos importância da dedicação aos estudos. Aos dois, meu eterno agradecimento. Agradeço ainda aos meus irmãos, Guilherme e Vinícius, que de forma semelhante conviveram com um irmão ausente, mas que não deixava de lembrá-los nem de se sentir lembrado por um só dia. Gostaria de agradecer também a meus avós, que perdi no transcorrer desse percurso, mas que serão lembrados por mim como exemplos de vida, sem os quais não seria quem sou hoje. À minha querida avó Minda, avô Nilo e avô Celso, minhas eternas saudades.

Gostaria de agradecer também a algumas pessoas que foram determinantes nos caminhos que iniciei dentro da universidade, me permitindo aprender mais e vislumbrar novas possibilidades. Ao professor Marcelo Rosa, meu primeiro e constante orientador, meu agradecimento pela oportunidade de começar a aprender a fazer pesquisa e pelo estímulo em dar continuidade a ela. À professora Lygia Sigaud, com quem tive o privilégio de conviver durante quase três anos, minha reverência pela seriedade com que tratava a produção do conhecimento científico, sempre levarei comigo as preciosas lições que aprendi com ela.

Gostaria de agradecer também a todos aqueles que dispuseram a me ajudar durante a realização do trabalho de campo. Pessoas como Seu Antônio e dona Nadir, que me receberam em sua casa como se me conhecessem por longo tempo. Além deles, não poderia deixar de agradecer à Romeu Barleze, João Manuel Ribeiro, Francisco dos Santos e Paulo Schmidt, pela disposição que tiveram em me receber em suas casas, em algumas oportunidades por mais de uma vez, para dividir comigo suas memórias. Este trabalho não poderia ter sido realizado sem eles.

Não poderia me esquecer de registrar meu agradecimento ao CPDA, programa que permitiu não somente uma formação sólida, mas também condições de realizar minha pesquisa. Agradeço aos funcionários pela presteza e boa vontade, e aos professores, pela dedicação e prazer em ensinar. Agradeço também ao professor Luiz Flávio, pelo apoio e entusiasmo que sempre demonstrou a frente da orientação deste trabalho.

Além disso, o CPDA também me permitiu fazer novos e grandes amigos, quando iniciei o mestrado não imaginava que ainda poderia ter uma “turma”, acreditava que os diferentes momentos da vida de cada um não possibilitariam nada além do que nos tornássemos simplesmente colegas. Enganei-me, tive a oportunidade de consolidar amizades que levarei por toda vida. Meus sinceros agradecimentos à Serginho, Felipe, Zé, Aline, Hugo, Jú, Fernanda, Sheila, Fabrício, Elicardo, Marcelo, Christian e Júlia. Amizades que se somam à Ruy, Garcia, Joyce e outros, mais antigos, mas igualmente importantes.

Por fim, um agradecimento especial à Manuela, pessoa com quem divido sonhos e aprendo cada dia a buscar sempre o melhor, mas sem perder a sensibilidade de apreciar e viver as coisas importantes da vida. À ela, que foi fundamental na finalização dessa etapa e na

abertura de meus *novos horizontes*, meu carinho.

“Eu não consigo entender para que essa barbaridade de fazenda. Sou analfabeto, estudei só sete meses no ABC. Então, eu posso até estar ofendendo os doutores – eles é que não podem me ofender, porque eles sabem tudo – mas queria saber pra que tanta terra? Será pra botar uns bichinhos?”  
(Paulino Pagani, assentado do Banhado do Colégio)

## RESUMO

ALVES, Bernard José Pereira. **A Política Agrária de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul: Governo, Legislação e Mobilização.** 115 p. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

Há uma vasta gama de trabalhos relacionados aos debates sobre reforma agrária no Brasil entre as décadas de 1950 e 1960. Entretanto, grande parte deles diz respeito a análises concentradas sob o prisma do governo federal e disputas acerca de diferentes interpretações sobre o problema agrário brasileiro no Congresso Nacional. Ademais, quando as análises se concentram nos casos específicos do enfrentamento destas questões pelos estados, geralmente são orientadas a partir da atividade de atores como movimentos sociais, a Igreja, sindicatos, entre outros. Neste sentido, a atuação dos governos estaduais tende a ser entendida como mera resposta às mobilizações em favor da reforma agrária.

Este trabalho, realizado a partir do caso do Rio Grande do Sul, propõe-se a desfazer algumas dessas impressões. Por meio de uma pesquisa baseada em um vasto material documental e entrevistas pôde-se verificar que a emergência de mobilizações locais por reforma agrária tiveram estreita relação com representantes do governo de Leonel Brizola (1959-1963). Este último incentivou a formação de associações de trabalhadores rurais sem-terra que eram responsáveis pela maior parte das demandas por reforma agrária no estado. Diante da ação desses grupos, o governo mobilizava determinados artigos da Constituição do estado para atender a demanda por terra.

Dessa forma, o trabalho se concentra em analisar a construção da política agrária do governo Leonel Brizola. Entretanto, diante das questões colocadas, faz-se necessário que amplie o campo de análise para além dos limites do próprio governo, explorando tanto a construção desses dispositivos constitucionais, quanto o processo de formação dos grupos responsáveis pelas mobilizações, produzindo a interdependência necessária para a promoção dos projetos de colonização.

**Palavras-chave:** Política Agrária; Rio Grande do Sul; Governo Leonel Brizola (1959-1963); legislação; mobilização.

## ABSTRACT

ALVES, Bernard José Pereira. **Leonel Brizola's agrarian public policies in Rio Grande do Sul: Government, Legislation and Mobilization.** 115 p. Master's dissertation in Social Sciences. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Seropédica: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2010.

There is a wide variety of studies related to the debates on land reform in Brazil in the 1950s and 1960s. However, most of them regard the federal government and the disputes concerning the different interpretations on the Brazilian agrarian issue in the National Congress. Furthermore, when the analyses focus these disputes from the states' specific cases, they are generally oriented by the social actors' activities, such as social movements, the Church, labor unions, among others. In this sense, the states governments' acts are interpreted as a mere response to the mobilizations in favor of land reform.

This study, conducted in Rio Grande do Sul, aims to go beyond some of those impressions. Based on a documentary research and interviews, it was possible to verify that the emergence of local land reform mobilizations have had a meaningful relation with the Leonel Brizola's government representatives (1959-1963). This government has given incentives to landless rural workers associations' formation, which were responsible by most of the land demands in the state. From these groups' actions, the government mobilized some articles from the state Constitution in order to meet this demand.

Therefore, this study analyzes the Leonel Brizola's agrarian public policies. However, facing the questions posed by this subject, it's necessary to amplify the analysis field beyond the limits of the government itself, exploring the construction of these constitutional articles, as well as the formation process of groups responsible by the mobilizations, which produced the necessary interdependence to the colonization projects' promotion.

**Key words:** Agrarian public policies, Rio Grande do Sul; Governo Leonel Brizola (1959-1963); legislation; mobilization.



## LISTA DE FIGURAS E TABELAS

Figura 1: Registro dos projetos de habitação popular da CETH.....	19
Figura 2: Acampamento do Capão da Cascavel.....	34
Figura 3: Acampamento do Capão da Cascavel.....	36
Figura 4: Acampamento do Capão da Cascavel.....	40
Figura 5: Missa realizada no acampamento do Capão da Cascavel.....	43
Tabela 1. Mobilizações por terra (1960-1964).....	46
Figura 6: Registro de Agricultores Pretendentes a Terra.....	64
Figura 7: Entrega dos Títulos de Concessão no Banhado do Colégio.....	70
Figura 8: Sorteio dos lotes em Itapuã.....	72
Tabela 2. Legitimação de terras para Pequenos Agricultores (1960-1961).....	73
Figura 9: Modelo de Título de Concessão.....	78

## LISTA DE SIGLAS

CEERG –	Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense
CEPE –	Comissão Estadual de Prédios Escolares
CETH –	Comissão Estadual de Terras e Habitação
CNBB –	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CNT –	Companhia Telefônica Nacional
CONTAG –	Confederação dos Trabalhadores Agrícolas
FARSUL –	Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul
GT 14 –	Grupo de Trabalho 14
INCRA –	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IGRA –	Instituto Gaúcho de Reforma Agrária
IT&T –	International Telephone & Telegraph Corporation
ITR –	Imposto Territorial Rural
MASTER –	Movimento dos Agricultores Sem Terra
PCB –	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB –	Partido Comunista do Brasil
PL –	Partido Libertador
PRP –	Partido da Representação Popular
PSD –	Partido Social Democrático
PSP –	Partido Social Progressista
PTB –	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC –	Pontifícia Universidade Católica
SUPRA –	Superintendência de Política e Reforma Agrária
UDN –	União Democrática Nacional
ULTAB –	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UFRGS –	Universidade Federal do Rio Grande do Sul



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>01</b>
<b>CAPÍTULO I – CRIANDO O APARATO PARA A REFORMA AGRÁRIA.....</b>	<b>06</b>
1.1 - Um breve panorama da Questão Agrária nacional entre as décadas de 1950 e 1960.....	06
1.2 - Algumas Prioridades de Governo: “Nenhuma criança sem escola” e a encampação das empresas estrangeiras.....	12
1.3 - A CETH e o GT -14: Criando as bases.....	16
1.4 - IGRA: Consolidando a forma.....	21
1.5 – Aprendendo a fazer: Política e Reforma Agrária.....	26
<b>CAPITULO II – AS MOBILIZAÇÕES: GOVERNO E MOVIMENTO EM UMA LIGAÇÃO “UMBILICAL”.....</b>	<b>32</b>
2.1 – A Fazenda Sarandi: palco inaugural das mobilizações.....	32
2.2 – O Banhado do Colégio e as demais mobilizações: a ampliação das ações em território conhecido.....	44
2.3 – O MASTER: interseção das associações.....	49
<b>CAPÍTULO III – ASSENTADOS, PROJETOS E REAÇÕES.....</b>	<b>63</b>
3.1 – O “vestibular” dos sem-terra o apelo ao latifúndio.....	63
3.2 – Os Planos de Colonização e Reforma Agrária.....	67
3.3 – As reações à Reforma Agrária.....	74
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>80</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>83</b>
<b>ENTREVISTAS UTILIZADAS.....</b>	<b>86</b>





## INTRODUÇÃO

Os caminhos que me levaram a estudar a política agrária do governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul (1959-1963) não são tão recentes. A aproximação com o tema veio ainda durante minha graduação, quando recebi um convite para participar de um projeto como bolsista de iniciação científica. Com aquela oportunidade, no início do ano de 2006, tive contato a prática de pesquisa nas Ciências Sociais, conheci um caminho e logo percebi que este seria longo, mas, ao mesmo, tempo bastante desafiador.

Minhas primeiras incursões sobre “*as coisas do Rio Grande do Sul*” se deram por meio de enorme pilha de documentos antigos que outros pesquisadores pertencentes ao mesmo grupo de pesquisa que eu havia começado a fazer parte tinham recolhido no trabalho de campo poucos meses antes. Minha função era fazer a reprodução destes digitalmente, para que os originais fossem devolvidos ao dono, sem que deixássemos de dispor daquele material que indicava ser de grande valor. Eram atas, decretos, registros de comunicações internas, projetos, fotos, uma enormidade de tipos e números de materiais relacionados à criação e ao desenvolvimento dos projetos de reforma agrária daquele governo. A obrigatoriedade de me debruçar sobre estes para realizar a catalogação e reprodução de seus componentes me fez verificar a possibilidade de refazer parte importante dos projetos de reforma agrária do governo Brizola por meio deles. Diante do recorte imposto ao trabalho do grupo, tendo em vista que a pretensão da pesquisa estava mais orientada para as ações de coletivas de reivindicação por terra do que propriamente a política estatal, fui estimulado pelos professores a explorar mais daquele material, que acabou por me trazer até aqui. Dessa forma, muitas das informações que orientaram os primeiros passos tomados neste trabalho foram resultantes de investimentos de outros pesquisadores que, gentilmente, me permitiram utilizar não somente essa documentação que foi colhida por eles, mas também parte das entrevistas que puderam realizar em suas incursões a campo.

Por outro lado, se todo esse apoio prestado foi fundamental para que iniciasse a feitura deste trabalho, como na elaboração do projeto de mestrado e da proposta de qualificação; por outro, por vezes a utilização de materiais colhidos e produzidos por outros pesquisadores também me trazia restrições. Muitas das indagações que orientaram suas buscas não eram necessariamente as mesmas que eu me propunha contemplar. Esta questão somente foi resolvida com a realização do trabalho de campo, que me permitiu não somente colher meus próprios dados, mas também fazer minhas próprias perguntas. A experiência do trabalho de campo, apesar de relativamente curta, mesmo para os padrões do mestrado, me possibilitou recolher novas informações, entrevistas outras pessoas, enriquecer ainda mais a documentação que já possuía e, assim, visitar os materiais que já dispunha para explorar novas possibilidades.

O trabalho de campo foi realizado por onze dias consecutivos do mês de julho de 2009. Viajei para o Rio Grande do Sul com duas tarefas principais a serem realizadas. A primeira delas era coletar a última parte do levantamento bibliográfico que havia feito e não tinha a minha disposição no Rio de Janeiro como algumas teses de doutorado, dissertações de mestrado e outros livros que, apesar de conseguir mapear sua existência, não tinha a oportunidade de ter acesso. A segunda tarefa que tinha me obrigado a realizar era uma entrevista com um ex-funcionário do governo gaúcho, dono de todo o material que mencionei anteriormente. Apesar de dispor da entrevista que ele havia concedido aos membros do grupo de pesquisa que eu havia feito parte, tinha dúvidas mais direcionadas a questões de minha pesquisa e, além disso, esperava conseguir nessa entrevista contatos de pessoas que poderiam trazer novas contribuições. Uma das dificuldades que encontradas era localizar pessoas que

tinham feito parte daqueles eventos que pesquisava, por razão do tempo transcorrido, a maioria deles já se encontra em idade avançada, na casa dos 80 anos. Uma vez cumpridas essas duas etapas pré-determinadas do trabalho de campo, planejava viajar ao interior do estado do Rio Grande do Sul, para os lugares onde ocorreram as primeiras ocupações de terra daquele período.

Seguindo o planejamento passei os primeiros dias em Porto Alegre dividindo-os entre constantes idas e vindas nas diferentes bibliotecas da cidade e nas tentativas de marcar a entrevista com Paulo Schmidt, o ex-funcionário do governo gaúcho, dono do material que mencionei anteriormente. Depois de algumas tentativas consegui agendar uma conversa no fim da tarde de meu terceiro dia no campo, na sede da ASSINCRA (Associação dos funcionários do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA). Cheguei ao local no horário combinado, pouco antes do entrevistado, que estava lá minutos depois. Rapidamente ele conseguiu uma sala vazia e se pôs a disposição de conversar, não sem antes me avisar que havia ligado na noite anterior para o Professor Marcelo Rosa – que havia sido meu orientador de iniciação científica e tinha me repassado o contato do entrevistado – para checar se a história que eu havia lido para solicitar a marcação da entrevista era verdadeira. Segundo Schmidt, precisava se resguardar e saber para quem estava contando aquela história. Aquela primeira entrevista serviu muito mais para uma primeira aproximação do que para que eu colocasse questões. Até porque Schmidt é do tipo de entrevistado que não precisa necessariamente de perguntas para lhe fornecer as respostas. Em função do tempo disponível naquele dia, a ASSINCRA fechava perto das 18h30min., não pudemos prolongar muito a conversa. Deixamos marcado um segundo encontro, dois dias depois, em sua residência.

Passei o dia seguinte terminando a coleta dos últimos itens do levantamento bibliográfico. Conforme combinado, na manhã seguinte segui para a casa de Schmidt para a segunda entrevista, desta vez com mais tempo. Além de todas as informações que pude colher, que aparecerão por diversas vezes em diferentes momentos dessa dissertação, foi por meio desta que consegui uma pista sobre um homem que trouxe informações fundamentais para a pesquisa. Dentre os vários temas abordados, um deles era o paradeiro de mais alguém que havia, assim como Schmidt, participado do governo de Brizola. Ele falou de um nome que já havia aparecido em outros materiais do governo que eu havia analisado, um homem chamado Romeu Barleze. Eles tinham se encontrado poucos anos atrás, num evento na UFRGS, e desde então não haviam se falado mais. Porém, Schmidt se recordava que Barleze morava naquela época em Carazinho, cidade localizada a quase 400 quilômetros de Porto Alegre.

Já tendo cumprido a parte do trabalho de campo que tinha que realizar na capital do estado resolvi ir diretamente da casa de Schmidt para a rodoviária da cidade a fim seguir viagem para Carazinho. Ao me despedir recebi dele dois cartões de visita, um para mim e outro para que entregasse a Barleze, caso o encontrasse. No verso do último Schmidt escreveu que havia me passado o seu nome e pedia que Barleze me recebesse e me ajudasse. Conforme fez quando ligou para o Rio de Janeiro para confirmar se podia me contar a história que eu procurava, naquele cartão de visita Schmidt referendava meu futuro pedido à Barleze para que também me contasse sua história.

Passei o resto daquele dia no trajeto até Carazinho, cheguei à cidade perto da meia-noite. Na manhã seguinte resolvi seguir a pé de onde estava hospedado até o centro da cidade, sobre Barleze somente tinha o nome e a informação que havia sido político, pensei em procurar informações sobre ele na prefeitura. Pedi informações sobre a localização desta e segui na direção que me apontaram, após alguns metros passei na frente da Câmara de Vereadores da cidade, resolvi entrar e ver se conseguia algo. Ao entrar no prédio segui até



recepção, me apresentei como estudante que estava fazendo uma pesquisa e perguntei à uma mulher por Romeu Barleze, ela fez uma expressão de dúvida e sem falar mais nada pediu que eu esperasse um pouco. Deu-me as costas e entrou em um corredor lateral, alguns minutos depois a mulher voltou e me pediu que lhe acompanhasse. Eu a segui pelo corredor até o gabinete de um vereador do PTB local, ela me pediu para entrar e me sentar. Era uma sala pequena, como uma enorme foto de Brizola que ia do teto até o chão de uma das paredes. Quando cheguei até a sala lá estavam o próprio vereador e uma assessora que não paravam de falar de outros assuntos. Inicialmente achei que estava havendo algum engano e interrompi os dois, mas o vereador retrucou dizendo “espera um minuto que já falo com você”. Sem muitas opções resolvi esperar, passei mais alguns minutos ouvindo a conversa dos dois quando um senhor entra na sala e o vereador olha para mim e diz “olha aí quem você está procurando”. Realizadas as devidas apresentações, pois tanto eu não esperava encontrar Barleze tão rápido, quanto o próprio não esperava alguém lhe procurando para falar de algo que aconteceu há mais de 40 anos, repassei à Barleze o cartão de Schmidt e consegui marcar para a tarde daquele mesmo dia a entrevista com ele.

Assim como Schmidt, a entrevista com Romeu Barleze também produziu informações que serão largamente exploradas no trabalho. O último, assim como o primeiro, tinha trabalhado no governo do estado, no instituto que fora criado para promover os projetos de reforma agrária e, além disso, tinha feito parte de um movimento de agricultores sem-terra que emergiu no estado durante o governo Brizola. Por último, assim como Schmidt, Barleze também havia guardado muitos documentos referentes a seu trabalho no governo, mas diferentemente do colega, ele havia doado toda a documentação para um museu da cidade. Tive de permanecer por dois dias em Carazinho para que pudesse ter acesso e fazer cópias do material.

Cumprida essa etapa, e sem novas pistas sobre pessoas que haviam trabalhado no governo, optei por tentar contemplar o outro lado de qualquer política pública. Se já havia cumprido a parte referente a quem produziu e implementou a política de reforma agrária, faltava buscar pessoas que tivessem visto de perto e emergência dos movimentos de demanda e que tivessem sido contempladas nos planos de reforma agrária. Dessa maneira, segui de Carazinho para Ronda Alta, cidade de onde teria saído o grupo responsável por aquele que ficou conhecido como primeiro acampamento dos sem-terra realizado durante o governo Brizola, em janeiro de 1962.

As informações que tinha sobre Ronda Alta não favoreciam muito para que encontrasse grandes novidades. Tinha somente o nome de um homem que sabia que havia sido prefeito da cidade, mas que na época do acampamento, trabalhava na prefeitura da cidade de Sarandi, vizinha de Ronda Alta, e local onde ficava a fazenda onde foi realizado o tal acampamento. Deixei o local onde estava hospedado para procurar informações sobre o ex-prefeito. Mais uma vez, tinha somente um nome, João Manuel Ribeiro. Resolvi tentar conseguir alguma informação numa pequena loja da cidade e tive como resposta que a casa da família do homem que eu procurava ficava numa rua logo adiante. Ao chegar ao local, me identifiquei e fui atendido por Dona Nilsa, esposa de João Manuel Ribeiro. Ela me pediu que voltasse ao final daquela tarde, porque seu marido descansava naquele momento, mas que mesmo assim ficaria muito feliz em ajudar a qualquer um que estivesse fazendo uma pesquisa “sobre Brizola”.

Voltei a casa de Seu João na hora combinada, ele me aguardava na cozinha da casa. Junto dele estavam também a esposa e seu filho Juliano Ribeiro, que atualmente é vereador pelo PTB e presidente da Câmara Municipal de Ronda Alta. A entrevista com João Manuel foi importante porque além de conseguir informações sobre o acampamento que ocorreu na região em 1962, ele me deu possibilidades de achar outro personagem ligado a esse evento.

Segundo João Manuel, um primo dele, chamado Francisco dos Santos, conhecido na região como Chiquinho das Éguas, tinha tido importante função no acampamento, além de ter sido um dos assentados pelo governo. Sabendo de meu interesse em falar com Seu Francisco, Juliano Ribeiro, filho de João Manuel, se ofereceu para me levar no dia seguinte à casa de seu tio.

A oportunidade de falar com Seu Francisco, um dos assentados que participaram do primeiro acampamento noticiado daquela região era a oportunidade de conseguir informações de referentes a um grupo de pessoas que ainda não tinha sido capaz de contemplar, os assentados. Estes que, por sua vez, estiveram presentes também no processo de mobilização que originou o acampamento.

Assim como combinado, encontrei com Juliano Ribeiro na frente da Câmara Municipal e de lá seguimos em seu fusca é a propriedade de Seu Francisco. As terras recebidas pelo último, assim como as demais distribuídas na época, ficam a quase meia hora de carro do centro de Ronda Alta, até hoje não há transporte público ligando a região ao centro da cidade. Ao chegarmos fui apresentado à Seu Francisco, que ao saber que queria conhecer a “*história do acampamento do Brizola*”, disse que já a havia contado outras vezes, mas que falaria novamente sem problemas. Apesar da idade bastante avançada, mais de 90 anos, o homem contava detalhes sobre a organização do acampamento com uma riqueza de detalhes que impressionava. Conversamos por mais de uma hora e voltei para a cidade junto com Juliano Ribeiro.

Depois de concluir a entrevista resolvi voltar à capital e tentar nos últimos dias que me restaram ter acesso a alguns materiais que ainda não tinha conseguido localizar e concluir aquela etapa da pesquisa. Certamente, o trabalho de campo foi fundamental para o resultado que esta posto nas páginas que seguem, tive a sorte de cruzar com as pessoas que procurava com uma facilidade que as vezes obrigava a me perguntar se eram elas quem eu realmente procurava. Por outro lado, nenhuma forma de sorte seria o bastante se todas as pessoas que “incomodei”, pedindo que me contasse um pouco mais sobre suas histórias não tivessem, sem exceção, um prazer enorme de falar sobre os episódios ocorridos no Rio Grande do Sul no início da década de 1960.

Dessa forma, aliando materiais que dispunha anteriormente, somados aos demais que foram colhidos durante a realização do trabalho de campo, pôde-se definir os caminhos desse trabalho. Neste sentido, o objetivo central desta dissertação é analisar a construção da política agrária do governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul(1959-1963). Contemplando o processo de constituição de todo um aparato burocrático disposto a atender exclusivamente a projetos de assentamento e reforma agrária, ao mesmo tempo em que se destaca a importância da emergência de mobilizações por parte de grupos organizados de demanda por modificações na estrutura agrária do estado para o acionamento de dispositivos jurídicos que conferissem legitimidade e reconhecimento legal das iniciativas do governo no âmbito da questão fundiária rural.

Uma questão importante deve ser apresentada aqui, neste trabalho se optou por realizar a análise a partir da noção de governo, e não promovendo o debate a partir do conceito de Estado. Na direção apontada por Borges (2009:196), “[ao] invés de pensarmos o governo como a face contingente de um (modelo) Estado que se crê perene, acreditamos ser mais profícuo compreender o Estado como Governo, como exercício de poder de políticos eleitos”. Neste sentido, melhor que concentrar numa concepção de Estado que estrutura e determina as ações políticas, aqui se adota a perspectiva de governo como forma de garantir as possibilidades de que sejam marcadas as distinções entre os diferentes atores que ocupam os espaços de poder.

Assim, a dissertação se estrutura em três capítulos. O primeiro deles, além de

apresentar uma breve contextualização da questão agrária nacional entre as décadas de 1950 e 1960, se concentra em apresentar o gradual processo de criação do aparato burocrático do estado voltado a realização dos projetos de reforma agrária e apresentar os dispositivos constitucionais que foram mobilizados para legitimar as ações do governo estadual. Mais do que mera descrição das funções de cada órgão do governo, se busca apresentar como o deslocamento de determinadas pessoas pelos diferentes espaços e cargos daquele governo ajudam a compreender um pouco mais da efetividade das medidas adotadas.

O segundo capítulo tem como objetivo discutir os acampamentos que passaram a ocorrer a partir de janeiro de 1962 e como essa forma de mobilização se mostrou bastante eficaz para que o governo do estado passasse a fazer operar todo aparato burocrático que havia formalizado mas que, até o momento daquelas mobilizações, ainda permanecia inoperante. Além disso, outra importante discussão apresentada neste capítulo é a complexa relação entre o governo do estado e o Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra (MASTER) e como a interdependência entre os dois acabou se constituindo em umas das bases dos projetos de colonização desenvolvidos.

No terceiro capítulo são apresentados alguns resultados práticos da política agrária do governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, apontando os projetos desenvolvidos, o número de assentados e a forma pela qual eram escolhidos aqueles que receberam os lotes. Por fim, se procura contemplar também algumas reações às iniciativas postas em prática naquele período, aplicadas tanto ao governo, quanto aos assentados, mesmo depois do final daquela legislatura.

## CAPÍTULO I – CRIANDO O APARATO PARA A REFORMA AGRÁRIA

O primeiro capítulo do trabalho refere-se, especialmente, ao processo de construção do aparato burocrático que passa, a partir do ano de 1962, a promover os projetos de reforma agrária desenvolvidos pelo governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. Entretanto, antes disso, na seção inicial, é apresentado um breve histórico da questão agrária do país nas décadas de 1950 e 1960. Como uma das marcas desse trabalho é a necessidade de se pensar as transformações impostas pelo poder público, sem deixar de destacar a importância de atores sociais externos a ele, serão abordadas tanto as discussões a respeito da reforma agrária que se davam no âmbito do governo federal e no Congresso nacional, quanto a importância da mobilização de atores como o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Igreja e das Ligas Camponesas para que transformações na estrutura agrária nacional fossem promovidas. O principal fundamento dessa seção é evidenciar que o caso analisado no trabalho não se encontrava isolado do restante do contexto nacional.

Após essa breve apresentação, o governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul passa a ser analisado de forma direta. Inicialmente são destacadas duas iniciativas que, *a priori*, não estão diretamente relacionadas a política agrária do governo estadual: sua política educacional e o processo de encampação das empresas do setor elétrico e de comunicações. Entretanto, uma análise mais cuidadosa da forma pela qual ambos processos foram encaminhados permite reconhecer elementos que serão novamente mobilizados quando passa a ser posta em prática a política agrária daquele governo. Pode-se perceber a construção de uma forma específica de encaminhamento dos projetos relevantes para o governo, ao mesmo tempo em que ganha destaque um constante respeito à legislação vigente. Além disso, outro importante elemento que somente pode ser recuperado caso se refaça caminhos fora daqueles que orientaram a política agrária do governo é o deslocamento de pessoas entre as diversas *posições* deste, isto é, torna-se possível verificar como determinados sujeitos parecem ter sido alocados a partir das prioridades a serem enfrentadas em cada momento.

Depois dessa entrada nas ações do governo por meios alternativos, se passa a temática central do capítulo por meio de três seções que tratam especificamente das comissões e grupos de trabalho que acabaram por orientar a criação do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária. Isto, sem deixar de contemplar os sujeitos que estiveram diretamente envolvidos nos processos de criação destes órgãos.

Por último, se faz um investimento em explicitar as condições que levaram o PTB, partido de Brizola, ao governo em 1959. Além disso, são exploradas as algumas experiências políticas anteriores do governador que permitem verificar que muitas das questões que foram atacadas de forma central pelo governo do estado entre 1959 e 1962 não se tratavam de novidades na vida política do governador.

### 1.1 - Um breve panorama da Questão Agrária nacional entre as décadas de 1950 e 1960

As décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela intensificação dos debates sobre reforma agrária, neste contexto, novos atores passaram ocupar lugar nos embates sobre o tema. Dentre eles, destacam-se o Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Igreja, além da atuação de movimentos sociais. Ao mesmo tempo, os debates entre diferentes modelos de reforma agrária também mobilizavam disputas no Congresso Nacional e na agenda do governo federal.

Camargo (1979) traz importantes contribuições para o entendimento das disputas que se davam em torno das diferentes propostas de mudança da política agrária nacional no

período. A autora afirma, a despeito de uma variedade de discursos presidenciais sobre os males do latifúndio, ou mesmo do desamparo das populações rurais, que: “*o encaminhamento de medidas mais concretas dependeu, em última instância, das coalizões políticas e das alianças de classe que respaldavam a presidência*” (1979:05). Com especial enfoque nos governos de Jânio Quadros e João Goulart, Camargo expõe a disputa que se configurava nos bastidores da política federal, tanto no poder Legislativo quanto no Executivo. Um dos destacados méritos do trabalho é a capacidade de evidenciar que o simples fato da defesa da reforma agrária não significava, necessariamente, o atendimento dos mesmos princípios. Os diferentes setores, tanto da sociedade quanto do próprio Congresso, tinham perspectivas muito particulares sobre a forma como o tema deveria ser pautado. Isto é, enquanto grupos mais progressistas defendiam, entre outras medidas, desapropriações de terras e a discussões sobre a utilização social da mesma, outros deles comprometidos com os interesses da oligarquia rural do país se apoiavam medidas que, no máximo, contemplavam a realização de projetos de reforma agrária em terras devolutas.

Neste sentido, Camargo (1979) destaca que o que se convencionou chamar de oligarquia, desde 1930 até 1964, foi marcada por uma flexibilidade, do ponto de vista político, que permitiu a formação de um “centro estabilizador”, ou seja, possibilitou que esta se colocasse numa condição que lhe garantiu estabilidade de poder e permanência constante no centro das decisões dos destinos do país, especialmente em assuntos referentes a questão agrária nacional. Essa condição marcou profundamente as relações políticas desde o governo de Getúlio Vargas<sup>1</sup>, que garantiu as bases da industrialização e da abertura política, ao mesmo tempo em que se consolidou o monopólio da terra e o controle das populações rurais por parte das oligarquias rurais. Ainda nessa direção, Martins (1983) destaca que depois da instauração do Estado Novo, em 1937, a oligarquia agrária sofreu um enfraquecimento político porque seu principal bem de troca com o governo central, o voto, deixava de ser primordial à sustentação do sistema político. Entretanto, depois da queda da ditadura de Vargas, o que se configura é uma presença ainda muito forte dos representantes dos coronéis, especialmente dentro dos quadros do Partido Social Democrático (PSD). Essa sobrevivência, mesmo como coadjuvante durante o Estado Novo, foi fundamental para que no momento seguinte a oligarquia rural pudesse retomar as posições de destaque diante do poder central.

Dessa maneira, com a elite agrária se mantendo no domínio das posições de representação no Congresso, as propostas de reformulação da estrutura fundiária eram constantemente rechaçadas. Casos excepcionais como o Estatuto do Trabalhador Rural eram resultantes de intensas insistências e “*pressão crescente do campesinato já mobilizado*” (CAMARGO 1979:06). Entretanto, propostas como esta, mesmo quando aprovadas acabavam por ter seu conteúdo subvertido<sup>2</sup>. Ainda nessa direção, Medeiros (1989) destaca que a partir as eleições presidenciais de 1960, temas como a extensão da legislação trabalhista para o campo e mesmo a reforma agrária tornaram-se pauta da campanha do presidente eleito Jânio Quadros, que recém empossado criou uma comissão que determinou as bases do que viria a

---

1 Foi presidente da república do Brasil em dois períodos. O primeiro teve duração de 15 anos ininterruptos, de 1930 a 1945. No segundo período, Getúlio governou o país como de 31 de janeiro de 1951 até 24 de agosto de 1954, quando se suicidou.

2 No início do ano de 1962, mesmo diante da complexa conjuntura em que João Goulart chegou à presidência, foi regulamentada a sindicalização rural, nos mesmos moldes da legislação trabalhista vigente da época. No final do mesmo ano foi criada a Superintendência de Política e Reforma Agrária (SUPRA): órgão destinado a promover os projetos de reforma agrária e, em 1963, o Estatuto do Trabalhador Rural. Apesar de ser possível mapear essas conquistas, muitas dessas iniciativas tinham seu poder de alcance restringido, um bom exemplo é a ação da própria SUPRA que, apesar de ser uma conquista daqueles que defendiam uma política nacional de reforma agrária, teve sua atuação muito limitada diante da dificuldade imposta pelas regras constitucionais e da forte resistência da maioria do Congresso Nacional em modificá-las.

ser o Estatuto da Terra. Entretanto, a autora destaca que essa mesma disposição para lidar com o tema da reforma agrária não se encontrava no Congresso Nacional por este ser um *“tradicional reduto dos interesses vinculados à propriedade da terra, espaço onde os estados mais vinculados à agropecuária tinham uma representação proporcionalmente maior em relação aos industrializados, mostrou-se mais impermeável à discussão”* (1989:62).

Diante disso, o poder Executivo estaria *“mais sujeito às pressões diretas de amplas massas, e mais ávido de realocar as alianças a fim de ampliar suas bases, [com isso, este] será o lócus privilegiado de onde partem as iniciativas mais contundentes”* (CAMARGO 1979:06). Dessa maneira, nos discursos presidenciais era trazida de forma recorrente a necessidade do combate ao latifúndio ao mesmo tempo em que se reforçava a idéia de se promover reformas estruturais no Estado brasileiro. Entretanto, Camargo credita a impossibilidade de implementação destas pelo Executivo à forte oposição encontrada tanto no que chama de “sociedade civil” quanto no próprio Congresso que teriam obrigado os ocupantes do posto a reordenar suas ações diante do risco de criar uma crise institucional (1979:06).

Com isso, o governo de Jânio Quadros é marcado pela tentativa de implementação de reformas que são frustradas em virtude da forte resistência descrita acima (CAMARGO 1979:58). Jânio havia deixado claro, desde a campanha eleitoral que o levou a presidência, o interesse em promover transformações no campo, inclusive mostrando iniciativa de enviar ao Congresso um projeto de lei agrária a fim de facilitar o acesso à terra e fazer atender seu sentido social. Entretanto, as posições sobre a forma pela qual as transformações dessa política deveriam seguir distinguiam-se em grande medida. Camargo destaca que a iniciativa de Jânio não era meramente retórica, os representantes do governo falavam abertamente em desapropriação por fim social da terra. Posições como esta é que colocavam determinados setores do Congresso ligados a oligarquia rural em rota de colisão com a proposta governista. O discurso das alas do Congresso ligadas aos setores oligárquicos era pautado por iniciativas que pretendiam amenizar as pressões por terra, mas sem promover reformas estruturais. Vale lembrar que as Ligas Camponesas promoviam, na mesma época, mobilizações em favor da reforma agrária no nordeste do país, *“[...] Julião estendia sua influência sobre os camponeses nordestinos e provocava um novo fato político no cenário nacional”* (COSTA 1996:84). A intenção dos representantes dos setores oligárquicos do Congresso era justamente se opor a esse “novo fato” e propor iniciativas a fim de conter as experiências desse mesmo tipo. Além disso, se indispunham abertamente às propostas de Jânio que naquele momento mostrava que:

se dispõe a aplicar ao mundo rural uma multiplicidade de medidas que variam da penalização tributária ao confisco, redistribuindo as riquezas em função da produtividade e dos investimentos de capital e de trabalho, de maneira tal maneira que seja punido o absenteísta, o especulador ou o inepto, em favor daquele que efetivamente trabalha na terra (CAMARGO 1979:62).

Diante da forte resistência enfrentada no Congresso, a base aliada do governo concentra suas forças numa possível Reforma Constitucional que permitisse a criação de novas regras para os processos de desapropriação. A forma como se configuravam estes critérios na Constituição da época onerava muito os processos, pois obrigava o pagamento em dinheiro delas áreas desapropriadas. A posição do governo federal de buscar o confronto com a oposição acabou por minar suas possibilidades de efetivação de mudanças na política agrária, ao menos segundo os moldes planejados pelo governo de Jânio no momento:

O fracasso da Reforma Agrária [no governo de Jânio], senão importante em si mesmo, foi, possivelmente, o indicador, às vésperas da renúncia, de que o poder das

forças tradicionais era grande, e o dos reformistas desproporcionalmente pequeno. Com a classe política desigualmente dividida – abertamente *hostil* à direita e *pulverizada* à esquerda, pois numerosos radicais petebistas continuavam refratários a Jânio – também a sociedade civil segue seus passos, temerosa de que um temperamento obsessivo e apaixonado pudesse levar longe demais eventuais rupturas. O temor à Reforma Constitucional, aos poderes excepcionais, ao golpe de Estado que já enfraquecera Vargas, e que quebrantará o Governo Jango, também de Jânio se avizinha reforçando a hostilidade às Reformas (CAMARGO 1979:80).

Como foi explicitado na passagem acima, o choque das iniciativas de Jânio com determinados setores do Congresso na tentativa de promover mudanças na atuação do Estado brasileiro em setores como a política de reforma agrária acabou por enfraquecer não somente a possibilidade de implementação das reformas, bem como provocou um grande desgaste no próprio governo Jango, culminando com a renúncia do presidente em novembro de 1961.

Diante da renúncia de Quadros, o país enfrentou uma grave crise institucional. Segundo a Constituição em vigor na época, o vice-presidente deveria assumir o posto. Entretanto, alguns setores da sociedade, entre eles os militares, tentaram impedir que João Goulart assumisse a posição<sup>3</sup>. Esse embate acabou por gerar uma saída negociada entre os dois lados interessados na disputa, Jango assumiu o cargo; entretanto, sob um regime parlamentarista, ou seja, sem plenos poderes. Esta situação se manteve até janeiro de 1963, quando Jango recupera o comando do executivo federal.

Ainda no período parlamentarista, Jango já havia dado indicações de sua posição favorável à realização de reformas estruturais no Estado brasileiro, ou seja, promover a continuidade de iniciativas que fragilizaram o presidente anterior. Dentre elas, a reforma agrária era um dos pontos a serem revistos, - mesmo que por vezes tratada de forma pouco clara - o processo de mudança da estrutura fundiária nacional também ocupava espaço entre os temas em destaque na época. A reforma agrária ganhava importância na proposta reformista de Jango, porque a agricultura necessitava de um reordenamento que permitisse que esta “*fosse compatível com o desenvolvimento da economia*”<sup>4</sup>. Depois do plebiscito que lhe garantiu a devolução do comando pleno do executivo, em janeiro de 1963, o governo Jango passou a trabalhar em uma emenda constitucional que permitisse que as futuras desapropriações de terra fossem pagas com títulos da dívida pública. Esta medida, somadas às propostas de reforma bancária e urbana que também vinham sendo propostas pelo governo federal somente aumentaram a resistência do legislativo quanto às iniciativas do executivo. Já

---

3 Nesse momento, o "Movimento da Legalidade" exerceu a principal resistência ao cumprimento do texto constitucional que levaria Jango à presidência. Diversos políticos e setores da sociedade defenderam a manutenção da ordem jurídica que previa a posse de João Goulart. Em 25 de agosto de 1961, quando Jânio Quadros renunciou ao cargo, Jango, então vice-presidente, estava em visita à China. Os militares impediram o vice-presidente de assumir o cargo como mandava a lei. Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, iniciou um movimento de resistência, pregando a legalidade, ou seja, a posse de Jango. Brizola iniciou pela rádio Guaíba o movimento denominado Rede da legalidade. Os discursos de Brizola eram transmitidos a partir de um estúdio montado no porão do palácio, em ondas curtas, a legalidade alcançava ouvintes gaúchos e de outros estados.

4 Medeiros(1982) destaca os 4 pontos principais do projeto de reforma agrária de Jango: o primeiro deles garantia a isenção do pagamento de renda sobre a terra economicamente utilizada para o trabalhador que, durante um ciclo agrícola completo, tivesse ocupado terras virgens e nelas permanecido sem contestação; o segundo ponto garantia que não se podia privar de terras para trabalhar, ou privar de trabalho, o trabalhador agrícola, foreiro ou arrendatário por dois ou mais anos em uma propriedade a não ser com justa indenização; o terceiro afirmava a isenção do pagamento de renda sobre a terra, sob qualquer forma, ao trabalhador que auferisse dela rendimento igual ou superior ao salário mínimo, a ser fixado regionalmente e, por último, permitia a desapropriação, com pagamento a longo prazo, de áreas produtoras de alimentos que não estivessem sendo utilizadas ou que estivessem sendo utilizadas para outros fins, com rendimentos inferiores à media estabelecida regionalmente.

no início de 1964, a posição de grande parte do Congresso era de franca oposição às propostas do governo federal, de tal modo que, este último, tenta mobilizar as armas que dispunha para promover as transformações que considerava fundamentais. É diante desse quadro que Jango assina decreto em março daquele ano que tornava possível as desapropriações por interesse social de áreas de mais de cem hectares de terra. Aumentando ainda mais a resistência enfrentada pelo governo no Congresso Nacional, que somada ao descontentamento de setores importantes como os militares diante das propostas reformistas de Jango acabaram por levar o país ao golpe militar no mês seguinte, em abril de 1964 (MEDEIROS 1982:116-120).

Entretanto, apesar do acirramento dos embates que levaram o Brasil ao golpe, Camargo (1979) define que entre os anos de 1961 e 1963 as resistências quanto à redistribuição da terra reduziram-se substancialmente. Se, em momentos anteriores, qualquer tentativa de discussão sobre reforma agrária era rapidamente rechaçada, a partir do governo de Jango, “*sob a pressão de um campesinato mobilizado*” somada à força proveniente da coalizão governista, os representantes dos setores oligárquicos no Congresso surpreendentemente aceitam discutir transformações mais profundas, a ponto de ser debatida a criação da emenda constitucional que implicaria o pagamento das indenizações pelas desapropriações em títulos da dívida pública. Ainda nesse sentido a autora destaca:

Nesse contexto, a reação das associações rurais consiste em aceitar a Reforma Agrária, desde que isto signifique incremento da produtividade, facilidade de créditos, acesso ao insumo e à mecanização agrícola, em suma, a ênfase na capitalização da grande propriedade e uma Reforma de preferência confinada às terras devolutas (CAMARGO 1979:127).

Para compreender a existência dessa possibilidade de promoção de transformações naquele período é essencial que se reconheça a crise política que o país entrou a partir da renúncia de Jânio Quadros. Medeiros (1989:62) aponta que a renúncia de Jânio, somada à fragilidade em que se iniciava o governo de João Goulart, que tentava a todo custo ampliar sua base de apoio, foram determinantes para as polarizações em torno de uma política de reforma agrária. Dessa maneira, para a compreensão dos caminhos percorridos tanto no poder executivo quanto no legislativo brasileiro no enfrentamento da questão agrária nacional do período é essencial que sejam contemplados, não somente as diversidades de forças políticas que permeavam ambos os espaços, mas também reconhecer o papel fundamental ocupado por grupos organizados locais. Estes que denunciavam os problemas decorrentes da desigual estrutura agrária brasileira, somando-se a isso as graves crises políticas enfrentadas, especialmente a partir do início da década de 1960. Desta feita, um dos fortes componentes dos debates sobre reforma agrária se deu no âmbito do governo federal e no Congresso Nacional; entretanto, em outros espaços a questão não provocava menos interesse. Isto pode ser visto diante da emergência de movimentos sociais rurais, além da participação da Igreja e do PCB na organização de trabalhadores rurais por todo o país em mesma época.

Como destaca Martins (1983), o quadro encontrado no nordeste brasileiro era exemplar da situação das populações camponesas no país porque lá se reuniam uma diversidade de processos que se repetiam, senão de forma integral, de maneira bastante semelhante em outros extremos do Brasil. O trabalho mal pago na colheita da cana, associado às degradantes condições de trabalho, o alto valor da renda da terra cobrada diante da pequena lavoura de subsistência, somadas às constantes expulsões de arrendatários diante da expansão da cultura da cana emolduraram o quadro da criação das Ligas Camponesas em Pernambuco, em 1955. Entretanto, muitas dessas situações não eram particulares ao estado nordestino. Em São Paulo, o estímulo a industrialização fez interromper um longo período de predominância da cultura cafeeira, com isso, enormes contingentes de trabalhadores rurais passaram, a partir



do final da década de 1950, a ter de procurar novas alternativas de trabalho diante do desestímulo da produção do café. Já em Minas Gerais, a partir do final da década de 1940, na região de Teófilo Otoni, posseiros da região passaram a sofrer com a ameaça de expulsão por parte de fazendeiros que se interessaram pela área depois do anúncio da construção de uma importante rodovia na região. Naquela situação os posseiros pouco podiam resistir senão atendendo às ordens dos fazendeiros que os pressionavam para derrubar a mata para poderem ter áreas para produção própria. O problema vinha nos anos seguintes, quando os fazendeiros passavam a cobrar pela nova área cultivável (MARTINS 1983:71).

Ainda nesta direção, o pano de fundo do surgimento das Ligas Camponesas foi a expulsão de pequenos produtores de áreas de antigos engenhos em Pernambuco. Estas haviam sido arrendadas aos produtores depois da queda do interesse na produção da cana que, a partir da metade da década de 1950, volta a ser valorizada. Dessa forma, essas faixas de arrendamento passam a ser novamente requisitadas pelos antigos senhores de engenho, principalmente para a expansão da lavoura da cana. A adesão do advogado Francisco Julião permitiu a organização do movimento e a rápida expansão das Ligas especialmente em Pernambuco e Paraíba (MEDEIROS 1982:49-50).

A primeira fase da atuação das Ligas foi marcada por um forte traço legalista, protegendo por meio da justiça os arrendatários que estavam ameaçados de expulsão pelos antigos senhores de engenho. A defesa da reforma agrária somente se consolida entre as prerrogativas das Ligas a partir da década de 1960, quando estas passam a ser reconhecidas em outros pontos do país. A defesa da reforma agrária deriva da busca das Ligas pelo reconhecimento do campesinato como importante força nas transformações necessárias ao país. Dessa forma, defendiam um forte combate ao latifúndio, com vistas ao fim de todas as formas de exploração do trabalhador rural e um processo de distribuição da terra às populações camponesas (MEDEIROS 1982:52).

A partir da década de 1960, especialmente com o governo de João Goulart em 1961, a presença dos sindicatos rurais aumentou em todo o país. O sindicalismo rural se expande na zona canavieira de Pernambuco, na mesma região que nascera as Ligas Camponesas na década anterior. Esse processo repercute nas Ligas porque, apesar da posição de Francisco Julião de que a atividade sindical não inviabilizava a participação no movimento, o que estava em jogo eram posições ideológicas distintas. A expansão dos sindicatos esteve diretamente relacionada à atuação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), que acreditava em um processo de ruptura naquele momento por meio de uma revolução “democrático-burguesa”, que ao contrário de Julião, com as Ligas, propunha uma revolução camponesa (MARTINS 1983:78).

O Partido Comunista Brasileiro teve um destacado papel não só no fomento à atividade de sindicatos rurais, mas também pela intensa crítica a desigual distribuição da propriedade no país e a repercussão dessa situação no agravamento dos conflitos rurais. O “Manifesto de Agosto”, divulgado pelo PCB em 1950, afirmava que o problema do Brasil estava na sua estrutura econômica arcaica, com traços feudais, baseada no monopólio da terra. Este quadro impedia o desenvolvimento de um mercado interno e conseqüentemente criava entraves à ampliação do setor industrial. A alternativa para a reversão do quadro seria a revolução, a ser realizada especialmente por operários, camponeses e camadas médias. No campo seriam abolidos os latifúndios e as terras seriam destinadas aos que nelas viviam e aos que tivessem pouca terra. Por fim, seriam eliminadas as formas de exploração do trabalho rural.

O início do processo que vai trazer novas linhas de atuação do partido no setor agrário acontece, segundo Medeiros (1982) e Martins (1983), a partir do momento em que este passa a levantar a bandeira da “reforma agrária radical” na tentativa de trazer a massa de trabalhadores rurais para luta do partido. Para isso, era fundamental que se promovesse a

aproximação de camponeses e trabalhadores e o artifício para realizá-la foi a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB) em 1954. Já em 1958, são promovidas novas mudanças nas diretrizes de atuação do PCB que reafirmam a necessidade de realização de reforma agrária, mas ao contrário do momento anterior passam a reconhecer a possibilidade de que a revolução pudesse ser realizada dentro da legalidade, combinando a atuação “parlamentar” e “extraparlamentar” (MARTINS 1983:84-85). Em 1960, novas mudanças são postas em voga pela direção do partido e provocam o afastamento do PCB das Ligas Camponesas. O partido passa a atribuir maior importância aos assalariados e semi-assalariados rurais, distanciando-se do grupo que formava majoritariamente o movimento de Julião e, além disso, a defesa da reforma agrária passa a ser vista pelo partido como um processo que poderia se dar de forma parcial<sup>5</sup>, ao contrário de Julião que defendia uma reforma agrária “na lei ou na marra”.

Esta posição do PCB fez, como dito acima, com que este se torne grande impulsionador da criação de sindicatos rurais. Entretanto, a emergência do PCB na organização de trabalhadores acabou por trazer para aquela disputa um novo ator: a Igreja, que passou a mostrar preocupação com o aumento da influência dos comunistas sobre os trabalhadores do campo e da cidade. Dessa forma, o PCB passou a rivalizar com a Igreja o incentivo à expansão dos sindicatos rurais. Esta última tentou inclusive tomar do PCB a direção da Confederação dos Trabalhadores Agrícolas (CONTAG), criada em dezembro de 1963. Entretanto, a forte presença deste na ULTAB acabou por limitar as possibilidades da Igreja de coordenar a confederação de trabalhadores à época.

A entrada da Igreja nas disputas no campo brasileiro se deu em grande medida, como foi dito, diante do avanço do PCB. Para os representantes da Igreja somente a fixação do trabalhador rural no campo impediria que ele fosse aliciado pela crescente presença do comunismo. O homem expropriado de sua terra e obrigado a procurar emprego na cidade tornava-se “alvo fácil” para a propaganda comunista. Dessa forma, a entrada da Igreja nas disputas em torno da reforma agrária tinha como objetivo o aumento do número de pequenos proprietários que, por sua vez, garantia-lhe duas vantagens: a defesa da propriedade privada e também continha a expansão do comunismo. As posições dos representantes da Igreja também se modificam através do tempo, em 1963, a Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) se posiciona de forma mais clara sobre a questão agrária nacional quando passa a reconhecer que as desapropriações para realização de projetos de reforma agrária não significavam necessariamente uma quebra do direito de propriedade, desde que esta fosse realizada mediante um processo indenizatório (MEDEIROS 1982: 87-89).

Por fim, esses breves apontamentos a respeito do contexto nacional no debate sobre a reforma agrária são importantes porque ajudam a compreender de que forma casos como o que será amplamente explorado nesse trabalho não estavam descolados de demais processos sociais que se apresentavam em diversos pontos desse país. Assim como no âmbito nacional, no caso do Rio Grande do Sul, especialmente no que tange à sua política agrária, estiveram envolvidos neste processo o próprio governo do estado e outros grupos sociais que, conforme serão apresentados em momentos seguintes, foram tão determinantes para a realização dos mesmos quanto a própria iniciativa do governo do estado do Rio Grande do Sul.

## 1.2 - Algumas Prioridades de Governo: “Nenhuma criança sem escola” e a encampação das empresas estrangeiras

---

<sup>5</sup> Por forma parcial deve-se compreender um processo que se inicie, por exemplo, pela luta pela desapropriação de grandes propriedades, pela ocupação destas. A idéia é que era possível se promover nas massas de trabalhadores rurais um acúmulo de forças para a luta pela reforma agrária. Ver mais em Medeiros (1982:48).

O governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul se inicia em janeiro de 1959. Eleito pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o engenheiro de 37 anos havia desfrutado de uma meteórica ascensão na vida pública, tendo sido eleito deputado estadual, federal e prefeito de Porto Alegre antes de ocupar o cargo de governador do estado.

Nesta seção serão tratados o plano de expansão das escolas públicas e as encampações<sup>6</sup> da companhia elétrica e de comunicações do estado que, naquela época, eram ambas controladas por companhias norte-americanas. Elementos que, apesar de não estarem diretamente ligados à temática deste trabalho, são importantes para que se possa verificar como a política agrária do governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul, trabalhada adiante, não era um elemento isolado, mas parte de um projeto de desenvolvimento para o estado.

Em março de 1959, no terceiro mês do primeiro ano de sua gestão, Brizola criou a Comissão Estadual de Prédios Escolares (CEPE)<sup>7</sup>. Subordinada à Secretaria de Educação e Cultura e a Secretaria de Obras Públicas, a comissão tinha como objetivo implementar uma completa reestruturação no ensino público do estado, estudando suas falhas, planejando e projetando novas unidades, além de executar obras de reparo, conservação e aparelhamento dos unidades existentes (QUADROS 2003). As escolas criadas pelo governo ficaram conhecidas como *brizoletas*, sendo construídas em madeira (especialmente as menores, localizadas nas localidades mais distantes, uma vez que encontravam dificuldades para o transporte da matéria-prima para os lugares mais isolados), ou alvenaria, variando também seu tamanho, tendo de 1 a 12 salas, sendo que todos esses elementos eram considerados pelos técnicos da CEPE na fase de planejamento.

Paulo Alberto Schmidt passou a fazer parte da equipe de técnicos da CEPE a convite do próprio governador, que assim que foi eleito o chamou para fazer parte da equipe responsável pelo trabalho de expansão do ensino público no estado. Durante o período que esteve ligado às atividades da CEPE, Schmidt, arquiteto por formação, fez parte da equipe de planejamento da comissão, além de ter chefiado diversos processos de escolha de construtoras que seriam responsáveis pela elaboração das obras.

Segundo Schmidt, no caso da CEPE, o primeiro passo era a definição da necessidade de implantação de uma nova escola em determinada localidade, levando em conta a definição do tipo de cada uma (madeira ou alvenaria), para qual público era destinada (especialmente ensino primário e técnico) e a sua dimensão. Isto feito era passado ao grupo responsável pelo planejamento a criação do projeto, o levantamento dos custos e o lançamento do edital responsável pela concretização dos mesmos. Conforme se pode verificar em alguns documentos relativos à execução dos projetos da CEPE<sup>8</sup>, os editais lançados diziam respeito à construção de vários prédios, em diferentes localidades. Havia um concurso de preços para a seleção da construtora responsável pela elaboração das obras. Schmidt conta que a forma de atuação mais comum da CEPE era a formalização de uma parceria com o prefeito da cidade a ser contemplada pelo projeto. Uma vez explicitada a iniciativa do governo do estado de construir uma escola na cidade, a prefeitura local deveria tomar as medidas cabíveis à liberação de um terreno e assumir a responsabilidade pela infra-estrutura local (água, luz, acessibilidade). Dadas essas condições, o projeto era levado adiante.

Schmidt conta que o plano de expansão foi um “processo finito”, ele completa: “*havia*

---

6 Trata-se da retomada coercitiva do serviço pelo poder concedente. Ocorre durante o prazo da concessão e por motivo de interesse público.

7 Por meio do decreto nº 10.416.

8 Ata de nº 39 dos trabalhos da Comissão Julgadora de projetos a que se refere o Edital nº 2/59 de 09 de setembro de 1959 e o ofício encaminhado por Schmidt ao Secretário de Obras Públicas do Estado em 29 de outubro de 1959.

*uma necessidade tão grande que se você pegasse mil escolas e jogasse para o alto elas cairiam no lugar certo, tamanha era a carência*". Um caso que ajuda a entender um pouco a importância e, especialmente, a urgência com que o governo tratou esse tema da expansão da escolarização ocorreu quando, segundo Schmidt, Brizola convidou prefeitos e outras autoridades do estado para uma "explicação" sobre a política educacional que estava sendo promovida no estado. O percurso até a área onde seria realizado o evento obrigava os convidados a passarem por uma área descampada. Brizola teria falado por quase três horas sobre seu plano educacional para o estado, e ao fim convidou os presentes a conhecerem uma escola recém construída, para a surpresa de todos, durante o tempo do discurso - uma escola de madeira, pré-moldada, de três pavilhões, biblioteca e casa dos professores teria sido erguida no terreno anteriormente vazio.

Os números referentes ao processo de expansão promovido pelo governo são dissonantes, segundo Schmidt, mais de 6.000 escolas foram construídas, número distinto de alguns levantados por Quadros (2003), que num trabalho minucioso sobre a política educacional do governo gaúcho do período apresenta a diversidade de números existentes e explica algumas razões dessas divergências<sup>9</sup>. Entretanto, para fins desse trabalho é fundamental que se verifique essa preocupação marcante no início do governo Brizola de estímulo ao desenvolvimento de uma política educacional mais bem estruturada.

Se a educação, até os dias atuais, é constantemente lembrada e ligada à figura de Brizola no Rio Grande do Sul e em outros pontos do Brasil<sup>10</sup>, outros acontecimentos também o puseram em destaque na época, dentre eles a encampação das companhias elétrica e de comunicação do estado. Em maio de 1959, antes de completar o quarto mês à frente do governo do estado, Brizola desapropriou a Companhia de Energia Elétrica Rio Grandense (CEERG). Justificando essa desapropriação pelo declínio na qualidade dos serviços prestados pela empresa, na época, subsidiária da *Bond and Share*, empresa do grupo norte americano *American e Foreign Power* (MIRANDA 2006:102).

Segundo Leite Filho (2008), os moldes do contrato então estabelecidos com a empresa multinacional deixavam o estado numa posição pouco favorável para solicitar melhorias no atendimento da população. Vários bairros da capital do estado sofriam constantemente com a falta de energia e, além disso, as indústrias também encontravam dificuldades com as constantes interrupções da produção por conta das quedas de fornecimento, problema que limitava o crescimento do setor no estado. Segundo o autor, Brizola, assim que eleito, procurou os responsáveis pela administração da empresa para propor uma solução onde o governo do estado, a concessionária e outras empresas privadas seriam sócios igualmente da companhia, que passaria a vigorar por meio de uma nova regra de concessão de serviços. Entretanto, apesar das várias tentativas de acerto, os administradores não chegaram a um acordo, o que levou o governador a prosseguir com a encampação.

Para a conclusão do processo, Brizola se pautou num levantamento realizado por Cibelis Viana, que antes de se tornar responsável pelo Gabinete de Administração e Planejamento do governo havia executado um levantamento fiscal da situação da *Bond and*

---

9 A maior parte dos problemas encontrados nas diversas "contabilidades" da expansão do ensino público movido pelo governo Brizola está, a princípio, na contagem de obras como reformas de escolas como mais uma escola construída durante aquele governo. Para informações mais completas sobre a política educacional de Brizola ver Quadros (2003).

10 Uma das principais marcas dos governos de Brizola no Rio de Janeiro (1983-1987 e 1991-1994) foi a atenção ao setor educacional do estado. O carro chefe de sua política educacional foi a construção dos Centros Integrados de Educação Pública, os CIEP's, que também ficaram conhecidos como *Brizolões*. Estas escolas foram idealizadas para possibilitar a escolarização em tempo integral, voltadas para o atendimento das crianças das classes populares. Ver mais sobre os CIEP's no Dicionário Interativo da Educação Brasileira disponível em <http://www.educabrasil.com.br/eb/dic/dicionario.asp?id=83>.

*Share*. A pesquisa de Viana, feita a pedido do Ministério da Agricultura anos antes, havia concluído que a empresa vinha tendo lucros superiores aos permitidos legalmente pelo contrato, de forma que se este superávit fosse abatido do valor total que vinha sendo investido pela empresa na produção e fornecimento de energia para o estado, estes tornar-se-iam negativos, ou seja, diante dos lucros da empresa, não se justificaria a precariedade dos serviços prestados. Dessa maneira, em caso de rompimento de contrato, a empresa deveria ser ressarcida pelo montante investido, que se descontados os ganhos superiores que vinha acumulando, o total a ser ressarcido naquele momento pelo estado era negativo, permitindo assim a desapropriação e conseqüente retomada do controle da empresa sem que nada fosse devido à *Bond and Share*. Apesar das conclusões do levantamento, que havia se tornado público por meio de jornais da época, nenhuma medida mais contundente havia sido tomada até que Brizola tornou-se governador (LEITE FILHO 2008).

Um outro elemento precisa ser destacado para a compreensão dos processos que resultaram nas encampações realizadas por Brizola. Segundo Leite Filho (2008), as concessões de exploração de energia eram decididas exclusivamente no âmbito federal. Entretanto, o Rio Grande do Sul se apresentava em uma condição peculiar. Por meio de um decreto assinado por Vargas, no último dia de seu primeiro governo, permitia-se excepcionalmente ao governo gaúcho, desde que com o aval do presidente da república e com o conhecimento da Companhia Nacional de Águas e Energia Elétrica, “encampar, incorporar ou fundir” companhias que prestavam serviços públicos ao estado. Desta feita, se aproveitando oportunamente da brecha concedida por meio do decreto do então ex-presidente e das informações levantadas sobre a não prestação de serviços mediante os altos lucros recolhidos pela empresa que controlava a CEERG, Brizola realizou o primeiro ato de grande repercussão de seu governo, atendendo a todos os trâmites legais, algo que marcaria fortemente suas demais ações a frente do estado, como será visto mais adiante.

Outro processo semelhante ocorreu com a empresa responsável pelo setor de comunicações do estado. Esta que estava sob a responsabilidade da Companhia Telefônica Nacional (CNT), que até a década de 1950 era denominada Companhia Telefônica Rio-Grandense. A empresa era subsidiária da *International Telephone & Telegraph Corporation* (IT&T) e, assim como no caso da *Bond and Share*, não vinha prestando serviços de qualidade satisfatória aos moradores, às empresas e às indústrias do estado (MIRANDA 2006:114). Assim como ocorreu no caso anterior, Brizola tentou por diversas vezes um acordo com administradores da subsidiária. Por um momento o acordo até esteve perto; entretanto, o representante da empresa que negociava o acordo foi afastado pela direção da companhia provocando um novo revés no caso. Uma das diferenças entre o caso da desapropriação da *Bond and Share* e da IT&T foi que, no caso da última, desapropriada em fevereiro de 1962, o ato foi realizado mediante depósito em juízo do valor de Cr\$ 149.758.000,00, que se referia ao valor total da empresa descontadas as dívidas que esta ainda apresentava com o estado e demais credores (LEITE FILHO 2008). Da mesma forma que no caso da *Bond and Share*, os todos os trâmites legais foram cumpridos<sup>11</sup>.

O intuito desta seção foi apontar de forma breve algumas iniciativas que foram tomadas pelo governo Brizola que, apesar de não se relacionarem diretamente com a política

---

11 O processo de desapropriação da IT&T no Rio Grande do Sul provocou processos semelhantes em outros estados como o da Guanabara, do liberal Carlos Lacerda, e em São Paulo, com Carvalho Pinto. Esses governadores, reconhecendo que seus estados padeciam das mesmas mazelas pelas quais passavam os gaúchos com o serviço prestado pela IT&T, pressionaram o presidente João Goulart para que tomasse atitude semelhante à de Brizola. Com efeito, Jango desapropriou todas as empresas multinacionais que controlavam os setores de energia elétrica e comunicação do país. Dessa iniciativa foram criadas as estatais brasileiras Eletrobrás e Telebrás. Ver mais em Leite Filho (2008).

de reforma agrária do governo, fornecem pistas importantes da consolidação de um *modus operandi* do governo que se consagra em sua política agrária, como a realização de levantamentos completos da real situação do estado na temática na qual se procurava atacar – como também ocorreu com a CEPE na elaboração da política educacional do estado –, além de revelar a preocupação recorrente em preencher todos os trâmites legais, ao mesmo tempo em que o governo não se furtava da possibilidade de acionar os dispositivos legais disponíveis à concretização de suas iniciativas, como foi visto nos casos das desapropriações da *Bond and Share* e da IT&T. Esses pontos reaparecem durante a concretização da política agrária do governo Brizola e serão mais bem trabalhados adiante. Até aqui é importante verificar que, mais do que aproveitar uma oportunidade, aquele governo desenvolveu uma forma particular de fazer política, que passava por reconhecer as fraquezas dos pontos a serem atacados e, especialmente, não desperdiçar a oportunidade de mobilizar alternativas jurídicas eficazes para a legitimidade de suas atividades.

### 1.3 - A CETH e o GT -14: Criando as bases

As primeiras ações do governo do estado que apresentavam alguma intenção de promover mudanças na situação fundiária do Rio Grande do Sul se deram a partir do dia 29 de fevereiro de 1960, quando o governador Leonel Brizola criou a Comissão Estadual de Terras e Habitação (CETH). De acordo com o decreto de criação desta<sup>12</sup>, a CETH teria como função promover “*a aquisição de terras para agricultores e suas organizações e de áreas destinadas a construção da casa própria, incumbindo-lhe ainda, fazer estudos, propor medidas, organizar e realizar projetos relacionados com seus objetivos*”. O órgão era ligado a Secretaria de Obras Públicas e também a Secretaria de Agricultura e a de Trabalho e Habitação, tendo como presidente do órgão e do Conselho Diretor deste o Secretário de Obras Públicas. Coube a ele a indicação de um técnico responsável para ocupar a função de Diretor Executivo da Comissão, sendo responsabilidade deste último “*apresentar proposições e executar os planos e recomendações apresentados*” pelo conselho.

A CETH tinha organização bem parecida à implementada na organização da CEPE, apresentada na seção anterior, inclusive tendo como ocupante do posto mais alto em ambas as comissões o mesmo nome, João Caruso, Secretário de Obras Públicas. Forte referência do PTB gaúcho na época, ele era homem de confiança do governador Brizola e foi escolhido para ocupar o cargo que o colocou na frente da Secretaria de Estado responsável pelos principais projetos do governo.

Juntamente com Caruso, segue da CEPE para a CETH, Paulo Schmidt, para ocupar o cargo de Diretor Executivo da Comissão. Em resumo, a função de Schmidt era coordenar a atuação da CETH e levar as decisões ao conhecimento para aprovação do Conselho Diretor da comissão. A entrada de Schmidt na CETH se dá em 8 de novembro de 1960<sup>13</sup>. Ao recordarmos aquilo que afirmara na seção anterior, seu trabalho na CEPE foi definido como um “processo finito” e teria sido realizado em pouco mais de um ano. Ao menos a parte referente ao planejamento das novas escolas já havia sido finalizada no segundo ano de governo. Schmidt conta que depois de concluído o trabalho de planejamento de construção e reforma das novas escolas ele teria sido chamado pelo próprio governador no Palácio Piratini, onde teria sido informado de sua nova empreitada. Brizola teria dito que tinha uma nova “missão” para ele, estava criando a CETH e queria que Schmidt fizesse o mesmo que havia feito em relação ao sistema escolar nos setores de habitação e fundiário do estado.

Desta forma, a comissão deveria atuar nas duas frentes, produzindo um levantamento

<sup>12</sup> Decreto de número 11.201.

<sup>13</sup> Portaria de número 346 de 8 de novembro de 1960.

completo da situação da habitação popular e outro sobre a organização fundiária do estado do Rio Grande Sul. O relatório das atividades do primeiro ano da comissão é bastante elucidativo sobre as competências de cada parte que compunha a CETH. Com relação à habitação competia à mesma:

- 1º. Realizar a escolha, aquisição e legalização dos terrenos onde seriam construídas as casas;
- 2º. Realizar os projetos e construção de moradias;
- 3º. A obtenção e administração dos recursos destinados à construção, reforma, adaptação ou ampliação de moradias;
- 4º. Cobrança de prestações e dívidas porventura existentes.
- 5º. Elaboração e execução de planos para complementação de iniciativa privada, na construção de moradias (Decreto de criação da CETH).

Por outro lado, ficava sobre responsabilidade da Secretaria de Trabalho e Habitação:

- 1º. Pesquisa Social (estudo das zonas, municípios e áreas necessitadas);
- 2º. Determinação das prioridades e condições para aquisição de moradias;
- 3º. Entrega de moradias;
- 4º. Administração e assistência de social às vilas operárias (Decreto de criação da CETH).

No que diz respeito à questão fundiária era de competência da CETH:

- 1º. Elaboração de planos gerais de colonização;
- 2º. Determinação, pesquisa e aquisição de áreas destinadas à colonização;
- 3º. Desapropriação e recebimento de glebas;
- 4º. Entrega à Secretaria de Agricultura de áreas a colonizar (Decreto de criação da CETH).

Desta feita, competiria à Secretaria de Agricultura:

- 1º. Recebimento das áreas destinadas à colonização;
- 2º. Levantamento topográfico das terras e elaboração de planos detalhados da colonização.
- 3º. Venda e documentação das colônias, assegurando a continuidade de domínio (Decreto de criação da CETH).

Ainda no relatório da atuação da CETH durante o ano de 1960 é possível identificar as primeiras iniciativas da comissão no setor habitacional. Destacando as seguintes atividades:

- 1º. A legalização de terrenos onde programas anteriores ligados à Secretaria de Obras Públicas tinham construído casas populares; entretanto, sem legalizar a propriedade destes;
- 2º. Abertura de um edital público para a construção de 2000 mil casas populares que não foram construídas porque nenhuma das propostas apresentadas foi julgada aceitável;
- 3º. A captação de recursos para a conclusão de obras iniciadas em 1959 nos municípios de Alegrete e Itaqui, por razão das chuvas que deixaram parte da população local desalojada e auxílio à vilas operárias da cidade de Rio Grande por razão dos prejuízos provocados por um forte vendaval.
- 4º. A cobrança das prestações em atraso das casas construídas por meio de antigo programa da Secretaria de Obras Públicas. Os recursos provenientes desta cobranças seriam realocados em novos projetos da CETH.
- 5º. Estava sendo finalizado um estudo para a construção de moradias populares em

todo o estado por meio de parcerias do governo com as prefeituras. Ainda nessa direção, estava sendo levantada a possibilidade de se desenvolver um programa de financiamento para a casa própria daqueles que já possuíam o terreno, mas não tinham condições de construir a moradia (Relatório de atividades da CETH do ano de 1960).

O relatório também traz informações pertinentes às primeiras iniciativas do governo na aquisição de terras para agricultores e suas organizações. O documento apresenta informações sobre a compra de 572 hectares em São José do Ouro. Além disso, afirma que outras três possibilidades estavam sendo estudadas, a primeira delas tratava-se de uma propriedade de 566 hectares em Encruzilhada do Sul, outra de 979,6 hectares em São Jerônimo e, por fim, 1.230 hectares em Santiago. As duas primeiras seriam terras de posseiros, tendo por finalidade da compra a legalização da situação destes que são quem realmente produzem nas áreas. A última tratava-se de terra livre que assim que fosse escriturada seria repassada à Secretaria de Agricultura para que fossem realizados projetos de colonização. Além dessas aquisições, o governo do estado havia aberto uma concorrência pública para a aquisição de terras em Caçapava do Sul, Encruzilhada do Sul, Piratini e Canguçu. Merece destaque que, apesar de constar entre as atribuições da CETH – no que diz respeito à questão fundiária – a alternativa da desapropriação, essa opção não parece ter sido considerada para as propriedades supracitadas.

Em documento de 11 de março de 1961, João Caruso, então secretário de agricultura, repassa ao governador “*as linhas gerais do problema da moradia no Rio Grande do Sul e a indicação de providências*” para enfrentá-lo. Este se inicia apontando que o problema habitacional do estado se apresentava tanto na área urbana quanto na rural, especialmente nas cidades industrializadas e nas que se situam na área de produção pecuária. Segundo consta no documento, as principais razões para o agravamento do quadro de crise de moradias no estado estavam ligadas à política econômica adotada pelo governo federal, o processo inflacionário e a desigual divisão da propriedade estabelecida no Rio Grande do Sul, onde em função desta última, estaria se obrigando um considerável número de pessoas a abandonar as áreas agrícolas do estado em busca de empregos nos grandes centros. Além disso, a presença do latifúndio estaria “*negando ao homem do interior o direito de produzir, ou concedendo-os de forma insuficiente*”. O estado apresentava naquela época um déficit habitacional da ordem de 60 mil moradias, onde 20 mil destas estariam em Porto Alegre e nas cercanias e as outras 40 mil espalhadas pelo restante do estado. Como indicação de providências nessa área, o Secretário sugere que a questão somente poderia ser resolvida diante da atuação conjunta de União, Estados e Municípios, com os dois primeiros assumindo a responsabilidade da destinação de recursos para os projetos enquanto ficaria a cargo dos municípios o fornecimento da infra-estrutura básica para a conclusão dos projetos como fornecimento de água, luz, terraplanagem e transporte.

Em outro documento, sem data definida, intitulado “Casa Popular no Rio Grande do Sul”, devidamente produzido em papel timbrado da Comissão Estadual de Terras e Habitação, traz informações complementares sobre como solucionar o problema habitacional do estado, dividindo as responsabilidades entre os diferentes entes federativos. Trata-se de um plano extenso, que apresentava uma diversidade de referências técnicas sobre a fonte dos recursos para cada etapa e como, em 10 anos, se tomadas aquelas medidas, a pressão sobre o déficit habitacional poderia ser reduzida.

Apesar de todo o esforço em produzir dados sobre o problema habitacional do estado e também para a elaboração de planos que deveriam ser postos em prática conjuntamente com a União, pouco pôde ser encontrado sobre a elaboração de grandes projetos nessa área, salvo aquelas primeiras informações trazidas no relatório de atividade da CETH sobre o ano de



1960, podendo ser somadas a esta as informações encontradas em outro documento timbrado da CETH, também sem data, que informa a criação de convênios do governo do estado com as prefeituras de Rosário do Sul, Ijuí, Bagé e Uruguaiana para a construção de 100, 30, 150 e 60 casas em cada um desses municípios respectivamente, totalizando um montante gasto da ordem de Cr\$9.500.00,00. O documento traz ainda informações sobre o auxílio do governo do estado a 19 municípios do estado que teriam passado por calamidades climáticas, que geraram despesas da ordem de Cr\$14.337.392,00. Além disso, a partir deste, podem ser localizadas também despesas de Cr\$2.095.493,10 na perfuração de 402 poços para o fornecimento de água nas cidades de Alegrete e São Leopoldo.



**Figura 1: Registro dos projetos de habitação popular da CETH - Arquivo Paulo Schmidt - sd.**

Diante dos investimentos na realização do levantamento dos problemas do setor habitacional realizado pela CETH no Rio Grande do Sul e dos documentos encontrados sobre suas atividades, pode-se perceber que suas ações, ao menos nessa área foram bastante reduzidas. Informações reafirmadas por Paulo Schmidt, Diretor Executivo da comissão na época, confirmam que grande parte das ações desta no setor habitacional foi prejudicada pela dificuldade do estado em conseguir recursos para a área. Segundo Schmidt, a comissão acabou por agir especialmente naquelas frentes em que o governo do estado podia atuar sem que fosse necessária a mobilização de muitos recursos, como a legalização de propriedades já construídas e pequenos financiamentos para a construção de casas para contribuintes que já tivessem um terreno disponível, além de obras de reparo diante de situações de urgência, conforme foi apontado nos dados dos relatórios reproduzidos anteriormente<sup>14</sup>.

<sup>14</sup> Uma das possibilidades colocadas à época como alternativa para ampliação dos programas habitacionais do governo do estado foi a utilização de recursos provenientes da Aliança para o Progresso. O projeto tinha a intenção de fortalecer a presença norte-americana nos países da América Latina e refrear a influência de Cuba na

Entretanto, se o setor habitacional foi amplamente discutido dentro do governo e teve seus problemas pouco atacados, a situação no setor fundiário do estado parece ter transcorrido exatamente no sentido inverso, ou seja, poucos documentos foram localizados sobre as preocupações da CETH com a questão fundiária. Em dados mais precisos, de toda a documentação encontrada sobre a CETH, somente dois produtos são exclusivos à questão fundiária, o que não representa absolutamente que a preocupação da comissão sobre nessa área tenha sido reduzida. Ao contrário, foi por meio de uma das primeiras iniciativas da CETH que se começou a desenhar os traços da política de reforma agrária desenvolvida mais a frente pelo governo do estado.

Assim como já vinha se caracterizando em outras áreas de atuação do governo, um levantamento da questão fundiária também foi elaborado. Apresentado em 1961, trata-se de um documento de relevância, pois teria sido a partir de sua produção que foi levada ao governador a idéia de criar um órgão estadual responsável exclusivamente para tratar assuntos referentes à questão fundiária. Intitulado “Relação de Proprietários Rurais com áreas superiores a 2.500 hectares”, o documento representa o resultado do trabalho realizado em 71 municípios do estado – representando quase 50% de todos os existentes na época no Rio Grande do Sul<sup>15</sup> –, onde foram mapeadas todas as propriedades de cada um desses municípios que ultrapassassem 2.500 hectares de terra. Foram contabilizadas 863 propriedades nessa condição nas cidades pesquisadas. O documento trazia o nome da cidade, abaixo dela a lista com o nome de todos os proprietários, fossem pessoas físicas ou jurídicas, com o tamanho total da propriedade ao lado de cada nome. Para finalizar, foi realizado um cruzamento dos nomes de proprietários das diferentes cidades a fim de buscar aqueles que tinham mais de uma propriedade que ultrapassasse aquele mesmo limite de 2.500 hectares. Esse último trabalho se converteu em uma lista de 47 nomes que traziam números que dimensionavam a presença do latifúndio no estado. Por exemplo, Claro Caceres era responsável por duas propriedades que somadas alcançavam a menor extensão encontrada neste documento, com “apenas” 5.456 hectares de terra entre suas propriedades em General Câmara e São Francisco de Assis. Na outra ponta dessa lista podiam ser encontrados números mais expressivos como os 35.923,92 hectares de terra de Tomas Albornoz em Quaraí e Livramento, ou mesmo os 49.261,02 hectares de José Gomes Filho, totalizados de suas propriedades em Lavras, Livramento e Dom Pedrito. Dentre os proprietários que só tinham uma faixa de terra destacavam-se Maciel Terra com 28.460,81 hectares em Tupãnciretã e a Estância Júlio de Mailhos S.A. em Sarandi com 24.304,01 hectares de terra.

Dessa forma, o trabalho de levantamento da situação fundiária do Rio Grande do Sul permitiu que fosse desenhado um mapa do latifúndio de todo o estado. Schmidt, que na época era Diretor Executivo da CETH, conta que mandou os técnicos da comissão visitarem os cartórios das cidades e fizessem o levantamento das propriedades. Segundo ele, o trabalho somente pôde ser feito porque o governador delegava plenos poderes a seus subordinados. Os responsáveis pela coleta dos dados chegavam aos cartórios (ou exatorias como também são conhecidos no Rio Grande do Sul) munidos de uma carta do governador que os autorizava a ter pleno acesso aos livros de registro das propriedades locais.

Paulo Schmidt conta que o produto resultante da pesquisa da situação fundiária do estado foi apresentado ao governador por João Caruso, Secretário de Obras Públicas e Diretor

---

região por meio da liberação de recursos para obras de infra-estrutura. Schmidt conta que chegou a ser enviado pelo governador para conhecer os detalhes do programa junto ao governo federal; entretanto, a política de juros excessiva e a qualidade contestável dos projetos propostos acabaram não permitindo a utilização desses recursos na ampliação da política habitacional do Rio Grande do Sul.

15 Segundo dados encontrados na publicação Divisão Territorial do Brasil – IBGE (1965) disponível na internet em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DTB1963.pdf>.

do Conselho Executivo da CETH; entretanto, Schmidt reivindica para si a idéia de propor ao governador a criação de um órgão de governo destinado exclusivamente para realizar projetos de reforma agrária. Como resultado dessa proposta teria sido criada em 07 de agosto de 1961 o GT-14 que, segundo seu documento de criação, tinha como objetivo:

[Proceder] estudos e sugerir medidas, objetivando uma ação concreta do poder público estadual no setor agrário, inclusive a realização de planos de colonização. Igualmente deverá o Grupo de Trabalho sugerir medidas de igual natureza que devam ser pleiteadas junto ao Governo Federal (Portaria de número 131 de 07 de agosto de 1961).

A portaria que cria o grupo traz ainda informações sobre a vinculação institucional do GT junto ao Conselho de Desenvolvimento do Estado e os nomes dos componentes responsáveis pelo grupo, destacam-se novamente a presença de Paulo Schmidt e, pela primeira vez o nome de Paulo Schilling, designado na portaria como contabilista. A presença deste último merece destaque, porque se trata de um personagem que se relaciona diretamente aos eventos analisados no capítulo seguinte, quando da criação de associações de agricultores sem terra. Por último, a portaria que criou o GT-14 informa ainda sobre o prazo de atividade do órgão, que deveria entregar em 60 dias o relatório final de suas atividades. Não foi possível localizar o relatório mencionado, nem mesmo alguma garantia que tenha sido produzido, mas em 14 de novembro de 1961, o governador Leonel Brizola cria por meio de decreto o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA).

#### 1.4 - IGRA: Consolidando a forma

A criação do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, no dia 14 de novembro de 1961, retratou a consolidação de passos e medidas pontuais que vinham sendo promovidas pelo governo do estado, de forma lenta e dispersa pelos diferentes órgãos da administração estadual, na direção de uma política de reforma agrária. No momento anterior, como pode ser percebido durante a atuação da CETH, falava-se em problemas fundiários, mas o termo “reforma agrária” não havia sido empregado em nenhum momento nos decretos de criação e tampouco nos relatórios ou projetos desenvolvidos pelo governo. A partir da criação do IGRA, não se inaugura somente um novo órgão, mas também uma nova posição do governo, voltada para a promoção de uma política de reforma agrária. Além disso, os alvos dessa política que antes eram tratados como colonos ou trabalhadores rurais passaram a serem nomeados, dentro dos instrumentos do governo, como sem-terra ou, no máximo, como colono sem-terra.

O decreto de criação do IGRA<sup>16</sup> o descreve como um “órgão promocional e de planejamento”. Alguns de seus principais objetivos estavam enumerados no artigo segundo do decreto, que definia como função do instituto:

2. Estudar e sugerir ao Governo projetos, iniciativas, bases e diretrizes de uma política agrária para o Estado do Rio Grande do Sul, objetivando a melhoria das condições sócio-econômicas da população rural, o estabelecimento de um ambiente de justiça social no interior rural e, especialmente, quanto ao uso e propriedade da terra;
3. Promover o acesso à terra e à propriedade dos agricultores sem terra – parceiros, arrendatários e assalariados rurais – e das populações marginais egressas do campo;
4. Promover a legalização das terras ocupadas pelos pequenos agricultores,

---

<sup>16</sup> Decreto de número 12.812 de 14 de novembro de 1961.

evitando-se, no entanto, a formação do minifúndio;

5. Promover a organização de núcleos coloniais e comunidades agrícolas dentro das modernas técnicas de colonização e produção;

6. Fomentar a organização de cooperativas e incentivar o espírito associativo de cooperativista entre as populações rurais, articulando-se para este fim com os órgãos competentes e específicos da Administração do Estado (Decreto de criação do IGRA).

As funções do recém criado instituto, enumeradas acima, são importantes para que se verifique a dinâmica das transformações na política agrária do governo gaúcho no período, ou seja, a modificação da forma como a questão fundiária passou a ser trabalhada a partir da criação do IGRA. O primeiro objetivo é indicativo da relevância que o setor passa a desfrutar dentro do governo quando da criação de um órgão que destinava todos os seus recursos e atenções para o reordenamento que questão fundiária do estado. O segundo ponto é, possivelmente, o que mais bem representa a mudança da forma como o governo Brizola passaria a lidar com sua política agrária, ao categorizar os demandantes desta política como sem-terra. Se antes estes eram reconhecidos, até mesmo nos documentos do estado, como colonos ou trabalhadores rurais, a partir da criação do IGRA, a categoria empregada para todos que não tinham acesso a terra passou a “sem terra”. Mais do que uma posição ideológica, como será desenvolvido adiante, a aplicação do novo termo já apontava a fundamentação jurídica mobilizada pelo governo do estado para legitimar suas iniciativas na área.

O terceiro objetivo, dos que foram destacados do decreto, dá a exata dimensão de como a política fundiária do governo foi se transformando através do tempo. A iniciativa da legalização das terras de posseiros que estivessem produzindo em áreas do estado já estava presente nas normas de funcionamento da CETH. Sua continuação dentro das margens de atuação do IGRA permite verificar que a reforma agrária do governo Brizola foi produto de longo processo de construção de referências e modos de agir. Por último, as informações apresentadas nos últimos dois pontos dizem respeito ao modelo de reforma agrária que estava sendo pensado para o estado, aquele que permitisse o acesso à terra ao pequeno produtor, mas levando em conta a sua inclusão no sistema produtivo, isto é, buscava-se proporcionar por meio do cooperativismo e da assistência dos grupos técnicos do estado uma forma de que esses novos pequenos produtores pudessem trabalhar de forma sustentável.

Ainda no decreto de criação do IGRA é possível localizar a ordem de entrada em imediato funcionamento da Comissão de Reforma Agrária e Levantamentos Especiais, a CRALE. Esta teria entre suas principais funções:

(...)

2- Cadastrar o agricultores sem terra ou com terra insuficiente (minifúndios) e seus familiares;

3- Inventariar as terras do Estado, ocupadas ou não por terceiros;

4- Incentivar a criação e auxiliar a manutenção de associações de agricultores com ou sem terra, sindicatos rurais e associações de desempregados (Decreto de criação do IGRA).

A partir das informações acima é possível verificar que, como seu próprio nome já indica, a CRALE seria responsável pelo levantamento das informações para posterior planejamento e promoção dos projetos pelo IGRA. Entretanto, merece ser destacada a informação do item três, porque esta vem acompanhada de um parágrafo que indica “[as] organizações de classe previstas no item anterior, existentes ou que venham a se organizar, que obtenham parecer favorável do IGRA, serão consideradas, por decreto, como de

*utilidade pública*”. Essa afirmação é bastante importante porque o dito reconhecimento destas como de utilidade pública significava a possibilidade de serem colocadas em uma posição privilegiada de acesso não somente a recursos, mas também aos demais espaços do governo.

Por fim, uma última informação relevante que pode ser apontada a partir do decreto de criação do IGRA não está propriamente no corpo do texto, mas sim em quem o assina. O decreto também traz a substituição do Secretário de Agricultura Alberto Hoffmann, por João Caruso. Hoffmann ocupava o cargo desde o início do governo e, segundo Cardoso (1999), sua nomeação esteve atrelada à coligação que elegeu Brizola, que além do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), legenda do governador, contou com o Partido da Representação Popular (PRP) de Hoffmann e o Partido Social Progressista (PSP). Segundo a autora, o PRP teve a oportunidade durante o governo Brizola de, pela primeira vez, ocupar cargos de primeiro escalão no executivo do estado; entretanto, as divergências entre as posições do PRP e do PTB se acirraram com o transcorrer do tempo, provocando um desligamento dos representantes do PRP em outubro de 1961<sup>17</sup>. Não foi possível estabelecer qualquer relação direta entre a presença do PRP no governo e o andamento da política de reforma agrária adotada, entretanto, é importante que se destaque que quanto às transformações mais significativas passaram a ocorrer na política agrária do governo, a Secretaria de Agricultura já havia sido ocupada por Caruso, que como foi dito anteriormente, era homem de confiança do governador e vinha coordenando áreas importantes do governo. Cabe ainda ressaltar que, quando Hoffmann ainda ocupava o cargo de Secretário, até mesmo as decisões que, a princípio, estariam sob a alçada do Secretário de Agricultura, como aquelas sobre a aquisição de áreas para projetos de colonização, acabaram sendo coordenadas pela CETH. Esta que apesar de ser organizada a partir de representantes da Secretaria de Agricultura, de Trabalho e Habitação e de Obras Públicas, tinha como presidente do órgão exatamente o Secretário de Obras Públicas, João Caruso. Essas informações levam a entender que Brizola, apesar de ceder ao PRP uma importante pasta da administração estadual, a manteve enfraquecida enquanto este fez parte do governo, uma vez que grande parte das decisões que, a princípio, estariam sob a responsabilidade do Secretário de Agricultura eram redirecionadas a outros órgãos da burocracia estatal enquanto o PRP se manteve a frente desta secretaria.

Desde a criação da CETH, o governo do estado passou a produzir uma variedade de materiais sobre a situação habitacional do estado e apontava para soluções que passavam por iniciativas que contemplavam a participação de outras esferas de governo, sendo a questão fundiária reconhecida como central. Importância esta consagrada na documentação referente ao IGRA, como pode ser visto no item “Sugestões do Governo do Rio Grande do Sul visando encaminhar a questão agrária e o problema das populações urbanas sem casa própria” que destacava:

A Reforma Agrária deve realizar a democratização da propriedade e permitir o acesso e fixação do homem à terra, como proprietário e não como servo, inclusive dos trabalhadores rurais, que além disso, devem ser, indispensavelmente, amparados por um regime de garantias jurídico-sociais. O processo de democratização da propriedade deve ter em vista, especialmente, a difusão da pequena e média propriedade, organizações cooperativas, planos de produção e todo um conjunto de normas que venham evitar e corrigir os aspectos negativos do minifúndio (Sugestões do Governo do Rio Grande do Sul visando encaminhar a questão agrária e o problema das populações urbanas sem casa própria – s/d).

A passagem acima permite verificar como o governo do estado passou a colocar a reforma agrária como alternativa não somente para a melhoria das condições dos grupos

---

<sup>17</sup> Para mais informações sobre o PRP e sua relação com os governos estaduais do período, ver Cardoso (1999).

sociais impossibilitados de ter acesso a terra, mas também como forma de inserção deles no mundo do trabalho. Além disso, o documento também traz sugestões para a forma como o problema deveria ser atacado também no resto do país. Para o governo gaúcho “*caberá à União, por seus poderes Legislativo e Executivo, oferecer as diretrizes gerais da legislação básica para a Reforma*”. Depois que esses primeiros passos fossem dados pelo governo federal, caberia aos estados e municípios, assistidos pela União, promover os projetos de colonização e assentamento localmente. O documento elege como maior entrave à reforma agrária a escassez de recursos para sua promoção; dessa forma, defendia desde a revisão dos valores do imposto territorial rural (ITR) até mesmo a taxa extra de propriedades que ultrapassassem 1000 hectares. Ainda nessa direção, o documento aponta, como nos seguintes termos, sua última sugestão:

O governo do Rio Grande do Sul propõe, ainda, que os Poderes da República, através de reforma constitucional ou, se possível, de legislação ordinária, adotem normas visando limitar a extensão da propriedade rural para um mesmo proprietário, guardadas as devidas peculiaridades locais e regionais, localização, bem como a natureza e tipo de exploração agropastoril a que se destina.

Esta sugestão apresentada no documento pode ser relacionada às informações recolhidas no levantamento da questão fundiária do estado que conseguiu, por meio do cruzamento de dados levantados em diversos municípios do estado, listar 47 nomes de pessoas físicas e jurídicas que, somadas à extensão de suas propriedades, facilmente passavam da casa dos 10.000 hectares, com alguns deles quase chegando a 40.000 hectares de terra cada um, conforme foi destacado anteriormente

Entretanto, de todas as sugestões para se que se promovesse a reforma agrária apresentadas no documento, seguramente a mais importante foi a indicação dos artigos, tanto da Constituição Federal de 1946 quanto na Constituição Estadual de 1947, que poderiam ser mobilizados para que, judicialmente, as iniciativas favoráveis ao reordenamento da situação fundiária do estado não fossem contestadas. No que diz respeito à Constituição Federal, o artigo destacado era o 145:

Art. 145 - A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social, conciliando a liberdade de iniciativa com a liberdade do trabalho humano.

Parágrafo Único - A todos é assegurado que possibilite assistência digna. O trabalho é obrigação social (Constituição Federal de 1946).

Se o artigo da Constituição federal é pouco específico no que diz respeito à questão rural ou mesmo a realização de projetos de reforma agrária, o mesmo não se repete no caso da Constituição Estadual, conforme determinam os seguintes artigos:

Art. 173 - O Estado prestará assistência aos trabalhadores urbanos e rurais, **aos pequenos agricultores e às suas organizações legais**, proporcionando-lhes, entre outros benefícios, meios de produção e de trabalho, crédito fácil, saúde e bem-estar.

Art. 174 - O direito à propriedade é inerente à natureza do homem, dependendo seus limites e seu uso da conveniência social.

§ 1.º - O Estado combaterá a propriedade improdutiva por meio de tributação especial ou mediante **desapropriação**.

§ 2.º - Atendendo aos interesses sociais, o Estado poderá, mediante desapropriação, prover a justa distribuição da propriedade de maneira que o maior número possível de famílias venha a ter sua parte em terras e meios de produção.

§ 3.º - **O Estado promoverá planos especiais de colonização**, visando as finalidades do parágrafo anterior, **sempre que a medida fôr pleiteada por um mínimo de cem**

**agricultores sem terras**, de determinada região.

§ 4.º - O Estado facilitará a fixação do homem à terra, estabelecendo plano de colonização ou instalação de granjas cooperativas, com o aproveitamento de terras públicas ou, mediante desapropriação, de terras particulares, de preferência as socialmente não aproveitadas.

§ 5.º - Poderá também o Estado organizar fazendas coletivas, orientadas ou administradas pelo poder público destinadas a formação de elementos aptos às atividades agrícolas (Constituição do Rio Grande do Sul de 1947 - grifo do autor).

Como pôde ser visto, os artigos 173 e 174 da Constituição gaúcha de 1947 são bem mais específicos do que a Carta Magna Federal sobre as possibilidades de promoção de projetos de reforma agrária. Especialmente o artigo 174 da Constituição do estado é inteiramente voltado ao atendimento de demandas por terra. Mesmo reforçando a propriedade privada, o texto se complementa pela possibilidade de tributação extra ou mesmo de realização de desapropriações daquelas propriedades que se mantivessem improdutivas. Por último, o texto constitucional apresenta como obrigação do estado a realização de projetos de colonização sempre que fosse apresentada uma demanda de no mínimo “cem agricultores sem terra”. Essa informação é fundamental para que se compreenda, por exemplo, as razões do governo, nos mais diferentes espaços, sugerir a promoção e organização de associações de trabalhadores porque era a partir delas que este poderia legitimar suas ações de reforma agrária. Neste sentido, o documento intitulado “Notas sobre a Comissão de Reforma Agrária”, do dia 18 de agosto de 1961, isto é, ainda do período de atividade do GT-14, traz informações bastante objetivas sobre a forma pela qual o governo do estado passaria a orientar sua política agrária daquele momento em diante, algumas tais como:

4. A reforma não deverá ter cunho socialista, com a exploração coletiva da terra. Deverá ter como base a democratização da propriedade, pela difusão da pequena propriedade. Um bem organizado sistema de cooperativas nos núcleos agrícolas e legislação específica visando evitar o minifúndio corrigirão os aspectos negativos que a exploração agrícola em pequena escala apresenta.

(...)

6. Qualquer modificação na estrutura de um país depende de correlação de forças entre as classes interessadas, do poder político das mesmas. Até agora predominavam, absolutos, os interesses da classe dos proprietários de terra, tornando impossível qualquer modificação.

7. Atualmente, em razão do associativismo, cresce a força política dos “sem terra”, tornando possível já a realização de uma reforma. À medida que aumenta o poder político dos agricultores sem terra, radicaliza-se a situação. Assim como, até agora, em razão do predomínio político dos proprietários não era possível nenhuma reforma, quando os agricultores sem terra tiverem o domínio absoluto da solução política, a solução seria do confisco puro e simples. A correlação de forças dominante, no entanto, determina uma solução intermediária.

(...)

9. **As associações dos agricultores** sem terra deverão ser de dois tipos: as primeiras nos moldes das dezenas **já organizadas no estado, com finalidade de agitar o problema**; as outras, que irão surgindo a medida que o agricultor conquista a terra, terão a missão de executar os planos de colonização, transformando-se em cooperativas mistas de produção e consumo. (Notas sobre a reunião da Comissão de Reforma Agrária de 16 de agosto de 1961- grifo do autor).

As informações apresentadas acima são de precisão distinta da maioria dos documentos mobilizados até aqui. É provável que a linguagem direta empregada na exposição dos pontos esteja relacionada ao caráter informal do mesmo. Conforme o título sugere, tratava-se de pontos debatidos por pessoas responsáveis pelos rumos da política agrária do governo.

Entretanto, a informalidade do documento não impede que questões bastante significativas sejam consideradas a partir do exposto na passagem acima, ao contrário, permite a análise de como questões referentes a reforma agrária eram discutidas internamente. Nesse sentido, o item 4, destacado na passagem acima, traz a preocupação de que a reforma agrária fosse realizada por meio da legislação vigente - que dispunha de dispositivos jurídicos pertinentes à iniciativa – desvinculando os projetos de qualquer “cunho socialista”. Já os itens 6 e 7 são importantes por ilustrarem um pouco da forma pela qual os representantes do governo do estado verificavam o andamento das questões referentes aos problemas da situação agrária. É possível identificar que, apesar de constatarem uma estreita correlação entre o poder político e os grupos dos grandes proprietários de terras, os representantes do governo do estado igualmente percebiam, mesmo que de forma ainda incipiente, um crescimento da “força política” dos sem terra, especialmente por razão da expansão do associativismo. Tema de alguma maneira é recuperado no item 9 do documento parcialmente reproduzido acima. A função atribuída às associações no documento, “de agitar o problema”, parece completar com perfeição o quadro determinado na Constituição do estado para que o governo passasse a agir. Isto é, as associações de agricultores tornavam o problema público e tinham a possibilidade de preencher o requisito do número de agricultores necessários para justificar as ações do governo.

É evidente que todas essas diretrizes, tanto a citação do texto constitucional, quanto as sugestões que o governo do estado apontava nos relatórios e em seus documentos internos, somente ganham importância quando se pode verificar que essas possibilidades foram determinantes para orientar os rumos que tomaram tanto o próprio governo, quanto os demandantes por reforma agrária que, pouco tempo depois da criação do IGRA, passaram a ganhar mais destaque e a se portar de forma diferente daquela que vinha sendo desenvolvida até aquele momento, como será visto no capítulo seguinte.

### 1.5 – Aprendendo a fazer: Política e Reforma Agrária

Conforme foi apresentado na seção anterior, aquilo que culminou na criação do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária foi, antes de tudo, um acúmulo de formas de agir, que se tornaram características à *figuração* do governo de Brizola. Elias (2006) entende por *figuração* o produto das relações humanas que se formam e transformam através do tempo, possibilitando que os indivíduos acumulem experiências sociais, ou seja, esta é produto da interação entre diferentes sujeitos e, como marca de processos em constante transformação, sofre modificações e se altera a partir das relações que se estabelecem dentro dela. Conforme foi explorado no decorrer do capítulo, uma das dimensões apresentadas no trabalho é o processo de transformação das bases da política agrária do governo estadual e, de que forma, o deslocamento de determinadas pessoas por diferentes espaços de poder imprimiram novas possibilidades e alternativas. Ainda seguindo o modelo interpretativo de Elias, juntamente a discussão do conceito de *figuração* é fundamental que considere a *posição* dos sujeitos dentro da desta, tendo em vista que a segunda determina a dimensão da ação individual. Essa preocupação se sustenta porque, segundo o autor, as transformações que se promovem nas *figurações* estão diretamente relacionadas a *posição* que cada sujeito ocupa naquele contexto. Vale destacar que, conforme visto no decorrer do capítulo, o deslocamento de pessoas como João Caruso, circulando entre diferentes Secretarias de governo, bem como Paulo Schmidt, pelas diversas comissões e institutos, parece ter sido significativo para a adoção de medidas alternativas às que vinham sendo tomadas anteriormente. Além disso, esta seção que finaliza o presente capítulo busca indicar de que forma experiências anteriores também podem merecer destaque naquilo que se configurou como principais as principais prerrogativas do governo de



Brizola. Isto é, ao retomar momentos anteriores da carreira política do governador se procura desvelar parte das características incorporadas ao *habitus* do político. Este último, se correlaciona diretamente ao demais conceitos de Elias apresentados até aqui pois é aquele que confere particularidade aos sujeitos. Segundo Rosa:

O conceito de *habitus* resume para Elias o papel do indivíduo no processo histórico. *Habitus* seria uma "segunda natureza", ou seja, as características sociais que o indivíduo incorpora (tornar corpo: *embodiment*) logo que entra em processo de socialização. (...) Este saber, no entanto, muda com o tempo. Exatamente porque a sociedade e as experiências sociais dos indivíduos continuam se acumulando, se fragmentado e pospondo, algumas são perdidas e outras agregadas (2000:30).

De outro modo, é o *habitus* aquele responsável por produzir resultados diferentes a partir da mesma *posição* numa *figuração*, ou seja, é o que determina que as ações de um indivíduo se diferenciem das dos demais. Nesse sentido, esse breve investimento sobre experiências políticas anteriores torna-se relevante para que se conheça a relação prévia entre o governador e algumas questões postas em destaque durante seu mandato. Dessa maneira, pretende-se evidenciar, a partir deste investimento, que parte do processo de *socialização política* de Brizola esteve diretamente relacionada com questões que foram atacadas de forma central durante seu governo.

Desde as primeiras ações, no início daquela legislatura, o reconhecimento da situação do setor que deveria ser alvo de reestruturação era trazido por meio de um “levantamento”. Isto foi visto desde episódios mais conhecidos como a encampação das multinacionais que controlavam os setores de energia e telecomunicações do estado, quanto em iniciativas que foram sabidamente algumas das mais significativas tomadas pelo governador, como o projeto de expansão do ensino público no estado. Vale lembrar também que isto se repetiu no setor de habitação e fundiário do estado. Pôde-se verificar que o governo foi consolidando uma forma de agir politicamente que passava necessariamente por essa primeira iniciativa, que era reconhecer as deficiências do setor a ser atacado. Mesmo que esses levantamentos não fossem necessariamente realizados da mesma forma nas diferentes áreas, constituía-se no primeiro passo. Entretanto, outras questões também precisam ser trazidas à tona. Quase todos os atos do governo mostravam um grande conhecimento das alternativas jurídicas que possibilitariam essas ações. Este parecia ter uma preocupação constante em se submeter às leis e jamais se contrapor a elas, ao contrário de rótulos atribuídos ao governador na época, que recorrentemente o classificavam como agitador e subversivo, as ações do governo foram sempre pautadas pelo atendimento da legislação em vigor. O que não pode ser negado também é que aquela administração foi capaz de mobilizar muito habilmente os dispositivos constitucionais para implementar as transformações que julgava significativas. Caso bastante ilustrativo dessa capacidade pôde ser vista quando o governo “descobriu” a possibilidade na Constituição Federal para exercer seu papel na encampação das companhias multinacionais que atuavam no estado. Ainda nessa direção, pode-se apontar a mobilização dos artigos da Constituição do estado que obrigavam o mesmo a atender suas demandas quando grupos “sem terra” demandassem por projetos de reforma agrária.

Dessa forma, pode-se verificar que o governo Brizola soube encontrar espaços de ação, não nas margens da lei, mas dentro da própria, para agir. Mobilizando artifícios que já estavam disponíveis, mas que, por outras razões, não eram comumente acionados. Tratando-se dos projetos de reforma agrária, que é central neste trabalho, a intensa aplicação das responsabilidades apregoadas pela Constituição do estado no que tange à questão fundiária foram determinantes para as ações do governo, ou seja, os artigos 173 e 174 da Constituição Gaúcha de 1947 foram os instrumentos que legitimaram as iniciativas do governo na área.

O fato que diferencia a utilização desses dispositivos constitucionais dos demais é a sua origem. O texto constitucional mobilizado pelo governo do estado era fruto do contexto político que o país vivera no momento de sua criação, ainda na década de 1940. Com o fim do Estado Novo, os parlamentares elaboraram a nova Constituição Federal em 1946 e, em 1947 foi a vez dos estados redigirem suas constituições. No Rio Grande do Sul, as legendas que se fizeram presentes naquele momento foram: o Partido Social Democrático (PSD), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), a União Democrática Nacional (UDN), o Partido Libertador (PL), o Partido da Representação Popular (PRP) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), sendo que os dois primeiros eram os responsáveis pela maior parte das vagas no parlamento estadual (HEINZ 2005). Dentre as 23 cadeiras conquistadas pelo PTB na época, uma delas era ocupada por um jovem de 25 anos, que havia se destacado na militância estudantil durante a faculdade de engenharia da UFRGS e tinha como principal bandeira política a defesa dos direitos dos estudantes. Era Leonel Brizola que, naquele momento, ocupava seu primeiro cargo público. Desde o início das atividades parlamentares o jovem deputado se mostrava bastante atuante, participando ativamente dos debates de quase todas as sessões (BRAGA *et al* 2004).

O PTB, como foi dito, havia ocupado 23 das 55 cadeiras do parlamento estadual, entretanto, Alberto Pasqualini, candidato do partido ao governo do estado fora derrotado nas eleições para Walter Jobim do PSD. Porém, parte do sentimento de derrota sofrido pelo partido na eleição para governador havia sido superado pela grande votação que os candidatos a deputado estadual do partido haviam recebido, até então o PTB não havia tido tantos representantes na Câmara. Apesar do número expressivo, eles não eram suficientes para a inclusão de qualquer novo dispositivo na Constituição a ser elaborada. Diante dessa situação, o PTB teria sido procurado pelo PL a fim de que fosse articulada uma aliança para a aprovação de medidas de interesse dos dois partidos. O PL buscava o apoio da grande bancada do PTB para a sua proposta de regime parlamentarista de governo. Pasqualini, que era advogado e uma das principais referências do PTB gaúcho no período, teria alertado aos membros do PL que o dispositivo defendido por eles seria derrubado na justiça por se manifestar contrariamente ao que estava apontado na Carta Magna federal promulgada em 1946. Mesmo assim, o PL teria insistido com a proposta e, dessa forma, Pasqualini teria articulado o apoio do PTB diante da certeza de que com o apoio do PL os trabalhistas teriam condições de incluir o artigo 174 na Constituição do estado, aquele mesmo que mais de 15 anos depois seria o principal alicerce jurídico para a justificação dos projetos de reforma agrária desenvolvidos pelo governo de Leonel Brizola (BRAGA *et al* 2004:32).

A participação de Brizola na Constituinte de 1947 parece ter sido importante não somente por ter possibilitado o jovem deputado à participação na feitura do texto constitucional. Aquelas primeiras experiências parecem ter ajudado a consolidar as bases daquilo que, no futuro, tornar-se-iam as principais plataformas quanto este passou a ocupar cargos no executivo. Uma das primeiras iniciativas de Brizola na Câmara, ainda na instalação da Constituinte, foi a defesa da melhoria das condições de vida dos estudantes. É importante lembrar que esta havia sido a principal bandeira de Brizola em sua campanha para deputado estadual, ele que já tinha consolidado sua trajetória dentro do movimento estudantil se lançando em condições de pleitear uma vaga na Câmara. Dessa maneira, suas primeiras iniciativas estiveram direcionadas ao setor educacional, conforme pode ser verificado no trecho do discurso do deputado durante a Constituinte de 1947:

Hoje, Sr. Presidente, 80% dos universitários do Rio Grande são legítima e verdadeiramente trabalhadores, que estudam. Aqui estão as verdadeiras causas e não a carência de valores; há, e muitos, verdadeiros gênios até; se aproveitados

convenientemente, freqüentando nossas escolas, alcançariam relevo nas ciências. Julgo, Sr. Presidente, imprescindível que esta Assembléia de representantes do povo conheça, de perto, e muito bem de perto, este problema. Lembremo-nos, srs. representantes, que esses jovens, que hoje se assentam nos bancos acadêmicos, fatalmente, daqui a menos de vinte anos, estarão dirigindo a ciência, a economia, como também, a política do Rio Grande. De nada nos valerá lutarmos hoje pelo nosso desenvolvimento, em todos os setores, se amanhã não possuímos homens suficientemente, em qualidade e quantidade, para prosseguirem o nosso caminho. Para que obtenhamos bons profissionais, em todos os ramos da nossa atividade, além das condições que dizem respeito ao ensino propriamente dito, é indispensável zelar pela sanidade orgânica e moral da juventude, além de proporcionar-lhe todos os instrumentos necessários para desenvolver seus conhecimentos.[...] Afora uma minoria bem situada na vida, filhos da fortuna, o que em nada os desmerece, desde que tenham convicções, a maioria, a imensa maioria, comprime-se em verdadeiros cortiços, em alojamentos insuportáveis, alimentando-se não como e quando necessita, mas como lhe permitem os seus minguados recursos. [...] Essas brutalidades, Sr. Presidente, constituem a causa do desencanto da juventude. Essas brutalidades têm extirpado toda a alegria de viver, e a sua angústia a tem jogado, muitas vezes, para o campo das ideologias exóticas, na esperança de ver minorados os seus sofrimentos. [...] Não podemos compreender por que certas classes de estudantes, como aqueles nossos valorosos colegas, que empreenderam a carreira militar, gozem de tantas prerrogativas e tantas garantias, em paradoxal contraste com a pobreza e desamparo de tantos milhares de rapazes, que se debatem desesperados, com toda a sorte de tropeços e dificuldades, comprometendo profundamente a sua vitalidade. Aqueles sempre dispostos a dar a sua vida para defender a pátria; e estes deverão sacrificá-la, antes mesmo de poder servi-la (apud BRAGA *et al* 2004:342-348)?

Como pode ser percebido na passagem acima, uma preocupação particular do jovem deputado era com as condições de vida dos estudantes universitários que, assim como ele, encontravam enormes dificuldades para garantir meios de sobrevivência enquanto cursavam o ensino superior. Ainda nessa direção, Brizola foi responsável pelo encaminhamento da emenda constitucional que, aprovada, converteu-se no artigo 191 da Constituição. Este previa o ensino gratuito em todos os níveis nas instituições estaduais. Além disso, cobrou o respeito à lei que garantia que os estudantes regularmente matriculados na Universidade ou no ciclo que atualmente se corresponde ao ensino médio tivessem o direito de se ausentarem do trabalho nos dias das provas sem que estes tivessem qualquer tipo de prejuízo nos seus vencimentos (Braga *et al* 2004: 286-287).

Além da preocupação com o atendimento das necessidades dos estudantes, a atuação do deputado sobre o tema não se manteve somente sobre aqueles que já haviam conquistado a oportunidade de estudar. Em 12 de março de 1947, Brizola denunciava a falta de vagas no ensino secundário, ou seja, os estudantes completavam o que hoje é conhecido por ensino fundamental e não conseguiam dar prosseguimento aos seus estudos. Diante disso, o deputado exige que sejam tomadas atitudes em caráter emergencial para a solução dos problemas que, diante da gravidade, acabou por contar com o apoio inclusive do PSD, que na época governava o estado e rivalizava com o PTB a posição de liderança na Câmara (Braga *et al* 2004: 282-283).

Apesar de tomar como importante bandeira de luta a defesa dos estudantes e da melhoria nas condições do setor educacional do estado, Brizola também se envolveu durante o período que esteve no legislativo em outras frentes que foram atacadas diretamente quando ele se tornou governador do estado. No dia 13 de março de 1947, Brizola e outros deputados do PTB passaram a cobrar medidas contra a CEERG, a responsável pelo fornecimento de energia elétrica no estado. Naquele mesmo dia, o presidente da Câmara havia recebido

informações de moradores da Rua do Parque, localizada na cidade de Porto Alegre, denunciando a constante falta de energia elétrica na região que prejudicava não somente os moradores como os pontos comerciais e, especialmente, as atividades de uma empresa siderúrgica que funcionava nas proximidades. Diante das irregularidades no fornecimento de energia, que não se limitava a essa região da capital, mas também se repetia por outros pontos do estado, os deputados do PTB criaram uma comissão para apurar o caso; entretanto, este somente foi enfrentado de forma contundente na década de 1960, durante o governo de Brizola quanto a concessão referente ao serviço foi caçada (Braga *et al* 2004: 283-284).

Além dos problemas no setor de energético, Brizola também se envolveu com questões relativas à habitação popular, encaminhando um projeto que facilitava a construção de casas populares. A proposta reduzia os valores das taxas cobradas para autorização da construção e diminuía das exigências quanto ao tamanho do terreno. Além disso, ainda foram liberadas, somente para a construção de habitações populares, o uso de determinados materiais de menor custo, a fim de permitir um barateamento na construção destas (Braga *et al* 2004:292).

A intensa participação de Brizola na Câmara a partir de 1947 fez o jovem deputado ocupar uma posição de maior destaque dentro do próprio partido, especialmente pelos resultados conquistados nas urnas diante na eleição para deputado estadual em 1950, quando Brizola não somente foi reeleito, mas foi também o mais votado de toda bancada trabalhista, com 15 mil votos. Ampliando exponencialmente os números quando comparados à eleição anterior, quanto havia conquistado pouco mais de 3 mil. A partir daí, Brizola deixava para trás o rótulo de político inexperiente e passava a ser cotado pela direção do PTB para a disputa de outros cargos no estado. Já em 1951 foi candidato a prefeito de Porto Alegre, onde conheceu sua primeira derrota política por pouco mais de mil votos para Ildo Meneghetti do PSD. Em 1952, Ernesto Dornelles, governador do estado pelo PTB desde o ano anterior, lhe nomeia Secretário de Obras Públicas, permitindo que Brizola ocupasse pela primeira vez um cargo executivo, onde permaneceu até 1954 quando é eleito deputado federal com mais de 100 mil votos. Em 1956 Brizola consegue, sem grandes dificuldades, ser eleito prefeito de Porto Alegre, destacando-se pela realização de obras de infra-estrutura e pela reforma e construção de novas escolas para atender ao déficit de vagas encontradas especialmente no setor primário da capital. Com somente dois anos a frente da prefeitura de Porto Alegre, é indicado pelo PTB como candidato ao governo do estado sendo eleito em outubro de 1958 com mais de 600 mil votos, derrotando seu principal adversário, Walter Perrachi do PSD (BRAGA *et al* 2004:50-51).

Refeitos esses caminhos que levaram o nome de Leonel Brizola a ser considerado candidato ao governo do estado do Rio Grande do Sul, é importante que se verifique que muitas das medidas que o colocaram em destaque quando governador não se tratavam, necessariamente, de novidades na sua vida pública. Problemas com o fornecimento de energia ou a precariedade do setor educacional do estado, entre outros, vinham se repetindo há tempos no Rio Grande do Sul e Brizola, como foi visto acima, foi expectador destacado desse processo.

Caso sejam recordados alguns dos pontos destacados no início do capítulo, onde foram apresentados alguns elementos que marcavam o debate sobre a reforma agrária no país, pode-se concluir que o Rio Grande do Sul encontrava-se numa posição peculiar. Se no caso do governo federal, algumas das dificuldades eram conseguir promover reformas que possibilitassem a criação de novas regras para a política agrária no país, no caso gaúcho, a existência do artigo 173 e 174 da constituição estadual já constituía um campo de possibilidades para que o governo local pudesse agir, desde que atendidas as condições de demanda expostas no dispositivo constitucional. Ao mesmo tempo, dispor dessa condição

legal não garantia a implementação dos projetos porque, assim como no restante do país, a necessidade de pagamento em dinheiro pelas desapropriações tornava o investimento em programas de reforma agrária muito oneroso para o estado. Além destas questões, o caso do Rio Grande do Sul também apresentou, assim como em outras partes do Brasil, a emergência de um movimento social que reivindicava modificações na estrutura fundiária do estado. Sendo responsável por uma série de mobilizações que passaram a ocorrer em solo gaúcho a partir de janeiro de 1962. No próximo capítulo, serão analisadas algumas dessas mobilizações, a emergência desse movimento e, além disso, a estreita relação deste com o governo do estado.

## **CAPÍTULO II – AS MOBILIZAÇÕES: GOVERNO E MOVIMENTO EM UMA LIGAÇÃO “UMBILICAL”**

O capítulo anterior foi especialmente direcionado ao processo de construção de todo o aparato burocrático destinado à realização dos projetos de reforma agrária do governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul. Foram consideradas não somente as informações pertinentes ao seu período de governo, mas também, experiências anteriores que se relacionavam com os temas mais recorrentes enfrentados naquele período. Por fim, buscou-se evidenciar como, com o passar do tempo, foi se consolidando uma determinada forma de governar, que passava pelo atendimento de requisitos básicos reconhecimento das fragilidades dos setores a serem atacados e pela profunda articulação com a legislação vigente.

Neste capítulo, entretanto, o foco não serão exclusivamente as ações do governo, mas também a atuação de grupos sociais externos a ele que exerceram papel fundamental para que todo aquele aparato burocrático – lentamente construído e, finalmente, consagrado na instituição do IGRA – passasse a promover projetos de assentamento e colonização de colonos sem terra.

Para isso, inicialmente serão abordadas as ocupações de terra que começaram a ocorrer a partir de janeiro de 1962. Não se busca neste trabalho uma reconstituição total desses processos de mobilização, o que se tentará discutir por meio de algumas delas será a resposta dada pelo governo diante desse fato novo, visto que, até aquele momento, a mobilização e conseqüentemente a ocupação de propriedades por sem terras não fazia parte do cotidiano do estado.

A segunda parte do capítulo será destinada a discutir a relevância do MASTER – Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra – no desenvolvimento da política agrária do governo Leonel Brizola. Recorrentemente, o MASTER tem ocupado papel destacado quando se procura investigar um pouco mais sobre as ocupações de terra mencionadas acima. A bibliografia sobre o tema se concentra, especialmente, em discutir se o movimento era ou não tutelado pelo governo do estado. Para fins desse trabalho, além dessa discussão sobre o tipo de relação que se construiu entre MASTER e governo, procura-se verificar a importância do primeiro para que o último pudesse, de fato, implementar seus planos de reforma agrária.

Desde o capítulo anterior, tem sido uma preocupação norteadora desse trabalho não perceber as transformações colocadas em questão durante o período de governo de Brizola meramente como processos de ruptura. Não que se verifique alguma tendência conservadora no desencadear dos eventos, mas, sob o ponto de vista analítico, tem se mostrado mais interessante verificar os processos de mudança como fruto de acumulação de experiências anteriores que são mobilizadas para o enfrentamento de questões novas. Nesse capítulo, as questões tratadas seguem esta mesma direção, ou seja, os acampamentos não são compreendidas como sintomáticas de uma ruptura, mas sim, como um momento de ordenação das formas inaugurais de reivindicação. Estas, por sua vez, que não podem ser desconectadas de fatos que vinham se sobrepondo nos anos anteriores, como poderá ser visto adiante.

### **2.1 – A Fazenda Sarandi: palco inaugural das mobilizações**

A primeira e mais conhecida ocupação de terra realizada durante o governo de Brizola no Rio Grande do Sul foi a da Fazenda Sarandi. Esta ficava situada no município de mesmo nome, que dista aproximadamente 350 km da capital do estado e tinha área total de 24.304

hectares<sup>18</sup>. A propriedade pertencia a um grupo de nacionalidade uruguaia, chamado Agropecuária Júlio de Mailhos que, assim como vinha fazendo com a Fazenda Sarandi, comprava terras em diferentes países esperando que estas valorizassem para revendê-las com grande margem de lucro. Entretanto, enquanto essa valorização era esperada a área permanecia improdutiva<sup>19</sup>.

A ocupação desta fazenda teria sido liderada por Jair de Moura Calixto, prefeito de Nonoai, cidade vizinha de Sarandi. No dia 11 de janeiro de 1962, Calixto teria liderado os sem terra desde Nonoai até a uma das estradas que cortavam a fazenda. Este local era chamado Capão da Cascavel, em função disso, o acampamento ficou conhecido como o acampamento da Cascavel. Os acampados exigiram a desapropriação da Fazenda Sarandi e a distribuição dela para os sem-terra lá acampados.

Vale recordar que, desde 1960, com a criação da CETH, o governo do estado esboçava mudanças na estrutura fundiária do estado. Como foi visto no capítulo anterior, dos trabalhos da CETH foi criado o GT-14 e, a partir do último, o IGRA. Entretanto, até o momento de criação do último, no penúltimo mês de 1961, nenhum movimento similar a aquele que ocorreu na Fazenda Sarandi, meses depois, havia sido noticiado. Coincidentemente, uma das ações que permitiria todo o aparato burocrático criado ao longo dos três primeiros anos de governo passasse a funcionar era a demanda de um grupo de colonos sem terra organizados, situação que se encaixava perfeitamente com a disposta no texto constitucional do estado e com aquela colocada por meio do grupo liderado por Calixto, na Fazenda Sarandi.

Dessa forma, no dia 13 de janeiro de 1962, somente dois dias depois do início do movimento reivindicatório, o governador Brizola assina a desapropriação da fazenda. A rapidez que o governo atendeu a demanda dos interessados tende a sugerir que o aparato burocrático criado pelo governo se mostrava pronto a responder com eficiência à pressão por terras. Entretanto, outros fatos devem ser considerados sobre os eventos narrados acima. Já foi dito que Calixto era prefeito de Nonoai; outra informação relevante a ser considerada era o seu partido: o PTB, ou seja, o mesmo do governador. Além disso, outro elemento torna ainda mais complicada a versão de que a organização dos sem-terra para acampar teria sido tomada exclusivamente por Calixto. O seu próprio sobrenome já anunciava que seus laços não eram somente com o partido do governo, mas também com o próprio governador. O sobrenome, “de Moura”, de Jair de Moura Calixto e de Leonel de Moura Brizola não era coincidência, indicava a relação de parentesco dos dois. Calixto e Brizola eram primos ou, segundo dizem alguns dos entrevistados “primos-irmãos”. Ao considerar essa proximidade partidária e de parentesco entre os dois dos principais responsáveis pelo desenrolar dos eventos em Sarandi, obrigatoriamente é preciso considerar uma possível articulação entre os interesses do governador e a organização da ocupação por parte de seu primo. Entretanto, a idéia de realizar a ocupação da Sarandi se mostra de forma bastante divergente entre os diferentes participantes do evento.

---

18 Segundo informações encontradas no levantamento da CETH sobre a situação fundiária do estado, discutido no Capítulo I.

19 Jornal O Rio Grande de 23 a 30/08/1979.



**Figura 2: Acampamento do Capão da Cascavel - Fazenda Sarandi - Acervo Paulo Schmidt - Janeiro de 1962.**

Paulo Schmidt, como visto no capítulo anterior, fazia parte do governo desde seu início, participando primeiro da CEPE, depois fazendo parte da CETH, GT-14 e, por fim, do IGRA. Assim como foi mudando de posição dentro dos diferentes órgãos do governo estadual, Schmidt também foi ascendendo na hierarquia deste. Se, em 1959, sua primeira atividade tinha função estritamente técnica, de planejamento, quando chegou ao IGRA, já em 1962, passou a ser Coordenador Chefe do Grupo de Coordenação e Planejamento do instituto, o que lhe colocava em posição inferior somente a João Caruso, Secretário de Agricultura e presidente do órgão. O cargo ocupado por Schmidt o colocava na linha de frente de todos os projetos de reforma agrária desenvolvidos pelo governo e, dessa forma, o fez importante espectador do evento da Sarandi. Schmidt reafirma que a ocupação da Fazenda Sarandi havia sido realizada por Calixto, juntamente com lideranças locais que teriam se apoiado nele por sua proximidade com o governador. A ocupação se justificaria porque a região de Sarandi vinha sofrendo muito com a pressão por terras. Segundo ele, havia um contingente enorme de colonos sem-terra nas cidades próximas àquela fazenda. O processo de êxodo rural vinha se intensificando em função das dificuldades encontradas no acesso terra e, enquanto isso, a área da Fazenda Sarandi permanecia sem produzir. Esse quadro, que contrapunha o latifúndio improdutivo com a dificuldade dos colonos sem-terra, teria sido o determinante para que Calixto, o primo “*meio malucão*” de Brizola, nas palavras de Schmidt, levasse à frente a idéia de ocupar a fazenda dos uruguaios. Schmidt conta que o movimento tinha a intenção de pressionar o governo do estado a realizar a desapropriação da fazenda. Seria um “movimento de protesto” que pretendia mostrar que “havia necessidade e que tinha gente disposta”.



Entretanto, segundo as afirmações do diretor do IGRA, os laços de Calixto com o governante do estado não eram bastante fortes para significar qualquer relação entre os interesses do último com a ocupação. Schmidt afirma categoricamente que Brizola não tinha idéia das intenções de seu primo. Mesmo assim, ele destaca que, depois de iniciada a ocupação, Brizola passou a garantir apoio total à mesma. Isto se deu por meio do envio de víveres para a manutenção dos acampados e, especialmente, pelo envio de policiais da brigada militar<sup>20</sup> para garantir a segurança dos acampados.

Posição um pouco diferente de Schmidt assume Romeu Barleze, sobre o conhecimento do governador da idéia de ocupar a Sarandi. Barleze é uma das figuras chave para a compreensão dos eventos narrados aqui. Ele era suplente, pelo PTB, na Câmara dos Deputados do Rio Grande do Sul durante o período em que Brizola esteve à frente do estado. Dessa forma, em alguns momentos ele era convocado a assumir a vaga na Câmara quando algum outro deputado se ausentava ou passava a ocupar algum cargo no governo. Entre estas idas e vindas Barleze foi convidado para ocupar o cargo de chefe do setor de promoção social e organização rural do IGRA. Assim, Barleze ocupava papel de destaque na relação com os demandantes das desapropriações. Para se ter uma idéia do grau de importância de Barleze dentro do IGRA, ele foi o responsável por receber a Fazenda Sarandi em nome do estado do Rio Grande do Sul<sup>21</sup>.

Dentre as informações dadas por Barleze sobre a Sarandi, a primeira que merece destaque é que ele afirma que lá não houve ocupação, ele diz que na Sarandi o que ocorreu foi um acampamento. Reforça sua sentença ao afirmar que nenhuma cerca havia sido derrubada e que diante disso, não se configurava uma ocupação. A preocupação em reafirmar o caráter legalista do movimento, uma vez que não teria invadido a propriedade de outrem, se coaduna com a definição de “movimento de protesto” destaca por Schmidt. A idéia que passa é que a ocupação foi marcada por uma série de elementos para que evitassem considerá-la como ilegítima. Assim como Barleze, Schmidt também destacou que uma das primeiras coisas que foram feitas na Sarandi foi o erguimento de uma cruz, feita de madeira, e a realização de uma missa. Segundo ele, significaria que aqueles que lá estavam não eram comunistas. Ainda nessa direção, poucos dias depois do início do acampamento, quando Brizola visitou os acampados foi recebido em meio a faixas que diziam “Apelamos ao governador, queremos terras e pão” e “Queremos terras”. Todos esses elementos mobilizados pelos acampados eram carregados de sentidos que se relacionavam tanto às disposições jurídicas encontradas na Constituição do estado, que como foi apontado no capítulo anterior obrigava este a atender a demanda de grupos de sem terra organizados, quanto às questões morais constantemente colocadas em jogo naquele momento histórico particular, como a ameaça de serem considerados comunistas e subversivos. Sigaud (2000), a partir de seu investimento de pesquisa na Zona da Mata de Pernambuco, desenvolveu o que chamou de “forma acampamento” para enumerar um variado número de signos que, com o passar do tempo se consolidaram em um modelo específico para que se realizasse a demanda por reforma agrária. O uso de barracas de lona, o hasteamento de uma bandeira, maneiras características de realizar ocupações e uma linguagem própria ao mundo dos acampamentos são alguns deles. O momento da ocupação da Sarandi é anterior ao qual se baseia Sigaud e, possivelmente por isso, os recursos a serem mobilizados para o reconhecimento do mesmo como legítimo talvez tenha sido ainda maior. Possivelmente eventos como a Sarandi estão relacionados à gênese do processo descrito por Sigaud a partir do mundo dos engenhos. Vale lembrar que a ocupação

---

20 A Brigada Militar se equivale a Polícia Militar na região sudeste.

21 Segundo contou em entrevista, depois de decretada a desapropriação de determinada propriedade e do parecer favorável do judiciário sobre a questão, o governo do estado deveria indicar uma pessoa para receber a área em nome do estado. Segundo Barleze, no caso da Sarandi, ele foi a pessoa designada.

da Sarandi, ou simplesmente o acampamento, conforme defende Barleze, era um episódio inaugural e todas aquelas pessoas, que contassem ou não com o apoio do governo, estavam envolvidas em algo que ainda não fazia parte de uma “forma” possível de se reivindicar terras.



**Figura 3: Acampamento do Capão da Cascavel - Fazenda Sarandi - Acervo Paulo Schmidt - Janeiro de 1962.**

Conforme pode ser verificado, o processo que culminou com a desapropriação da Fazenda Sarandi, se aproxima ao que Tarrow (2009) entende por “oportunidade política”, na medida em que o autor define essa condição como o momento no qual os sujeitos se sentem encorajados a participar das ações, levados ao exercício coletivo diante de um reordenamento de sua margem de possibilidades. Entretanto, ao contrário de algumas premissas do autor que relaciona a idéia de “oportunidade” com um momento de fragilidade do Estado, conforme poderá ser visto também a partir das informações apresentadas adiante, o movimento que emergiu para reivindicação da desapropriação da Fazenda Sarandi contou, além da mobilização de moradores da região com forte respaldo do governo estadual, criando condições diferentes das encontradas em momentos anteriores para iniciativas como aquela de demanda por desapropriação de propriedades privadas.

Ainda nesta direção, Tilly (1995) desenvolve a noção de “repertório de ação coletiva” para descrever o aprendizado que se consolida pelos confrontos vividos pelo movimento, sendo este moldado pela rotina do embate. O autor destaca que os repertórios não advêm da propaganda política ou da filosofia abstrata, mas emergem como produtos culturais, formas de agir coletivamente sintomáticos de um momento histórico. Nesse sentido, as ocupações que se

iniciam a partir da Sarandi parecem ser indicativas do processo de consolidação de um repertório, ou seja, a forma de mobilização e de tornar pública aquela demanda passou a ser reproduzida em outros locais, como será visto adiante.

Voltando às informações trazidas por Barleze, no que diz respeito ao conhecimento do governador sobre a idéia de Calixto de ocupar a fazenda, sua opinião diverge parcialmente de Schmidt. Ao ser questionado se o governador sabia da ocupação, de forma pouco convencida ele afirma que sim, principalmente porque, segundo ele, já era sabido dentro do governo que um acampamento naqueles moldes realizados em Sarandi, sem avanço sobre a cerca e que mobilizasse muitas pessoas não seria mal visto dentro do governo.

Outro personagem que viu de perto os eventos da Fazenda Sarandi foi João Manuel Ribeiro. Na época ele era secretário da prefeitura de Sarandi, que tinha como prefeito Ivo Sprandel. João Manuel presenciou toda a movimentação que a ocupação promoveu na pequena cidade, além disso, vivenciou parte do cotidiano do acampamento ao se envolver como representante da prefeitura em pequenos problemas que lá ocorriam. Ele se recorda de um evento em especial sobre a retirada de madeira dos arredores do acampamento. Segundo ele, havia um acordo para que somente fosse retirada madeira para a manutenção do mesmo, mas estavam ocorrendo denúncias de que alguns acampados estavam vendendo parte do que era retirado e ele teve que interceder junto aos representantes do IGRA para que a atividade cessasse.

João Manuel também reafirma o papel primordial de Calixto diante da ocupação; entretanto, ao ser perguntado se as pessoas haviam entrado na propriedade, ele garante que o acampamento havia sido realizado dentro da Fazenda Sarandi. Essa informação pode ser interpretada de três formas, a primeira delas obriga a uma definição do que seria “dentro” e “fora” da propriedade. É preciso considerar que a Fazenda Sarandi era muito vasta e, naturalmente, cortada por várias pequenas estradas. Dessa forma, o “entrar” na propriedade, para João Manuel, pode significar simplesmente que o acampamento foi feito em uma das estradas que cortava a propriedade. Por outro lado, quando João esteve no acampamento enquanto representante da prefeitura em um caso de litígio em torno da retirada de madeira, e segundo ele mesmo disse, teve de procurar um responsável do IGRA para que o ajudasse a resolver a questão. Isso é importante porque significa que, para aquele momento específico, o governo do estado deveria ter desapropriado a fazenda e já mantinha equipes do IGRA auxiliando os acampados no local. Isto pode significar que a preocupação com a entrada na propriedade já não fosse tão importante. Por fim, pode-se considerar que as afirmações de Schmidt e Barleze podem não ser muito precisas, vale lembrar que ambos ocupavam cargos dentro de um governo que já vinha apresentando uma clara disposição para realizar a reforma agrária e a afirmação de que os sem-terra teriam invadido a propriedade dos “castelhanos”, como diz João Manuel, seria uma contradição ao discurso de legalidade posto em prática naquele momento. Sobre o envolvimento de Brizola com o a ocupação da Sarandi, João Manuel revela não ter muita certeza sobre o grau de conhecimento do governador sobre o fato; entretanto, baseado na relação dos “primos-irmãos”, como repetiu por mais de uma vez na entrevista, reafirma, com desconfiança, que os laços familiares foram determinantes na ocupação da fazenda. De qualquer maneira, as controvérsias em torno da ocupação/acampamento da Sarandi são muitas e o que mais chama a atenção nesse evento é que conforme a posição que as pessoas ocuparam naquele momento, elas revelam impressões bastante distintas de como fora organizada e sobre o papel das lideranças no evento.

Carlos Araújo se envolveu no evento em Sarandi de forma distinta de todos apontados acima. Seu engajamento na militância estudantil o fez não somente espectador, mas participante do processo de mobilização e realização do acampamento da Sarandi. Carlos Araújo nasceu no município de São Francisco de Paula, no interior do estado em 1938. Mais

tarde seguiu para Porto Alegre para prosseguir nos estudos. Nessa época começa a se envolver na política estudantil, filiando-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e por divergências internas neste, deixou a legenda e passou a integrar o Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Junto a outros militantes criou o Centro de Estudos e Debates Castro Alves que seria, *a priori*, um grupo de discussão de obras literárias, mas na realidade era uma alternativa encontrada por eles para fomentar a organização de cooperativas de trabalhadores em pequenas vilas na capital. Eles compravam gêneros alimentícios a preços bastante baixos e repassavam praticamente a preço de custo para os moradores, além disso, realizavam atividades como levar estudantes de medicina para realizar consultas grátis para pessoas carentes. Nesse processo, verificaram que muitos desses moradores das vilas vinham do campo e, a partir daí, resolveram partir para o interior para fomentar a organização de cooperativas. Diante dessa nova empreitada, foram buscar ajuda com Brizola, na época, recém eleito governador (segundo Araújo, na época que resolveram partir para o interior Brizola tinha pouco mais de três meses de governo o que permite, por aproximação, inferir que a data fosse meados de 1959), que tinha forte identificação com a militância estudantil. Brizola teria lhes auxiliado com o espaço para a organização da nova sede do grupo e com o apoio para o transporte. Foi em uma dessas idas pelo interior que os militantes do grupo encontraram um médico que havia lhes ajudado em umas das atividades na capital, mas que no momento do encontro já estava trabalhando no município de Ronda Alta. Por meio dele souberam que havia um prefeito que estava organizando um movimento camponês na cidade. É aí que a história de Carlos Araújo se cruza com a do acampamento da Sarandi, uma vez que o organizador do dito movimento era o prefeito Jair Calixto.

Araújo e os demais componentes do Grupo Castro Alves foram oferecer ajuda ao prefeito, que os teria aceitado, mesmo tendo ficado um pouco reticente pelo fato de serem comunistas; entretanto, Calixto teria dito que precisava de ajuda para organizar o povo. Para Araújo, a idéia de ocupar a fazenda teria vindo exclusivamente de Calixto, que teria pensado em todo o processo sozinho. O conhecimento de Brizola sobre a ocupação, ou mesmo seu incentivo não são considerados por Araújo. Segundo ele, Calixto dizia acreditar que Brizola não o apoiaria sua empreitada porque aquilo poderia provocar uma reação do exército, que tinha enormes contingentes em Passo Fundo, cidade próxima da região.

A organização das pessoas teria sido feita de casa em casa no município de Nonoai, não foram realizadas reuniões. Araújo afirma que Calixto falava sobre os riscos da existência de espíões, tanto do exército quanto de Brizola, interessados em saber onde seria o acampamento. Até mesmo por isso, ninguém teria ficado sabendo do local até o momento dele. As pessoas eram convidadas para ocupar terra, mas sem saber nem mesmo onde.

Por fim, Araújo chega a afirmar que a mobilização para a ocupação da Sarandi chegou a agrupar mais de cinco mil famílias; entretanto, ainda antes de saírem em direção à fazenda, Calixto teria falado a todos sobre riscos que deveriam saber que estavam correndo, caso houvesse uma reação do exército. Diante disso, duas mil famílias teriam desistido. As que permaneceram, seguiram, sob a liderança de Calixto, até o Capão da Cascavel, onde acamparam. O número de famílias envolvidas torna-se importante nesse momento porque, segundo Carlos Araújo, eles teriam entrado nos limites da fazenda, e a razão era de natureza prática, uma vez que não havia espaço o bastante na beira estrada para que todas as famílias se abrigassem. Calixto teria, inclusive, ordenado a abertura de uma espécie de estrada dentro da propriedade, de pouco mais de um metro de largura para que as famílias pudessem construir suas barracas. Além de todas essas informações, outro elemento importante trazido por Araújo é o interesse prévio de Calixto em mobilizar os sem-terra. Isto é, ao ter vivenciado os eventos ao lado daquele que foi o líder da ocupação, pode-se resgatar da narrativa de Araújo a forma pela qual Calixto apresentava a quem o seguia não somente sua insegurança

sobre a reação do exército, mas também a desconfiança com as próprias medidas a serem tomadas pelo primo governador.

Outro personagem que acompanhou ainda mais de perto a empreitada que culminou na ocupação da Sarandi foi Cleto dos Santos. Sua história se assemelha em grande medida a de Carlos Araújo, que junto dele, fez parte do PCB enquanto eram estudantes secundaristas em Porto Alegre. Cleto nasceu em Nonoai e assim como Araújo foi para a capital do estado para continuar os estudos, sendo que permaneceu no PCB quando o colega se filiou ao PCdoB. Depois de concluir os estudos, diante da dificuldade para conseguir emprego na capital, Cleto voltou para Nonoai, onde seu pai tinha uma pequena propriedade. Pouco depois, Cleto consegue a concessão da rodoviária da cidade e passa a administrá-la. Em 1959 chega a disputar a candidatura para prefeito da cidade, mas é derrotado por justamente por Calixto. Entretanto, mesmo antes disso, Cleto já o havia conhecido. Enquanto ainda estava estudando em Porto Alegre, ele foi assistir a uma palestra para os alunos de direito da PUC (Pontifícia Universidade Católica) sobre reforma agrária e um dos entrevistados era Jair Calixto que, ao ser perguntado sobre como deveria ser feita a reforma agrária ele teria respondido: *“A gente reúne o povo, vai entrando, vai cortando os arames, vai balizando. E vai botando: aqui é você. Aqui é você. Essa é a legítima reforma agrária! De outra forma reforma agrária não sai. Se não invadir, não entrar e não distribuir na hora, não sai reforma agrária!”*. Cleto garante que naquele momento achou que o homem falava absurdos, mas reconhece que tempos depois ele teria agido exatamente como defendera na palestra da PUC. Esse fato é importante para que se possa considerar que Calixto, mesmo que tivesse sido apoiado ou mesmo orientado por Brizola, não era desprovido de interesse pelo tema. Cleto não menciona a data dessa palestra, mas se considerarmos que ele volta à Nonoai a tempo de disputar as eleições com o mesmo Calixto em 1959, essa palestra aconteceu antes disso. Isto é, possivelmente antes mesmo de Brizola tornar-se governador do estado do Rio Grande do Sul.

Sobre a ocupação da Sarandi, Cleto afirma que foi convidado por Calixto a se juntar ao movimento poucos dias antes, o prefeito teria comentado sobre a organização de um movimento para distribuir terras, mas que na verdade, estava organizando as pessoas para “invadir” uma terra. Essa informação difere das trazidas pelos demais personagens apresentados aqui, nenhum deles deu destaque a alguma postura de Calixto sobre essa distinção. Conforme já foi dito, o evento da Sarandi era marcado por ser um evento inaugural. Um movimento para “invadir” uma terra, conforme Calixto teria dito à Cleto, possivelmente não teria agregado em torno dessa idéia o mesmo contingente de interessados que um movimento que se dizia pretender “distribuir” terras. Possivelmente essa alternativa adotada por Calixto tenha mobilizado mais pessoas que, quando souberam não somente do exército, mas que também estavam prestes a “invadir” uma propriedade, teriam desistido da idéia, formando o grupo de 2 mil desistentes que Araújo destacou anteriormente. Outra informação pertinente apresentada por Cleto é que, dessa vez corroborando com informações apresentadas anteriormente, Calixto se recusava a dizer onde seria a “invasão”, tanto que Cleto se recorda que pensava que a mesma seria na própria cidade de Nonoai.

Diferentemente de Araújo, Cleto não crê em uma total independência de Calixto quanto a Brizola. Para Cleto, o primeiro teria conversado com o governador anteriormente e contava com seu apoio. A principal razão para essa posição de Cleto se coaduna com parte da informação trazida por Schmidt, o envio da brigada militar. Cleto destaca que no dia seguinte a criação do acampamento do Capão da Cascavel a brigada militar já estava acampada perto dali.



Figura 4: Acampamento do Capão da Cascavel - Fazenda Sarandi - Acervo Paulo Schmidt - Janeiro de 1962.

O último personagem a apresentar sua versão difere de todos os anteriores, tanto por sua origem quanto pelo papel que desempenhou na ocupação da Fazenda Sarandi. Francisco dos Santos não foi funcionário do governo como Paulo Schmidt ou Romeu Barleze, não se envolveu no movimento para apoiar a organização dos agricultores como Carlos Araújo, não era funcionário de nenhuma prefeitura da região como João Manuel, nem mesmo foi convidado para se integrar ao grupo por Calixto, como ocorreu com Cleto. Seu Francisco, ou seu Chiquinho das Éguas, conforme já era conhecido na época, foi um dos assentados que participou não só da mobilização, mas foi homem de confiança de Calixto no processo. Seu Chico é de longe, o mais idoso de todos os entrevistados apresentados - com mais de 94 anos -, mas também é aquele que guarda de forma mais viva aqueles acontecimentos, talvez porque para ele, mais do que uma organização ou “movimento”, aquele evento se configurou na oportunidade de ter terra, que se concretizou mais de um ano depois, em maio de 1964.

Para Seu Chico tudo começa no dia nove de janeiro de 1962 quando, segundo ele, Brizola manda um avião buscar Calixto em Nonoai. Nesse ínterim, enquanto o prefeito embarca para falar com o governador, um funcionário da prefeitura vai até a casa de Seu Francisco para lhe dizer que fosse, ao final da tarde, na prefeitura, para encontrar Calixto. Quando este voltou contou que Brizola queria alguém para organizar o movimento. O governador teria dito: *“Eu mandei te chamar porque o Ivo tá aqui olha, mas não quis assumir. Então você pega um homem bom, que conheça a região para escolher o local!”* Ivo, mencionado na fala de Brizola, seria Ivo Sprandel, prefeito de Sarandi que, segundo sugere a informação, teria se recusado a tomar a frente da ocupação. Essa informação torna-se mais importante se relacionada a outra fornecida por Cleto. Segundo este último, quando recebeu o convite de Calixto para fazer parte do grupo que realizaria a ocupação, ele teria lhe dito que

Albano Jacobsen, uma liderança de Ronda Alta, também já estaria preparado para apoiar a iniciativa, ou seja, ao cruzar essas informações é possível inferir que representantes de pelo menos três cidades que circundavam a propriedade sabiam da iniciativa e, a princípio estiveram ligados a sua organização. A informação ganha ainda mais importância porque, segundo conta Barleze, Jacobsen foi o homem escolhido pelo IGRA para ser responsável pelo acampamento após a desapropriação da fazenda. Isto é, as ações do governo posteriores à ocupação parecem ter mobilizado as mesmas pessoas que participaram de todo o processo de organização da mesma, reforçando a idéia de laços próximos entre o governo e os líderes da iniciativa que, por sua vez, faziam parte do cenário político local.

Voltando à narrativa de Seu Chico, teria sido a recusa de Ivo Sprandel que colocou Calixto à frente do movimento e, a partir daí, a história de Seu Chico passa a ser importante para conhecer a ocupação da Sarandi. Brizola, ao perguntar a Calixto se conhecia alguém para escolher o lugar do acampamento, teria ouvido de seu primo: *“Eu só conheço um homem para isso, 'analfabeto de leitura', mas tem uma prática e uma memória que talvez ganhe de mim que sou prefeito e de você que é governador”*. E diante da pergunta de Brizola se realmente o tal homem era de confiança, Calixto teria rebatido: *“Se você não tem confiança nem vou assumir nada, se você mandou me buscar é porque tinha confiança em mim. Tenha confiança, eu conheço ele! O que interessa é a prática e a verdade”*. Este homem de confiança de Calixto era Seu Chico, que apesar de “analfabeto de leitura”, como diz, conhecia toda a região da Fazenda Sarandi por razão de sua atividade de tropeiro. Seu apelido, “Chico das Éguas”, vinha dessa época em que viajava por todo o estado comprando e vendendo mulas. Ele conta que em uma dessas viagens ele descobriu, em meio ao Capão da Cascavel, uma fonte de água potável que ninguém mais conhecia e foi a existência daquela fonte que fez com que o primeiro acampamento exigindo a distribuição de terra para colonos sem-terra no Rio Grande do Sul fosse realizado naquele capão, na Fazenda Sarandi, em 11 de janeiro de 1962.

Brizola teria mandado Calixto arrumar 450 famílias para a ocupação, mas, segundo conta Seu Chico, no dia 10 de janeiro eles já tinham 750, o que teria sido importante porque Brizola teria dito que *“tinha que provar que tinha muita gente no estado sem terra”*. Quando as famílias partiram em direção a fazenda elas perguntavam a Calixto sobre o lugar onde seria realizado o acampamento e ele respondia: *“Eu não posso dizer nada, eu sou prefeito lá em Nonoai, aqui (Sarandi) eu não sou nada, nem eu sei de nada, quem sabe das coisas aqui é esse homem (referindo-se a Seu Chico)”*. Segundo Seu Francisco, pouco mais de uma hora de iniciadas as inquietações sobre o local do acampamento eles chegaram ao capão e lá encontraram a água necessária para manter os acampados.

A história contada por Seu Chico é repleta de detalhes que outros personagens não mencionaram e, inclusive, contraria parte considerável de algumas afirmações apontadas anteriormente. Entretanto, uma informação mais conclusiva pode ser extraída dessa passagem - o local onde seria realizada a ocupação parece que era do conhecimento de poucos, tanto que este foi decidido a partir do conhecimento do ponteiro<sup>22</sup> da ocupação, que foi avisado somente dois dias antes.

Um dos momentos descritos com mais emoção por Seu Chico é a visita de Brizola ao acampamento no dia 18 de janeiro, esta que, segundo ele, já havia sido combinada com Calixto em sua viagem do dia 9, ainda antes do início do acampamento. A chegada do governador ao local é descrita por ele com uma riqueza de detalhes que desafiam a memória do homem de 94 anos. Ele teria sido apresentado ao governador por Calixto que completou *“Ai Brizola, o que eu te disse lá”* - apontando Seu Chico como ponteiro da ocupação -

---

22 Por ponteiro deve-se entender aquele que determina o caminho a ser seguido até a área do acampamento.

segundo ele, o governador bateu com a mão esquerda em seu ombro e disse: “*É Calixto, é custoso encontrar um 'cabloquinho miúdo' como esse aqui de fibra. É amigo! Pode contar! Eu sou um amigo seu de confiança. Agora eu acreditei!*”

Não é o intuito desse trabalho fazer uma descrição densa da mobilização e, por consequência, da ocupação da Fazenda Sarandi<sup>23</sup>, a intenção aqui é evidenciar a correlação desta com as ações que vinham sendo tomadas pelo governo. Como pôde ser observado diante das várias versões apresentadas para o evento, a maioria delas aponta para uma relação estreita não somente com o governo, mas com o próprio governador Leonel Brizola.

Realizada o acampamento em 11 de janeiro de 1962, dois dias depois, no dia 13, o governador do estado decreta a desapropriação da mesma<sup>24</sup>. O que se destaca no decreto é a longa justificativa apresentada para a realização da mesma. Além disso, uma das partes do documento destaca o movimento de agricultores sem terra:

Considerando a exposição feita pelo Exmo. Senhor Secretário de Agricultura com referência às reivindicações formuladas por mais de mil famílias de agricultores sem terras dos municípios de Nonoai, Sarandi e outras regiões que apelam ao Governo do Estado para que se lhes possibilite a fixação ao solo, propiciando oportunidade para o trabalho agrícola;

Considerando que esta aspiração gerou movimento local de alta repercussão pelos característicos de fato novo que aconselha o Poder Público a reconhecer a gravidade da questão social em nosso meio e a diligenciar imediata solução dentro das possibilidades da atual ordem jurídica;

Considerando que a Constituição do Rio Grande do Sul, obediente aos princípios inscritos na Carta Federal, impõe aos Poderes Estaduais o dever de promover a justa distribuição da propriedade, segundo o interesse social e de modo que o maior número possível de famílias participe do uso da terra e conte com meios de produção; (...)

**Considerando, assim, que o movimento dos agricultores sem terra, que motiva o presente decreto, tem caráter pacífico como evidenciam as mensagens trazidas ao Governo e, conseqüentemente, não só representa verdadeira aspiração de justo sentido humano dentro da sociedade cristã, como encontra perfeita correspondência nos princípios e mandamentos constitucionais que devem ser urgentemente cumpridos em sua plenitude;**

Considerando que as peculiaridades da região de onde se origina o presente apêlo, pelas necessidades locais de aumento de produção, aproveitando do braço agrícola e fixação do homem à terra aconselham o Poder Público a promover logo um plano especial de colonização, adequado ao seu desenvolvimento econômico (Decreto de desapropriação da Fazenda Sarandi - grifo do autor ).

A passagem acima é importante porque reafirma no texto do documento determinadas preocupações que puderam ser encontradas nas diferentes versões sobre a ocupação da Sarandi vistas anteriormente. A primeira parte da justificativa da desapropriação se apresenta por razão do número de demandantes, que no decreto é descrito como mais de mil famílias. Vale lembrar que, segundo Seu Chico, Brizola teria pedido a Calixto que conseguisse 450 famílias e eles teriam conseguido juntar 750 antes da ocupação. Caso seja considerado que

---

23 Um trabalho mais focado em descrever atentamente o processo de mobilização e organização tomou corpo na Fazenda Sarandi foi realizado por Marcelo Rosa, juntamente com Marcelo Ernandez e Lygia Sigaud. Trata-se de uma produção com previsão de lançamento para o primeiro semestre de 2010. No trabalho são exploradas as primeiras experiências de realização de acampamentos para reivindicar a desapropriação de terras no Rio de Janeiro, Pernambuco e Rio Grande do Sul. No que diz respeito ao último, além de refinada análise sobre as ocupações da década de 1960, são trabalhadas questões referentes ao MASTER e também sobre o governo de Leonel Brizola. Além disso, são analisadas também as ocupações ocorridas a partir da década de 1970 no Rio Grande do Sul.

24 Por meio do decreto de número 13.034.



depois de realizado o acampamento outras famílias passaram a chegar, também na expectativa de conseguir terra, o número de mil famílias torna-se bastante razoável. Além disso, vale recordar que a Constituição do estado, de 1947, afirmava que quando um grupo de mais de cem agricultores organizados demandassem por terra o governo do estado deveria responder prontamente, ou seja, o acampamento do Capão da Cascavel ilustrava perfeitamente aquilo que expressava o dispositivo constitucional. Era a primeira oportunidade para que o artigo 174 da Constituição estadual fosse empregado.

Além disso, outro elemento é utilizado na justificativa da desapropriação, o caráter pacífico do movimento que *“representa verdadeira aspiração de justo sentido humano dentro da sociedade cristã”*. Vale recordar que Schmidt afirmou em sua entrevista que uma das primeiras iniciativas depois de realizado o acampamento na Sarandi foi a realização de uma missa, diante de uma cruz de madeira montada pelos próprios sem terra, fato confirmado também por outros entrevistados. Dessa maneira, da mesma forma as lideranças do acampamento da Sarandi atuavam em várias frentes para não ter sua iniciativa caracterizada como não legítima, o governo, ao promover a desapropriação também teve que mobilizar um sem número de argumentos para que pudesse ter sua ação de reconhecimento da demanda de colonos sem terra como legítima.



**Figura 5: Missa realizada no acampamento do Capão da Cascavel - Fazenda Sarandi - Acervo Paulo Schmidt - Janeiro de 1962.**

Diante de todas as informações apresentadas até aqui, pode-se verificar que a ocupação da Sarandi se configurou em um marco dentro da política agrária do governo de Brizola no Rio Grande do Sul. Esta representou não só a inauguração de uma nova forma de se reivindicar terra, mas também, ao que indicam as informações, a concretização de uma possibilidade real para que o governo do estado passasse a implementar seus projetos de reforma agrária.

## 2.2 - O Banhado do Colégio e as demais mobilizações: a ampliação das ações em território conhecido

Poucos dias depois, um evento muito semelhante ao ocorrido em Sarandi ganha força no município de Camaquã. Um grupo de colonos sem terra teria se organizado e, sob a liderança de um homem chamado Epaminondas Silveira, teria ocupado uma área de mais de 20 mil hectares conhecida como Banhado do Colégio, no dia 23 de janeiro de 1962. Se o caso da Fazenda Sarandi ficou consagrado por seu caráter inaugural, o do Banhado do Colégio é lembrado como o lugar em que o projeto de reforma agrária do governo Brizola mais prosperou. Esta região era uma vasta área pantanosa que, desde o início da década de 1950, vinha sendo drenada pelo governo federal. Como resultado do processo, terras extremamente férteis, antes submersas, passaram a tomar o lugar do terreno alagadiço.

O que teria levado o grupo de sem terras a ocupar o local foi a atitude dos proprietários das fazendas que cercavam o banhado. Como a maioria delas trazia em sua escritura que suas propriedades tinham como limites as terras alagadas, a partir do momento em que estas passaram a secar por razão das obras de drenagem feitas no local, os proprietários da região avançavam suas cercas sob as terras anteriormente submersas. Esse processo teria acirrado os ânimos na região, especialmente porque era muito comum que os donos das grandes propriedades no entorno do banhado arrendassem exatamente estas áreas limítrofes de suas fazendas para pequenos produtores, que diante das condições da terra nestes locais tinham de realizar pequenos procedimentos de drenagem naquelas áreas para que pudessem produzir. A partir do momento que o Arroio Duro, que corta as terras do Banhado do Colégio foi canalizado, os donos das propriedades ao redor deste passaram não somente a avançar suas cercas, como também a expulsar a os arrendatários das áreas limítrofes das propriedades. Segundo Paulo Schmidt, diretor do IGRA na época, o líder da ocupação em Camaquã, Epaminondas Silveira, teria sofrido esse processo de expulsão das terras de Nestor Jardim, proprietário de uma grande área fronteira ao banhado:

Epaminondas Silveira era na verdade um comerciante de implementos agrícolas na cidade de Camaquã. Em algum momento passou a investir como arroteiro, tornando-se arrendatário de terras no Banhado, onde mantinha diversos trabalhadores a seu serviço, arregimentados na condição de parceiros (HARRES 2002).

A passagem citada acima sugere que o líder da ocupação do Banhado atuava no arrendamento de propriedades e tinha a seu redor grupo de trabalhadores que, em outras passagens citadas pela autora, afirmam que foram convidados para participar da ocupação pelo parceiro de arrendamento. Cruzadas essas informações com a apresentada por Schmidt, pode-se vislumbrar que parte do grupo que participou da ocupação em Camaquã era não somente aqueles arrendatários expulsos, bem como, demais trabalhadores que tinham com estes regimes de parceria.

A ocupação do Banhado do Colégio teria sido realizada no dia seguinte à criação da Associação dos Agricultores Sem Terra de Camaquã, esta datada do dia 22 de janeiro de 1962. Sobre a fundação da associação, Epaminondas recorda:

Parece que foi ontem, era sexta feira. Fui para a cidade pensando e no sábado botei um aviso na rádio para ler a cada quinze minutos, convidando os agricultores sem terra para uma reunião na minha casa. Foi aí que surgiu a associação. Como todos sabiam que os fazendeiros não tinham escritura e estavam se adonando das terras,

resolvemos acampar (O Interior 14 a 20/09/1985).

Visto a partir dos fatos expostos até aqui, a ocupação do Banhado do Colégio sugere ter sido um movimento local; entretanto, caso sejam considerados alguns elementos destacados por Harres (2002), maiores semelhanças com a Sarandi podem ser reconhecidos. O primeiro deles é uma informação sobre a criação da Associação dos Agricultores Sem Terra de Camaquã, segundo a autora, na ata de fundação da mesma, juntamente com Epaminondas, eleito presidente, foi escolhido presidente de honra um homem chamado Hilson Scherer Dias que, além de ser um dos nomes mais expressivos do PTB local, era chefe de gabinete de João Caruso, que como já foi dito anteriormente, ocupava naquele instante o cargo de Secretário de Agricultura do estado (HARRES 2002:305). É, no mínimo, intrigante que um funcionário próximo ao Secretário de governo, responsável por tratar justamente da área de interesse do grupo recém organizado, tenha sido escolhido para ser presidente de honra da associação. Até mesmo porque, conforme foi visto no capítulo anterior, o associativismo era uma das apostas do próprio governo para a organização dos trabalhadores rurais.

Outro fato coincidente ocorre a partir daí, como na Sarandi, a resposta do governo do estado parece ter sido igualmente eficaz. No dia seguinte à criação da associação, o Banhado foi ocupado e o governo do estado marcou presença com o envio da brigada militar, para garantir a segurança. Além disso, o Secretário João Caruso também visitou o acampamento no mesmo dia 23, sendo que no dia 28 o próprio governador vai ao acampamento e, por fim, no dia 30 do mesmo mês, Brizola declara a área de utilidade pública para imissão imediata de posse quase 20 mil hectares de terras do banhado<sup>25</sup>.

Outra semelhança com fatos ocorridos na Sarandi diz respeito à “invasão” do local. Vale recordar que a questão apareceu de forma dispersa na fala dos entrevistados que deram seus depoimentos sobre a ocupação da Sarandi. Alguns garantiram que entraram na propriedade, enquanto outros afirmavam que o acampamento teria sido feito exclusivamente na beira da estrada que cortava a área. O que merece destaque é que o assunto reaparece nos depoimentos colhidos por Harres (2002:308), que indicavam a preocupação de Epaminondas de que o acampamento fosse organizado nas margens do Arroio Duro porque as terras seriam da Marinha, o que garantia que aquele acampamento não teria invadido qualquer propriedade.

Não foi possível aprofundar a pesquisa sobre o evento do Banhado do Colégio na mesma medida em que foi feito sobre a Sarandi, mesmo assim, é possível verificar determinadas relações que se dão não estritamente entre os dois eventos, mas sobre a forma pela qual ambos se organizaram e, especialmente, sobre a resposta dada pelo governo. Ainda que se pondere que idealmente o governo deveria atender de mesma forma diferentes demandantes, as relações que entre o governo e o líder da ocupação da Sarandi sugerem não só o interesse do primeiro, mas seu incentivo. De tal forma que, a relação de membros da Associação de Agricultores Rurais Sem Terra de Camaquã com o governo, bem como, a repetição tanto de formas de ordenamento da ocupação em Camaquã, quanto na própria resposta dada pelo governo, sugerem que essa relação governo-acampamento se repetiu também no caso do Banhado do Colégio. Entretanto, algumas distinções também devem ser devidamente marcadas. Na ocupação da Sarandi o líder parece ter sido escolhido pelo próprio governador do estado e as pessoas que teriam participado da ocupação vieram de uma localidade distinta daquela em que foi criado o acampamento. Por outro lado, em Camaquã, a liderança do movimento teria surgido do próprio contexto de conflito entre grandes proprietários e posseiros e, além disso, as pessoas que teriam participado do acampamento no Banhado do Colégio seriam, a princípio, em parte afetados pela ação dos grandes proprietários que moviam suas cercas e alteravam o limite das propriedades. De qualquer

<sup>25</sup>Decreto nº 13.070 de 30 de janeiro de 1962.

forma, marcadas as diferenças, há de se reforçar a presença pessoas próximas a ocupantes de cargos de destaque do governo estadual em ambos os eventos, caso de Calixto em Sarandi (primo de Brizola) e do presidente de honra da associação de trabalhadores rurais sem terra de Camaquã, que na época era chefe de gabinete de João Caruso, Secretário de Agricultura do estado.

A partir de janeiro de 1962, uma série de outros acampamentos e mobilizações emergem por todo o estado. Como foi dito anteriormente, não é interesse deste trabalho fazer uma exaustiva descrição dos acampamentos realizados durante o governo Brizola no Rio Grande do Sul. O que se busca, por meio deles, é sua importância para que os projetos de reforma agrária passassem a ser implementados, uma vez que, até aquele momento, nenhum projeto havia sido desenvolvido.

Além de Sarandi e Camaquã, outros lugares do estado tiveram mobilizações e ocupações, conforme pode ser visto pelo quadro desenvolvido por Eckert(1984:233-234):

**Tabela 1 – Mobilizações por terra (1960-1964)**

Período	Local	Tipo de Conflito	Área Reivindicada
Julho de 60	Encruzilhada do Sul	Processo de Expulsão	Privada, litígio
Janeiro de 62	Sarandi	Acampamento	Privada
Janeiro de 62	Banhado do Colégio (Camaquã)	Acampamento	Privada, confusa <sup>26</sup> , apropriada do Estado
Janeiro de 62	Taquari (Porto Grande)	Manifestação	Estado
Janeiro de 62	Santa Maria	Acampamento	Indefinida <sup>27</sup>
Janeiro de 62	Caçapava	Acampamento	Indefinida
Janeiro de 62	Pelotas	Concentração	Município
Fevereiro de 62	Alegrete	Acampamento	União
Fevereiro de 62	Sapucaia (Faz. Itapui)	Ameaça acampamento	Privada, confusa
Fevereiro de 62	São Leopoldo (Horto Florestal)	Pressão	Estado, horto florestal
Fevereiro de 62	Vacaria (Faz. Gregório)	Pressão	Privada
Fevereiro de 62	São Jerônimo (Quitéria)	Pressão para distribuição	Estado
Fevereiro de 62	Itapoá	Acampamento	Estado
Fevereiro de 62	S. Francisco de Paula (Faz. Velha)	Ameaça de acampamento	Reserva Florestal do Estado
Fevereiro de 62	Taquari	Acampamento	Privada e do Estado
Fevereiro de 62	S. Francisco de Assis	Acampamento	Privada
Março de 62	Tenente Portela	Solicitação	Área indígena e reserva florestal
Março de 62	Cachoeira do Sul	Acampamento	Privada, confusa

26 Segundo a autora, a respectiva denominação foi aplicada para as ocasiões em que a situação jurídica ainda não havia sido resolvida.

27 Segundo a autora, a respectiva denominação foi aplicada para as ocasiões onde não foi possível obter informação precisa a respeito da área pretendida.

Março de 62	São Luiz Gonzaga	Acampamento	Privada
Abril de 62	Sapucaia	Ameaça de acampamento	Privada, confusa
Abril de 62	Itaqui (Faz. Mata Fome)	Ameaça de acampamento	Privada
Abril de 62	Giruí (Rincão dos Vieira)	Acampamento	Privada, confusa
Maio de 62	Cruz Alta	Acampamento	Privada, improdutiva <sup>28</sup>
Fevereiro de 63	Passo Feio <sup>29</sup>	Acampamento	Estado (Reserva Florestal e área indígena).
Agosto de 63	Santa Bárbara	Expulsão	Privada
Agosto de 63	Nonoai (Reserva Florestal)	Acampamento	Estado
Setembro de 63	Torres	Acampamento	Estado
Setembro de 63	Osório	Acampamento	?
Outubro de 63	Bagé (Quebracho Grande)	Acampamento	União
Dezembro de 63	Guaíba	Acampamento	Privada, improdutiva
Janeiro de 64	Bagé (Cinco Cruzes)	Acampamento	União
Fevereiro de 64	Tapes (Santo António)	Acampamento	Privada, improdutiva
Março de 1964	Canoas	Acampamento	Privada

Tendo em vista as informações apresentadas pela tabela acima, pode-se buscar algumas conclusões sobre as mobilizações em torno da demanda por distribuição de terras durante os anos de 1960 até 1964 no Rio Grande do Sul. O primeiro caso a se destacar é um episódio ocorrido ainda no ano de 1960, trata-se de um processo de expulsão de posseiros que aparenta, por razão do tempo, pouco conectado aos acontecimentos que emergem a partir do início de 1962. Entretanto, este se constitui em um importante evento para as questões trabalhadas aqui e será tratado de forma pormenorizada na seção seguinte.

Outro elemento que chama atenção na tabela apresentada por Eckert é a força com que emergiram as mobilizações em torno das questões de distribuição de terra no estado a partir de janeiro de 1962. Em cinco meses, de janeiro a maio de 1962, a autora foi capaz de mapear 23 mobilizações relacionadas desde à organização de grupos locais que pressionavam por desapropriações até mesmo à criação de acampamentos como os da Sarandi e do Banhado do Colégio<sup>30</sup>. A partir desse dado uma questão se segue - a mesma velocidade que marca a forte expansão das mobilizações caracteriza também o seu desaparecimento no restante do ano. De junho de 1962 até janeiro de 1963, segundo as informações levantadas pela autora, nenhum novo acampamento foi criado no estado.

O quadro somente se altera a partir de fevereiro de 1963, quando os acampamentos reaparecem e se tornam presentes com 10 diferentes mobilizações até março de 1964. É

28 Segundo a autora, a respectiva denominação foi aplicada para as ocasiões onde a propriedade era considerada improdutiva pelos demandantes, segundo informações colhidas no periódico Última Hora.

29 A tabela da autora não menciona, mas Passo Feio pertence ao Município de Nonoai.

30 O minucioso trabalho de elaboração da tabela de mobilizações realizado por Eckert foi baseado especialmente em matérias de jornais da época. Merece ser recordado que o período de elaboração do trabalho da referida autora, no início da década de 1980, não lhe possibilitava as mesmas condições de pesquisa encontradas no momento atual. Aquele período ainda era fortemente marcado pela força e repressão praticadas pela ditadura militar contra muitas das pessoas que se envolveram nos processos narrados pela autora e revistos nesta pesquisa, e essa questão se reflete nas margens de possibilidades encontradas por ela na feitura de seu trabalho.

importante que se destaque o mês de fevereiro de 1963, porque é exatamente o primeiro do governo que substituiu Brizola, ou seja, desde aquele mês, quem passava a comandar o estado era Ildo Meneghetti, eleito governador pelo PSD, nas eleições do ano anterior.

Dessa maneira, uma primeira interpretação sobre esse processo de expansão das mobilizações de demanda por terra realizada por diferentes grupos, em distintos lugares do estado, seria entendê-los como reflexo da forma pela qual o governo teria respondido e atendido às primeiras iniciativas que emergiram em Sarandi e Camaquã respectivamente. Isto é, diante da pronta resposta que o governo estadual atende à demanda por reforma agrária, outros grupos, desconectados dessas primeiras experiências, são levados a apostar que processos semelhantes podem resultar em respostas semelhantes. Assim, a resposta do governo às primeiras iniciativas dos demandantes por reforma agrária teria sido o estopim de uma série de novas ocupações e mobilizações pelo restante do estado do Rio Grande do Sul.

Entretanto, há de se considerar uma outra possibilidade caso se tenha o cuidado de relacionar os processos de mobilização apontados por Eckert (1984) na tabela acima com outras informações trazidas no capítulo anterior. Se forem cruzados os locais das diferentes formas de mobilização apontadas pela autora com aqueles municípios contemplados pelo levantamento da questão agrária do estado, realizado pela Comissão Estadual de Terras e Habitação durante do ano de 1960, o resultado é revelador. Conforme pôde ser visto na tabela, Eckert enumera 33 diferentes mobilizações que se relacionam com a pressão por desapropriação de determinadas propriedades até a organização de acampamentos de sem terra. Outro importante componente destacado pela autora é a natureza das áreas disputadas, caracterizando-as como de pertencimento do estado ou como propriedade privada. Isto posto, pode-se destacar a partir da tabela, que os 33 eventos apontados pela autora ocorreram em 30 diferentes cidades do estado, que representavam aproximadamente 20% do total de municípios gaúchos. Entretanto, se comparamos essas mesmas 30 cidades com aquelas que foram alvo do levantamento da situação fundiária por parte do governo conclui-se que 23 delas, ou seja, quase 75% dos municípios onde emergiram os diferentes tipos de mobilização por reforma agrária haviam tido todas as suas propriedades com mais de 2,5 mil hectares de terra identificadas previamente por parte do governo em 1961. A análise torna-se ainda mais interessante caso sejam observados com mais cuidado as únicas sete cidades que não são encontradas no levantamento feito pela CETH: Taquari, Sapucaia, São Leopoldo, Itapuã, Tenente Portela, Torres e Canoas. Em somente duas destas as áreas em disputa não eram devolutas; isto é, em Taquari, São Leopoldo, Itapuã, Tenente Portela e Torres, as áreas demandadas solicitadas já pertenciam ao Estado. Somente Sapucaia e Canoas apresentaram mobilizações por terras privadas.

Não foi possível realizar um exaustivo levantamento das condições em que se deram as mobilizações por terra em cada um dos 30 municípios destacados a partir do quadro apresentado por Eckert (1984). Cabe lembrar aqui que a reconstituição desses processos não é o objetivo central dessa pesquisa, o que se procura evidenciar é a importância destes para a promoção dos projetos de reforma agrária desenvolvidos posteriormente pelo governo do estado e, para esse fim, as informações apresentadas acima sugerem uma forte correlação entre as primeiras iniciativas do governo, como demonstrado por meio do levantamento realizado pela CETH, com as diferentes formas de mobilização realizadas a partir de janeiro de 1962, uma vez que se concentraram majoritariamente nas áreas reconhecidas e previamente mapeadas pelo governo do estado. Além disso, fortalece essa correlação, as perspectivas apontadas no início da seção, sobre os acontecimentos da Sarandi e do Banhado do Colégio, onde, especialmente na primeira, fica bem caracterizada a estreita relação, não somente do governo, mas do próprio governador com a iniciativa da ocupação da Fazenda Sarandi.

Desde o início deste capítulo vêm se buscando evidenciar pontos em que iniciativas do próprio governo do estado para o desenvolvimento de sua política agrária se conectam com experiências de outros atores externos ele, como líderes de ocupações e colonos sem terra. É quase unânime na bibliografia sobre o governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul ou, especialmente, naquela que de alguma forma se relaciona com sua política agrária, a defesa a importância do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul, o MASTER, para que se compreenda o processo. O fato do mesmo não ter sido mencionado até aqui não é proposital, ao contrário, é produto da pesquisa. Ainda na fase de pré-campo, como foi dito, as impressões retiradas da bibliografia atribuíam grande relevância a atuação do movimento; entretanto, a partir da realização do trabalho de campo, esta situação se tornou bastante controversa. Quando perguntados sobre os eventos relacionados ao governo Brizola os entrevistados apresentavam clara disposição em falar, mas diante da riqueza de detalhes apontados por cada um, muito pouco foi dito sobre o MASTER. O mais intrigante, no caso, é que o movimento que havia sido consagrado nos livros não apresentava a mesma significância para aqueles que estiveram diretamente ligados aos eventos mais explorados aqui. Ao que parece, o mesmo ganhava importância na mesma medida que o entrevistado se distanciava do cotidiano dos eventos. É essa complexa organização do MASTER e, especialmente, sua relação com o governo do estado que serão abordados na seção seguinte.

### 2.3 – O MASTER: interseção das associações

Conforme foi dito acima, quase todas as mobilizações ocorridas no Rio Grande do Sul a partir de janeiro de 1962 são constantemente atribuídas ao MASTER. A bibliografia referente ao tema é quase unânime em afirmar que o grande responsável pela efervescência daqueles diversos eventos narrados na seção anterior era o movimento. Diante disso, uma questão que necessariamente se coloca é a razão para este sequer ser mencionado por Cleto, Carlos Araújo ou Seu Chico, pessoas que acompanharam de perto o processo de ocupação da Sarandi, reconhecidamente importante por seu caráter inaugural. Ainda nesta direção, mesmo que se tomem outras fontes, como a fala dos líderes das mobilizações de Sarandi e Camaquã, registrada em jornais locais, não é possível identificar em suas entrevistas nenhuma menção ao MASTER.

O que mais desperta surpresa em tudo isso é que esta questão nunca foi posta de forma central, isto é, a discussão sobre o MASTER foi deslocada para uma outra frente que pretendia afirmar ou não a vinculação da atuação desse movimento ao governo do estado, deixando de lado se, de fato, poderia atribuir ao movimento o ordenamento daquelas mobilizações. Dessa maneira, a maioria dos trabalhos se coloca nesta disputa em que o que estava em jogo era a tutela ou não do movimento por parte do governo do estado. Exemplo disso pode ser percebido na passagem do trabalho de Martins que aponta:

O trabalhismo havia tentado criar o seu próprio movimento camponês no Rio Grande do Sul, pelas mãos do então governador, cunhado de Goulart, Leonel Brizola. Ele fundara um movimento que chegou a ter participação no Congresso de Belo Horizonte, denominado MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra. Tudo indica, porém que o governo estava preocupado com a contenção das tensões sociais no campo (1983:91).

Na mesma direção apontada por Martins segue a passagem de Santos e Costa (1998:23) que de maneira breve apontam que o “*Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul (MASTER), sob a influência do ex-governador Leonel Brizola,*” teria participado, juntamente com a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

(ULTAB) e com as Ligas Camponesas, dos debates para o lançamento de um plano de reforma agrária proveniente das organizações que se atuavam no campo no período pré-64. Na contramão dessa perspectiva que liga de forma direta as ações do movimento aos desmandos do governo está o trabalho de Eckert (1984)<sup>31</sup> e Medeiros (1989). Ambas verificam que a atuação do movimento contou com apoio do governador, mas não teve suas ações completamente tuteladas por ele.

É importante destacar as duas perspectivas, tanto a que percebe o MASTER como um produto dos desmandos do governador, quanto aquela que lhe confere certo grau de autonomia, atribuindo ao movimento seu reconhecimento por creditarem a ele a organização das ocupações de terra que apresentamos na seção anterior. Dessa forma, diante do que foi apresentado aqui referente às ocupações, é necessário que se refaça o caminho da consolidação do movimento para que se possam compreender as razões pela qual o MASTER foi consagrado como realizador de mobilizações que, a princípio, não contaram com sua participação direta.

Para Eckert (1984), o MASTER foi criado a partir de um evento que ocorreu em 1960, depois que um homem chamado Euclides Lança, se dizendo proprietário de uma faixa de terra de mais de 1.800 hectares localizada no distrito de Faxinal, município de Encruzilhada do Sul, apareceu tentando expulsar dessa mesma área mais de 300 famílias que lá estavam há mais de 50 anos. Diante disso, o prefeito de Encruzilhada, Milton Serres Rodrigues, organizou os posseiros e juntos se indispueram a atender aos desmandos do dito dono da terra. Em outubro de 1960, o prefeito teria conseguido um acordo com o governo estadual para a desapropriação de parte da área e a emissão de títulos de posse para os posseiros. Essa primeira experiência de mobilização teria formado as bases para a consolidação do movimento. É importante que se destaque que nesse evento não houve a iniciativa de ocupação de qualquer área, a organização liderada pelo prefeito de Encruzilhada tinha como objetivo somente impedir a saída de posseiros já estabelecidos na terra. Esse episódio, que teria dado origem ao movimento é o único destacado pela autora, no quadro criado sobre as diferentes formas de mobilização que emergiram no Rio Grande do Sul (tabela 1), que ocorre em 1960, especificamente em julho de 1960. A partir desta dada, novos conflitos somente teriam emergido em 1962, com o já narrado episódio da ocupação da Sarandi.

Dessa forma, para Eckert (1984:68) esse conflito marca a criação do MASTER sob a liderança de “*Milton Serres Rodrigues, prefeito de Encruzilhada do Sul, Paulo Schilling, na ocasião superintendente da fronteira do sudoeste e Ruy Ramos, deputado federal pelo PTB*”. O movimento teria sido surgido por iniciativa exclusiva dos atores locais, atribuindo ao prefeito de Encruzilhada o papel de mediador que acabou trazendo a solução para os problemas dos posseiros do distrito de Faxinal. Entretanto, Paulo Schmidt, que na época trabalhava na CETH, apresenta uma versão um pouco diferente sobre a criação do MASTER:

Esse cara aqui ó foi fundamental para nossa reforma agrária. [...] Esse cara aqui foi o presidente do MASTER, [...] O Milton Serres Rodrigues era um delegado de polícia. Nas atividades dele ele foi eleito de repente prefeito de Encruzilhada do Sul, [...] Nessa época que isso aqui estava fervendo, Brizola era governador, [Milton] era do PTB e foi procurado por um bando de uns 20 ou 30 posseiros de uma fazenda que de repente apareceu dono e disse: ‘É minha!’ [...] E os posseiros dizendo: ‘Está aqui o título, eu tenho!’ Entrou na justiça e o juiz decretou a retomada de posse, a reintegração de posse, o despejo dos posseiros. Eles foram lá no Milton, no prefeito, dizer que não iam sair, que eles iam brigar e o Milton dizia: ‘Eu vou junto’. Lá ia se armar, porque o Milton era um brigador desgraçado, era um cara de um

---

31 O trabalho de Eckert (1984) “Movimento dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964” é a principal referência sobre o movimento por ser o único que o toma como objeto de pesquisa, diferente dos e mais que somente o tratam de forma tangencial.



temperamento, não era fácil [...] tinha gente lá com mais de 50 anos de posse, tinha netos nascidos lá. Bom, mas aí alguém disse: ‘Vai falar com o Brizola tchê! O Brizola ta metido nisso agora!’ Veio aqui no Palácio e nós tínhamos aí um assessor comunista chamado Paulo Schilling. [...] Ele então, que esse cara estava lá no Palácio, chegou o Milton apavorado e passou para o assunto [...] o advogado, esse deputado federal diz: ‘Não, pera lá! Não é assim que se resolve, vamos resolver isso da forma certa e vamos resolver. Como é que você vai te meter? Quem é essa gente? Tu tem o nome de todos? Sabe quem são? Sabe que direitos tem? Se é tudo a mesma situação?’ Daí ele começou a balançar! ‘Não, então vamos fazer o seguinte, vamos criar uma associação dos moradores, vamos criar uma associação’. Associação de Agricultores Sem Terra, primeira associação de Agricultores Sem Terra do Brasil. Encruzilhada do Sul, com Milton Serres sendo o prefeito. Foi criada a associação, foram feitos os estatutos. [...] E depois da associação o Brizola decretou utilidade pública. [...] É que precisava, começaram a surgir movimentos isolados e movimentos isolados não tem força. É o povo organizado que tem força, sociedade organizada que tem força! Então o Brizola criou o MASTER, que é uma espécie de federação dos movimentos agricultores sem terra, e o titular [era] o Milton.

As informações que Schmidt traz acima nos permitem uma interpretação um pouco diferente sobre a criação e, especialmente, sobre a relação que veio a se estabelecer entre Brizola e o MASTER. O prefeito de Encruzilhada do Sul era do mesmo partido de Brizola: o PTB, Paulo Schilling também era funcionário do estado gaúcho e, por último, o advogado e deputado, que Schmidt não se recorda o nome, é Ruy Ramos, também do PTB. Dessa forma, se por um lado o conflito entre posseiros e Euclides Lança, que depois de anos surge apresentando-se como dono da terra, aparece nos dois relatos; por outro, Eckert percebe esse momento da fundação do movimento como de iniciativa única dos atores locais, enquanto as informações trazidas por Schmidt apontam para um movimento criado sob orientação de pessoas do governo. Além disso, é importante destacar que em ambas as narrativas a primeira experiência de ação do grupo se deu de forma diferente daquela que a bibliografia referente consagrou em análises posteriores, ou seja, não houve ocupação de terras, o movimento teria surgido diante da ameaça de expulsão, que teria sido revertida diante da resistência dos posseiros sob a liderança do prefeito da cidade. A questão que se coloca é qual teria sido a influência do governo do estado para a criação do movimento.

Um documento intitulado “Ata de criação e aprovação dos estatutos do 'Movimento dos Agricultores Sem Terra de Encruzilhada do Sul' e eleição de sua diretoria”, de 07 de junho de 1960 é o registro daquela que parece ser a reunião que nomeou os primeiros dirigentes do movimento que, como exposto naquele documento, se pretendia expandir pelo restante do estado e por demais unidades da federação, ou seja, o movimento que nascia em Encruzilhada já trazia indicações de seus futuros passos. Estes que parecem ter se concretizado parcialmente, uma vez que a partir de uma iniciativa local este teria se tornado estadual entre 1960 e 1961, tornando-se Movimento dos Agricultores Sem Terra do Rio Grande do Sul; entretanto, sem que tomasse a dimensão nacional de Confederação, como também exposta no documento inaugural do movimento. A ata desta primeira reunião não é um documento extenso, em sete páginas ele se resume a apresentar os nomes dos presentes, algumas considerações que fundamentavam a criação do movimento, a apresentação e votação dos estatutos, a votação dos primeiros diretores e, por último, a eleição dos representantes do movimento junto ao governo estadual e federal.

Como dito acima, trata-se de um documento que formalizava o momento inaugural do movimento, o que não garante que em momentos posteriores este tenha seguido outros caminhos, uma vez que não foram localizados outros materiais de mesmo tipo para que se efetuassem comparações. Entretanto, alguns elementos podem ser extraídos desse início organizativo que sugerem pistas se o governo do estado teria participado dos primeiras

iniciativas do processo. A leitura da ata confirma algumas informações apontadas anteriormente sobre a importância de determinadas pessoas na criação do movimento. Isto pode ser comprovado por meio do registro do nome do prefeito de Encruzilhada do Sul, Milton Serres Rodrigues como o eleito para 1º presidente do movimento, sendo que os demais nomes, que ocuparam os cargos de vice-presidentes, secretários, tesoureiros e membros do conselho deliberativo não diziam respeito a nenhum daqueles frequentemente relacionados ao MASTER. Entretanto, Paulo Schilling e Ruy Ramos são citados ao final do documento como os eleitos para representantes do movimento junto aos governos estadual e federal respectivamente. Especialmente Paulo Schilling parece ter tido papel importante na organização do movimento, estando inclusive entre os presentes no momento da criação dele, com o nome devidamente registrado entre os presentes na ata. Além disso, segundo os registros desta, teria sido de responsabilidade de Schilling a leitura de cada um dos itens do recém criado estatuto do movimento e a explicação de cada um deles para os presentes. A leitura atenta da ata de criação do Movimento dos Agricultores Rurais Sem Terra de Encruzilhada do Sul permite verificar que Schilling, apesar de não ocupar nenhum cargo eletivo no movimento, desempenhava um importante papel na organização dos trâmites do movimento que viria a se consolidar como o MASTER.

Um dos entrevistados apresentados na seção anterior, Romeu Barleze, também traz informações importantes sobre o movimento, isto porque, segundo ele, antes mesmo de trabalhar no IGRA, participou da diretoria do MASTER. Ele tem problemas ao precisar as datas em que participou mais ativamente do movimento, mas garante que primeiro esteve envolvido com as questões do MASTER e depois, a convite de Brizola, passou a trabalhar para o IGRA, como foi apontado na seção anterior. Barleze confirma que a origem do movimento esteve diretamente ligada ao conflito criado com a ameaça de expulsão dos posseiros, e sobre a relação com o governo ele afirma:

O MASTER era uma associação, era um órgão independente do governo, ele tinha um acesso ao governo e uma ajuda do governo para se desenvolver, mas era uma coisa civil, o governo, digamos assim, apoiava para que ele crescesse e pudesse realizar digamos assim, congressos, mas não interferia.

A passagem acima sugere um distanciamento entre movimento e governo, entretanto mais adiante, ao explicar sua participação em cada um deles, ele completa:

Primeiro eu estava no MASTER, depois eu fui para o Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, para não haver interferência de uma coisa e de outra. Aí eu deixei o MASTER para ser do Instituto, embora [houvesse] uma ligação umbilical, né? Só uma questão de forma, para não dizer que era o governo.

Como pode ser verificado na passagem acima, a relação entre o MASTER e o governo era complexa, de tal modo que as informações sugerem que não havia um controle do movimento por parte do governo, mas sim uma relação estreita entre os dois, inclusive com pessoas ocupando posições dentro dos dois espaços. Como nos casos de Barleze, que teria abandonado seu cargo na diretoria do movimento para atuar no governo, e de Paulo Schilling, que apesar de não chegar a ocupar um cargo executivo dentro do movimento não deixou o cargo de assessor do governador Brizola e nem mesmo parece ter se afastado do movimento. Isto é, as informações sugerem que se evitava que pessoas ocupassem cargos no movimento e no governo ao mesmo tempo, o que ajudaria a compreender a razão pela qual não se encontra referência a nenhum cargo executivo de Schilling dentro do movimento, ao mesmo tempo em que Barleze afirma ter abandonado o seu cargo para “não haver interferência”. Este último

acrescenta que o papel de Schilling no MASTER era, em suas palavras, um “assessor cultural e ideológico” do movimento.

Paulo Schilling, além de “assessorar” o movimento, era estudioso das especificidades do Rio Grande do Sul e do Brasil e mesmo antes do governo Brizola já publicara obras sobre esses temas. Depois do golpe militar de 1964, Schilling e outros colaboradores do governo Brizola, além do próprio governador, foram exilados e seguiram para diferentes países da América Latina. No caso de Schilling, seguiu inicialmente para o Uruguai e, posteriormente, para a Argentina<sup>32</sup>. Do exílio, o autor continuou sua produção, em uma delas, ao falar sobre algumas das formas de mobilização camponesa colocadas em prática no país no momento anterior ao golpe militar, fornece importantes informações para que se compreenda o movimento que emergiu no Rio Grande do Sul:

Uma terceira tentativa de organizar os camponeses, essa muito mais limitada (de caráter regional, pois circunscreveu-se ao RGS), foi a do *Movimento dos Agricultores sem Terra*. Dentro de um plano elaborado com o deputado Ruy Ramos e Milton Serres, lançamos, inicialmente em Encruzilhada do Sul e depois em quase todo estado, o “MASTER”. O objetivo era conscientizar e organizar os 300 mil camponeses sem terra existentes no Estado e minifundiários que também eram legião. O movimento contou com total apoio do governo do Estado: Brizola baixou um decreto declarando-o inclusive de “utilidade pública”, para todos os fins e direitos (SCHILLING 1979:138).

Como pode ser verificada na passagem acima, Schilling corrobora com a versão de que ele, juntamente com Milton Serres Rodrigues e Ruy Ramos “lançaram” o movimento. A passagem também reforça a aproximação com o governo Brizola que teria dado apoio ao movimento recém criado. Isto é, possivelmente, o movimento em Encruzilhada do Sul nasce com uma aproximação discreta com o governo do estado, mas com o passar do tempo essas relações se ampliam, diante de posição do governador em apoiar as ações do movimento. Vale lembrar que Paulo Schmidt destaca, em passagem anterior, que a solução encontrada para o problema que deu início ao movimento em Encruzilhada do Sul passou por um acordo que contou com a participação do governo estadual, ou seja, a emergência do grupo que se organiza com a liderança de Milton Serres Rodrigues foi do conhecimento do governo desde o início daquele processo. Romeu Barleze, ao falar da aproximação do MASTER com o governo relembra:

Aquilo começou a chamar um pouco atenção, e algumas inquietações no Rio Grande do Sul começaram, pequenas inquietações aqui e ali. E o Brizola atento a isso. Num certo momento as coisas começaram a ganhar um pouco de vulto porque se fundou no Rio Grande do Sul o MASTER, que foram presididos e influenciados por Milton Serres Rodrigues, ex-prefeito de Encruzilhada do Sul, que teve um problema de terra no seu município, tomou partido dos pequenos agricultores, passou a liderar esse aspecto de distribuição de terras e divisão de terras.

Essa passagem da entrevista de Barleze corrobora essa impressão de que o MASTER se inicia como um movimento ligado a pessoas que estavam no governo, mas não necessariamente determina que o mesmo tenha sido criado em razão dele. As informações sugerem que a aproximação entre os dois ocorreu e foi intensa; entretanto, que esta se deu somente em momento posterior a criação do movimento em Encruzilhada do Sul. Sobre a forma pela qual o MASTER atuava, e como o governo do estado o respondia, Schilling destaca:

---

32 Segundo periódico s/d disponível em <http://www.arqanalagoa.ufscar.br/pdf/recortes/R04002.pdf>

Tratando de tirar a campanha da reforma agrária do terreno exclusivamente teórico, o “MASTER” elaborou um plano de ação que consistia na formação de “acampamentos” de agricultores sem terra. Os mesmos eram instalados na estrada, ao lado de grandes latifúndios, (previamente escolhidos entre os de menor índice de aproveitamento, em regiões onde o problema dos “sem terra” era mais agudo). Sem violar a lei (não se ocupava o latifúndio) e utilizando como base legal um dispositivo da Constituição gaúcha permitia a expropriação de propriedades não devidamente exploradas e sua posterior distribuição a agricultura sem terra, os camponeses estabeleciam o acampamento. Assim que se consumava sua instalação, Brizola mandava um destacamento da Brigada Militar acampar na vizinhança se intervir no episódio, porém como garantia contra possível reação violenta dos latifundiários da região (SCHILLING 1979:138).

A passagem acima reforça a intensificação da relação entre o movimento e o governo do estado quando se iniciaram os acampamentos. Ainda nessa direção, é interessante que se destaque que, segundo Schilling, a justificativa utilizada pelo movimento para legitimar sua ação é a mesma que era posta em prática pelo governo estadual, ou seja, a Constituição do estado era também mobilizada pelo movimento social. É evidente que é necessário que se considere que o mesmo autor que fala pela experiência do movimento também participava do governo, mas a mobilização dos mesmos instrumentos de legitimação por parte de governo e movimento somente sugere essa forte proximidade no momento em que se iniciam as ocupações. Além disso, a passagem acima traz informações sobre a forma de atuação do movimento que se aproximam bastante daquelas que foram vistas na seção anterior aplicadas às ocupações da Sarandi e do Banhado do Colégio. Ainda nessa direção, Schilling completa:

Elegia-se uma direção coletiva a cuja cargo ficava a administração da nova e precária comunidade (o primeiro acampamento, realizado no interior do município de Sarandi, conseguiu reunir cerca de 4 mil agricultores da região), assegurando a ordem interna e a alimentação coletiva (com produtos fornecidos pelo governo do Estado). Enquanto esperavam a expropriação (previamente combinada com Brizola e que propositalmente demorava vários dias), os camponeses eram submetidos a um intenso processo de conscientização (SCHILLING 1979:38).

Como visto na passagem acima, o autor afirma que o movimento que culminou com a desapropriação da Fazenda Sarandi teria sido produto das ações do MASTER. Essa informação traz ainda mais controvérsia ao evento, porque como foi visto na seção anterior, o MASTER não aparece com destaque nas entrevistas daqueles que vivenciaram de perto o processo de ocupação. O tema será retomado mais adiante, mas, por ora, é fundamental que se note que as divergentes posições sobre o acampamento se reforçam a partir da indicação de Schilling de que a ocupação da Sarandi havia sido realizada pelo MASTER.

Como foi dito anteriormente, Eckert (1984) foi responsável pelo trabalho que mais bem retratou a criação e atuação do movimento. A autora sugere uma heterogeneidade nas ações do MASTER através do tempo e, a partir daí, estabelece uma divisão das ações deste em três momentos distintos. O primeiro deles diria respeito à criação do movimento até janeiro de 1962, data do início das ocupações. O segundo corresponderia de janeiro de 1962 até janeiro de 1963, quando se encerra o mandato de Brizola e se inicia o de Ildo Meneghetti, período em que inicia a repressão ao movimento. Por último, o terceiro momento verificado pela autora iria de janeiro de 1963 até março de 1964, quando o movimento tem sua atividade impedida por razão do golpe militar em abril de 1964 (ECKERT 1984:74).

A divisão das atividades do movimento do ponto de vista cronológico, conforme apresentado pela autora, é interessante porque possibilita que se efetuem comparações e permite verificar as transformações entre as diferentes formas de agir do mesmo através do

tempo. Entretanto, ao correlacionar os períodos definidos pela autora com as ações que vinham sendo tomadas pelo governo estadual, a comparação torna-se ainda mais enriquecedora. Isto porque, se forem aplicados os mesmos recortes temporais sugeridos por Eckert para as atividades do MASTER ao funcionamento da política agrária do governo, pode-se facilmente verificar que ambos vinham passando por transformações. Se o MASTER, do seu nascimento em 1960 até o final de 1961, esteve majoritariamente envolvido em questões de legitimação de posse para posseiros, além de expandir suas bases pelo interior do estado, é destacável a coincidência de datas, porque naquele mesmo período a política agrária do governo estadual se concentrava basicamente nas mesmas prerrogativas. Conforme foi apresentado no capítulo anterior, os anos de 1960 e 1961 foram marcados justamente pela gradual construção de um aparato burocrático que se dispusesse a ir além desses processos de legitimação de terras posseiros, medidas estas tomadas a partir da criação da CETH em 1960 e do IGRA no final do ano de 1961.

Mais pertinente ainda é destacar que, o período apontado pela autora como o de início da segunda fase do movimento, marcado pelas ocupações, também pode ser aplicado às atividades do governo do estado, pois se trata do exato momento em se iniciam as desapropriações e efetivamente passam a ser implementados os projetos de colonização e reforma agrária. Desta feita, ao contrário da posição de Eckert (1984) que compreende o período final de 1961 como “ruptura na proposta política” do governo Brizola no que tange a sua política agrária, o que se pode verificar é que, tal como o MASTER, o governo vai ao longo do tempo modificando suas plataformas e atividades e também passa por um processo de amadurecimento de seu aparato burocrático para que pudesse implementar novas cores a sua atuação, executando as desapropriações de terra a partir de 1962. Enquanto isso, o MASTER passava a realizar os acampamentos e outras formas de mobilização na mesma época.

Diante das informações expostas, a proximidade entre MASTER e o governo do estado torna-se mais evidente, seja pelas pessoas que circulavam entre os dois espaços ou mesmo pela sua similitude da forma de legitimar suas iniciativas. Ainda assim estes elementos não justificam uma atuação tutelada do segundo sobre o primeiro. Mais significativo do que buscar quem comandava as ações, é compreender que tanto o governo do estado quanto o MASTER tiveram papéis determinantes na efetivação da política agrária posta em prática no Rio Grande do Sul naquele período. Enquanto o governo estadual desenvolveu todo o aparato burocrático necessário para promover o assentamento de colonos sem-terra, o movimento parece ter personificado aquele que tornava legítima as ações do governo, ao expor o drama dos trabalhadores rurais que não tinham acesso a terra. As duas instituições, Estado e movimento foram fundamentais no processo porque estabeleceram uma linguagem que gerava tanto reconhecimento jurídico quanto moral do drama que as populações rurais eram submetidas.

Isto posto, a questão que se coloca é onde essas duas instituições se conectavam. Não era admissível que pudesse existir um laço formal entre o governo do estado e o MASTER, na medida em que o reconhecimento da demanda de um pelo outro passava pela representação do distanciamento entre os dois. Entretanto, para que um pudesse agir era fundamental que o outro se mostrasse fortalecido, de nada adiantaria se o governo dispusesse todo aquele aparato institucional para a realização de projetos de reforma agrária se não houvesse uma demanda - de movimento organizado - composto por mais de cem demandantes, conforme consagrava a Constituição estadual, para que este pudesse atender. Isto é, para que o governo do estado pudesse ampliar sua política agrária era fundamental que o MASTER também se ampliasse e a alternativa encontrada foi a expansão da experiência que se iniciara em 1960 em Encruzilhada do Sul. Dessa forma, uma série de associações de trabalhadores rurais sem terra

passaram a ser criadas pelo interior do estado, e cada uma delas passava a ser um núcleo do MASTER que com o passar do tempo foi se enredando pelo estado formando uma trama que elevou o movimento a um papel de destaque no cenário nacional.

Essa iniciativa de expansão das associações de trabalhadores rurais sem terra mais uma vez reforça a proximidade de governo e movimento. Entretanto, esse elemento especificamente contraria qualquer percepção de que as diretrizes de atuação do MASTER partiam do governo. Isto porque, conforme destaca Eckert (1984:77-79) entre os anos de 1960 e 1961, o movimento se expande pelo interior do estado por meio da ampliação das associações; entretanto, o governo do estado somente passa a tomar medidas de incentivo a criação de associações de trabalhadores rurais a partir da criação do IGRA, em novembro de 1961. O que merece destaque é que, a partir desse momento, não só passa a ser fomentada a criação de associações como é criado dentro do próprio IGRA um setor específico para a promoção de organizações de trabalhadores rurais. O encarregado desta função era Romeu Barleze, que destaca:

Com isso, criação do IGRA, eu era uma pessoa ligada ao Brizola, e que sabia das minhas origens, embora eu não fosse bem campesino, eu tinha algumas minhas qualidades. E me tocou a mim a organização rural, quer dizer, lidar exatamente com o público interessado na questão. E aí fazendo um pacto do MASTER com essa ligação, nos levamos o MASTER assim como um órgão de apoio dessas reivindicações dos agricultores e deu vida com o governo. Nessas coisas foram impostas certas regras para o funcionamento e atender os agricultores, uma das quais era sua organização. Agricultor é muito difícil de se reunir, não tem um fórum próprio. Tinha que ser criado um organismo, esse organismo foi criado no IGRA, no departamento de promoção social e tocou a nós fazermos isso. Então o que nós fizemos, nos passamos a fazer associações de agricultores sem terra, que é para dar ao agricultor um fórum, uma representação jurídica, e para dar ao governo também a quem atender, evitar picaretagem, então tinha que ser uma coisa organizada. Essas associações de agricultores passaram a ter problemas, por quê? Porque a sociedade não reconhecia isso, e essa associação se pretendia se transformar em sindicato de trabalhador, mas era uma dificuldade muito grande porque a legislação trabalhista dificultava demais a existência de sindicato rural, não tá previsto, a CLT ela prevê muito trabalhador urbano, mas o rural não tinha nada, então nós tínhamos que inventar as coisas. E aí fomos inventando as coisas e criamos essa associação, e aí para poder receber benesses do governo, passagens, fazer reuniões, fazer congressos, identificar... o Brizola fez o seguinte, “eu vou dar utilidade pública” e essas associações uma vez organizadas passaram a ter utilidade pública, com isso passaram a ter acesso a questões de governo e a respeito da comunidade.

As afirmações de Barleze na passagem acima são bastante elucidativas de como as associações de agricultores sem terra representaram o ponto de convergência entre governo e movimento. Como já havia sido destacado anteriormente, o estímulo ao associativismo era a forma pela qual se fortaleciam as possibilidades de ação do governo, ao mesmo tempo em que o MASTER fortalecia sua representatividade, angariando mais seguidores. Além disso, uma questão ainda mais interessante se coloca quando analisada a última parte da fala de Barleze. A declaração feita por Brizola, caracterizando as associações como de “utilidade pública” abria a possibilidade de proporcionar às mesmas financiamento para a organização do movimento. Os recursos eram passados individualmente a cada associação, mas se for

considerado que elas estavam ligadas ao mesmo movimento esse caminho tornou-se um eficiente meio de garantir os meios materiais de expansão do movimento no estado.

Outros elementos são significativos dessa estreita relação estabelecida entre o MASTER e o governo do estado. Vale recordar que a tabela desenvolvida por Eckert (1984) e reproduzida na seção anterior apresenta um quadro peculiar, a autora retrata todo o processo de mobilização e ampliação das bases do MASTER até o período que a autora entende como segunda fase do movimento. Este seria exatamente a partir do início das ocupações, em janeiro de 1962, se prolongando até janeiro de 1963, quando finda o governo Brizola. O que merece ser destacado é que as diversas formas de mobilização enumeradas pela autora, realizadas nesta segunda fase duram pouco mais de quatro meses. O último evento que merece seu destaque é um acampamento realizado em Cruz Alta em maio de 1962. Depois disso, novas mobilizações somente voltaram a ocorrer em fevereiro de 1963, primeiro mês do governo que sucedeu o de Brizola. É difícil não se perguntar as razões pela qual o movimento não prosseguiu com as mobilizações durante o ano de 1962. Parte dessa resposta pode ser dada pela pressão que a Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL) passa a fazer junto ao governo do estado para que se interrompam os rumos da política agrária adotada pelo governador. A reação dos grandes produtores será mais bem avaliada no capítulo seguinte. Por ora, é importante que se destaque que a resposta dada pelo governo estadual frente às mobilizações e acampamentos, promovendo desapropriações de terra e projetos de colonização nestas áreas passou a ser fortemente criticada por representantes dos grandes proprietários rurais gaúchos. E esse período de intensificação das resistências dos latifundiários é o mesmo que marca a diminuição das mobilizações. Entretanto, esse recuo na demanda não significou que os projetos iniciados a partir das ocupações ocorridas no primeiro semestre de 1962 deixassem de ser implementados, uma vez que os projetos de reforma agrária passaram a sair do papel, exatamente nos últimos meses do governo.

As informações apresentadas sugerem que a relação entre governo e movimento eram muito intensas nos últimos meses do governo de Leonel Brizola, de tal forma que Romeu Barleze, ao recordar da condição em que se encontrou o movimento depois do fim do governo Brizola, destaca:

Ficou cruel, a solução encontrada pelo nosso movimento foi o governo Jango. Terminou o governo Brizola, estava instalado o do Jango. Se passou à área federal. Tratando de passar a experiência aqui do Sul para a área federal. Então no governo do Jango entre as leis delegadas se criou a Supra, Superintendência de Política e Reforma Agrária, que hoje é o INCRA. Mas a SUPRA entrou com a filosofia do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária.

O quadro de desamparo que tomou conta do movimento após o fim do governo Brizola, segundo conta Barleze, também é indicativo do quanto, naquele momento, era próxima a relação entre movimento e governo. A alternativa encontrada pelo MASTER de recorrer ao governo federal não era despropositada. Antes mesmo do final do governo Brizola, parte da experiência que estava sendo posta em prática no Rio Grande do Sul já estava sendo de alguma forma transferida ao governo federal por meio da contratação de profissionais que trabalharam no IGRA. Ao final do governo de Brizola no Rio Grande do Sul, grande parte daqueles que se encontravam no primeiro escalão do IGRA passaram a fazer parte da SUPRA. Paulo Schilling, João Caruso, Paulo Schmidt e Romeu Barleze<sup>33</sup> são somente alguns dos

---

33 Durante as entrevistas realizadas com Paulo Schmidt e Romeu Barleze, ambos são unânimes em afirmar que, apesar de terem ido participar da SUPRA com intenção de promover em âmbito nacional a experiência considerada por eles de sucesso no Rio Grande do Sul, o saldo não foi positivo. Especialmente porque, segundo eles, diferentes de Brizola, Jango não deu à SUPRA a mesma autonomia de trabalho que eles desfrutavam no IGRA.

antigos quadros do IGRA que participaram da iniciativa de promover, no plano federal, o mesmo trabalho feito no Rio Grande do Sul.

Durante o trabalho de campo foi possível localizar uma série de documentos que demonstram a última tentativa por parte do governo de criar meios pelos quais aquelas associações de trabalhadores rurais se mantivessem funcionando mesmo depois do final do governo de Brizola. Essa informação pode ser extraída de série de decretos de “reconhecimento de utilidade pública” assinados por Brizola “no apagar das luzes” de seu mandato como governador do estado. É importante que se destaque que, no ato da assinatura cada uma daquelas associações tinha por direito receber Cr\$ 100.000,00 e passava a desfrutar de reconhecimento legal. Isto possibilitava que, mais adiante, pudessem ser contempladas e reconhecidas para recebimento de outros benefícios, mesmo que agora, vindos do governo federal, por intermédio da SUPRA.

Somente nos meses de dezembro de 1962 e janeiro de 1963 foram reconhecidas associações de trabalhadores rurais sem terra e de pouca terra nos seguintes municípios: Alegrete, Canela, Encruzilhada do Sul, Erechim, Esteio, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Sapiranga, Sapucaia, Camaquã, Canoas, Giruá, Osório, Pelotas, Rio Grande (4), Rio Pardo, Santiago, Campinas do Sul, Carazinho, Cruz Alta, Itaqui, Passo Fundo, Rolante, Santa Bárbara do Sul, São Francisco de Assis, Uruguaiana (3), Marcelino Ramos, Guaíba, Caxias do Sul e São Jerônimo. Ao todo, trinta municípios foram alvo dos decretos. O que não significa que o número de associações reconhecidas seja o mesmo, em muitos municípios eram validadas mais de uma associação, como nos casos de Rio Grande, com quatro associações de trabalhadores rurais reconhecidas como de utilidade pública, além de Uruguai que contava com três na mesma condição. Outra informação relevante é que o reconhecimento destas não significa que foram criadas a partir de tal ato, ao contrário, juntamente com os decretos estão agrupadas as atas e os estatutos desta e as datas de criação de algumas delas são inclusive de épocas anteriores ao próprio governo de Brizola e ao MASTER. Essa informação é importante para que se coloque em destaque que o processo de emergência de grupos de trabalhadores rurais organizados, que tomou corpo durante o governo de Leonel Brizola não era produto somente daquela conjuntura, a demanda pela revisão da estrutura agrária do estado já estava colocada anteriormente, o que merece destaque é que naquele momento o governo estadual se mostrou favorável àquela reivindicação, prestando o apoio que possibilitou a emergência de movimentos como o MASTER.

Essa questão remete ao problema apresentado no início desta seção, como era possível o MASTER ser responsável por aquelas primeiras ocupações de terra, argumento este que foi reforçado pelos demais relatos apresentados ao longo das últimas páginas, se nenhum daqueles que participaram diretamente das ocupações sequer mencionam o MASTER? É possível que este desencontro esteja na forma pela qual se reconhecem os movimentos sociais no Brasil atualmente. A referência de movimento idealizada atualmente é marcada por fortes elementos simbólicos que se consagram em uma forma (SIGAUD 2000). A atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), desde seu surgimento na década de 1980, tem forte impacto nessa referência, inclusive na criação de modelos para outros movimentos (ROSA 2009a). A partir de suas incursões pela Zona da Mata pernambucana, Sigaud destacou que ali figurava um conjunto de símbolos que diziam respeito a uma linguagem reconhecida não somente por aqueles que demandavam terra, mas também para os antigos senhores de engenho e, especialmente, pelo Estado, personificado na figura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). A autora aponta que a mobilização de determinados signos como a bandeira do movimento, além da lona preta eram alguns dos recursos básicos dessa comunicação. Enquanto a bandeira servia para garantir a filiação daquele acampamento a um determinado movimento, a lona era o recurso mobilizado



para comunicar que determinado sujeito pretende fazer parte do grupo acampado, ao construir sua barraca e cobri-la com a mesma. É cada vez menos provável que ao se deparar, na beira das estradas do Brasil, com barracas de lona preta e uma bandeira vermelha hasteada não se faça uma associação direta ao MST. Para fins deste trabalho, uma das questões a serem consideradas é se o uso de uma específica referência de movimento social em favor da reforma agrária, como é o caso do MST, não dificulta a análise do caso do MASTER.

Uma semelhança entre as situações descritas por Sigaud e as encontradas nos registros sobre as primeiras ocupações ocorridas em 1962 no Rio Grande do Sul é o papel destacado que o Estado ocupa nesse processo. Como bem pode ser verificado no seguinte trecho:

Só o Estado brasileiro tem o poder e a legitimidade para realizar desapropriações, mas esse poder tem sido exercido a partir de uma relação de dependência do Incra em face dos *movimentos*, que lhe indicam, com os acampamentos, qual engenho deve ser desapropriado dentre os inúmeros improdutivos que existem na mata pernambucana. Ao atender a demanda oriunda dos engenhos ocupados, o Incra tem reconhecido a justiça da reivindicação e sobretudo conferido legitimidade, com o poder de que dispõe, à forma acampamento. Essa legitimidade se constitui na contribuição específica do Incra à proliferação dos acampamentos. E é sempre invocando a possibilidade real de que o Incra venha a desapropriar um engenho que militantes realizam seu trabalho de mobilização para as ocupações e que os trabalhadores se sentem seguros para delas participar (SIGAUD, 2000:90-91).

Como exposto acima, o investimento empírico da autora produziu relações que ao mesmo tempo se aproximam e se distanciam dos casos apresentados no Rio Grande do Sul na década de 1960. Aproximam-se porque, assim como em Pernambuco, as ocupações ocorridas em solo gaúcho também tinham a intenção de indicar aquela propriedade a ser desapropriada pelo governo do estado, como nos casos de Sarandi e do Banhado do Colégio. Além disso, fica evidente que, para a autora, a “forma acampamento” se consagra por meio do estabelecimento de comunicação com o Estado, esta que se dá por meio do INCRA, parte do aparato burocrático que compõe o governo federal. Da mesma forma, nos casos apresentados a partir da experiência gaúcha, as mobilizações estabelecem esta comunicação entre demandantes e governo do estado por meio de parte de seu aparato institucional, no caso, o IGRA.

Por outro lado, as distinções que se apresentam entre os dois casos também são evidentes. Bem como destaca a autora, as experiências narradas por ela são produtos de pesquisa em acampamentos realizados em Pernambuco por diferentes grupos, entre eles o MST, que foi consolidando através do tempo uma determinada forma de estabelecer a legitimidade de suas demandas. Isto é, está implícito um processo histórico de amadurecimento desta forma cristalizada nos escritos de Sigaud. Por outro lado, conforme foi dito anteriormente, o caso do Rio Grande do Sul, senão constitui o marco zero dessas iniciativas de ocupar terras como forma de reivindicar sua desapropriação, em muito se distingue dos eventos narrados por Sigaud por razão exata da falta dessa linguagem estabelecida que a autora bem destaca como chave para o atendimento daquelas demandas. Ao mesmo tempo, se faltava uma forma de relação legitimada entre estado e movimento social, sobrava disposição do primeiro em estimular experiências como aquelas das ocupações que, nos dias de hoje parecem indicar menor dependência de disposições favoráveis ou incentivos por parte do poder público para que ocorram.

Rosa (2009b) se debruçou sobre grande parte dos eventos narrados aqui, investigando o MASTER, o governo Brizola e, especialmente, as ocupações de terra. Mesmo tendo como uma de suas principais preocupações a discussão sobre a construção da categoria sem-terra, algumas de suas conclusões são bastante pertinentes ao caso discutido aqui:

Ao partir do MASTER, dos acampamentos realizados no interior do Rio Grande do Sul na década de 1960 e de sua imbricação com processos de transformação nas prioridades do governo de Leonel Brizola, fomos conhecendo a figuração na qual a categoria política do “sem-terra” emerge. Ela surgiu em um jogo de forças não necessariamente planejado que tinha como sujeitos centrais pessoas que ocupavam cargos públicos. Foram prefeitos, secretários de estado e até mesmo um governador que protagonizaram a consagração não planejada dessa expressão ao torná-la objeto de políticas públicas que permitiriam ao Estado dirimir problemas sociais em áreas rurais. A associação dessa categoria ao acampamento como forma de reivindicar na fazenda Sarandi em janeiro de 1962 marcou o início de sua transformação em forma de ação coletiva. Uma ação que, defendemos, não fora organizada pelo MASTER. Esse movimento teria se apropriado da *forma acampamento* (Sigaud, 2000) a partir do momento que a ação de desapropriação da fazenda Sarandi, realizada pelo prefeito de Nonoai e seus correligionários, transcorreu de forma legítima. Assim tanto o governo, como o MASTER e as pessoas que desejavam seu próprio pedaço de terra passaram a ter mais confiança nessas ações coletivas. Confiança que vinha, segundo os vários depoimentos que colhemos na antiga Fazenda Sarandi, de ver o vizinho, amigo ou parente conseguir terras por esses meios oficiais. Todas as ações garantidas, desde o começo por sujeitos que ocupavam legitimamente lugares públicos (ROSA 2009b:220).

Parte das afirmações do autor apresentadas acima se confirmaram por esta pesquisa, entretanto, algumas questões podem ser mais elaboradas a partir do caminho feito até aqui a fim de retratar a política agrária do governo Brizola. Conforme apontado acima, uma das intenções destacadas do autor é verificar as condições de emergência da categoria “sem-terra”. Diferentemente do exposto pelo autor (2009b:201), que afirma que “[é] nos documentos do IGRA que a expressão ‘sem-terra’ vai aparecer pela primeira vez”, pôde-se destacar no capítulo anterior que a categorização de um grupo enquanto “sem terra” aparece como possibilidade para a efetivação de políticas de reforma agrária quase quinze anos antes, ainda na elaboração da Constituição do estado em 1947. Apesar disso, essa divergência de datas é importante porque obriga que se questionem as razões pelas quais somente no governo Brizola ela passou de fato a ser explorada e utilizada dentro das possibilidades para que se justificassem as iniciativas de redistribuição de terras colocadas em prática pelo governo.

Nessa direção, o autor aponta para uma questão central explorada tanto no capítulo anterior quanto no atual, a importância que deve ser atribuída a fato de que determinadas pessoas ocupavam posições de destaque naquela *figuração* e isto foi primordial para que se pudesse permitir a impressão de uma nova lógica nas margens de possibilidades de agricultores sem terra. Tão importante quanto a data em que a categoria “sem terra” passa a ser reconhecida é verificar as razões pelas quais esta permaneceu latente na Constituição gaúcha até 1961, só passando a ser mobilizada pelo governo Brizola. Vale ressaltar que o dispositivo constitucional, conforme foi descrito no capítulo anterior, passou a fazer parte da Carta Magna do estado por interesse do PTB em 1947. Isto permitiria uma interpretação primária de que o governo Brizola teria passado a mobilizar essa prerrogativa por razão de sua filiação partidária, também petebista. Entretanto, essa primeira interpretação não se aplica se for considerada que entre a finalização do texto constitucional e a eleição de Brizola, outros governadores, também petebistas, passaram pelo Palácio Piratini sem que se utilizassem daquela prerrogativa para realizar mudanças na estrutura agrária do estado. De tal forma que, se for colocada de lado, ao menos parcialmente, a determinação partidária para a utilização do recurso, o que permanece? Permanecem pessoas como Brizola, João Caruso, Schmidt e Barleze, que como aponta Rosa (2009b) “ocupavam cargos públicos”, estes que imprimiram às iniciativas que emergiam naquele momento a legitimidade que movimentos reivindicativos

como o MASTER precisaram para levar a frente suas mobilizações. Esta é a maior diferença entre o quadro descrito por Sigaud e o encontrado nos relatos referentes ao caso gaúcho da década de 1960. Enquanto no último caso foi necessário que estas pessoas que ocupavam papéis de destaque dentro do governo estadual tomassem para si a iniciativa de apoiar a demanda por terra; nos tempos atuais, juntamente com a cristalização de uma forma de se reivindicar se cristalizou também o reconhecimento do Estado dessa demanda como justa, garantindo a permanência em seu aparato burocrático de espaços como o INCRA.

Por outro lado, Rosa (2009b:220) tem opinião bastante categórica sobre a não participação do MASTER na ocupação da Fazenda Sarandi. O autor afirma, inspirando-se no construto de Sigaud, que a partir daquela ocupação o movimento teria se apropriado da "forma acampamento" aplicada com sucesso em Sarandi para fazer emergir um sem número de outras ocupações pelo estado. As informações recolhidas até aqui podem sugerir conclusões diferentes às apontadas pelo autor. Entretanto, a mesma dificuldade encontrada em ligar a ocupação da Sarandi ao MASTER se repete no caso do Banhado do Colégio, conforme visto na primeira seção deste capítulo. Além do que, não foi possível localizar sequer um documento que garantisse semelhança entre todos eventos que ocorreram a partir da Sarandi, o que dificulta a conclusão de que os eventos a partir deste tenham sido organizados pelo movimento.

Os caminhos refeitos até aqui sugerem que a conexão entre as ocupações nas áreas rurais do Rio Grande do Sul durante a primeira metade do ano de 1962 são bastante difíceis de constatar. Como visto, não foi possível estabelecer qualquer relação entre as ocupações de Sarandi e do Banhado do Colégio, entretanto, nas palavras de Barleze, tanto membro do MASTER quanto ex-funcionário do governo estadual, Calixto e Epaminondas eram "lideranças do MASTER". Além dele, vale recordar Paulo Schilling, que também teve participação no governo e no movimento e reafirma em seus escritos que o acampamento da Sarandi tinha sido realizado pelo MASTER. De qualquer forma, mais fácil do que atestar os vínculos entre essas diversas mobilizações e o movimento é verificar, ao menos naquelas que foram exploradas neste trabalho, uma proximidade destacada entre essas iniciativas e o apoio do governo estadual.

Ainda assim, caso sejam recuperados a variedade de relatos apresentados aqui, especialmente aqueles de pessoas como Cleto, Carlos Araújo e Seu Chico, que participaram diretamente do evento, suas versões reforçam a posição de Rosa (2009b) de que o acampamento da Sarandi não tenha sido realizado pelo MASTER, mas um grupo que sem terras sob a liderança de um prefeito muito próximo ao governador. Por outro lado, o Banhado do Colégio apresenta uma diferença com relação ao acampamento anterior que necessita ser considerada, a existência de uma associação de trabalhadores rurais sem terra à frente da mobilização. A presença dessa associação é forte indicativo da relação deste segundo acampamento com o MASTER porque, conforme foi amplamente apresentado, o movimento era formado exatamente por esses grupos.

Para além desse debate, o importante em ambos os processos era que se reconhecesse a imagem de "movimento organizado", porque essa era uma das principais prerrogativas para que o poder público pudesse atender a demanda dos sem terra, sejam eles liderados por um primo do governador ou por um presidente de associação de trabalhadores rurais. Quanto mais se prossegue a análise dos dados reunidos, mais elementos sugerem que as mobilizações eram organizadas e articuladas a partir de lideranças políticas locais que articulavam trabalhadores rurais para, a partir do apoio do poder político estadual, passar a promover os acampamentos. Por fim, merece destaque que um dos elementos mais importantes para a promoção da política agrária do governo Brizola foi a existência desses movimentos reivindicatórios. Estes, que com o passar do tempo, ficaram consagrados sob o nome de

MASTER, e consolidaram uma estreita relação de interdependência com o governo onde o segundo fornecia meios de ampliação de sua organização enquanto que o primeiro, por meio de suas atividades, tornava público para a população do estado e para o restante do país a necessidade de promoção dos projetos de reforma agrária que serão analisados no capítulo seguinte.

### **CAPÍTULO III – ASSENTADOS, PROJETOS E REAÇÕES**

Tento em vista a análise realizada nos capítulos anteriores, que contemplaram tanto a consolidação das autarquias responsáveis pelo ordenamento dos projetos de reforma agrária do estado, quanto a emergência de mobilizações em favor desta, o terceiro e último capítulo do trabalho traz principalmente algumas informações práticas sobre os resultados alcançados pelo governo estadual. Além disso, também serão discutidas algumas reações dos opositores a política agrária desenvolvida no período.

Dessa maneira, a primeira parte do capítulo concentra-se em apresentar a forma de seleção dos agricultores sem-terra a serem assentados nas áreas dos projetos, destacando a série de pré-requisitos que cada um deles deveria cumprir para ser contemplado. A segunda parte diz respeito a descrição dos projetos de reforma agrária que foram desenvolvidos. Além disso, destaca-se outra importante parte da política agrária do governo Brizola, o intenso processo de legalização de terras de posseiros realizado entre 1959 e 1962, que apesar de não contar com a mesma visibilidade dos projetos de colonização, também merece papel de destaque entre as atividades do governo na questão fundiária do estado.

Por fim, faz-se um investimento na direção apontar as reações contrárias às medidas adotadas pelo governo de Leonel Brizola. Neste sentido, as informações sugerem que grande parte das medidas mais contundentes contra os aquela política foram postas em prática depois do final do governo. Ainda assim, busca-se apresentar algumas questões pertinentes que se deram ainda durante aquela legislatura e também algumas medidas repressoras tomadas tempos depois.

#### **3.1- O “vestibular” dos sem-terra e o apelo ao latifúndio**

Depois de um período de consolidação do aparato institucional destinado a promover projetos de reforma agrária e do início das mobilizações em favor desta, o governo do estado do Rio Grande do Sul passa à fase de implantação desses projetos quase que concomitantemente a emergência das reivindicações. As informações recolhidas sugerem que após o cumprimento dos trâmites legais correspondentes a cada área (como assinatura do decreto de desapropriação, como ocorrido na Sarandi, ou da declaração de utilidade pública, no caso da área do Banhado do Colégio), uma das primeiras iniciativas tomadas à época era o cadastramento, por parte do governo, das pessoas que se envolveram nas ocupações, para que estas pudessem participar da seleção dos futuros assentados para a área.

As informações referentes a esse processo de seleção dos interessados sugerem duas frentes. A primeira delas era o cadastramento dos participantes dos acampamentos, sendo o processo realizado no próprio local, por funcionários do governo e do cartório municipal. Conforme destaca Schmidt sobre esse momento no Banhado do Colégio:

Então quando nós chegamos, a primeira coisa que nós fizemos foi formar uma comissão de trabalho, estado, técnicos, e agricultores pretendentes a terra. Inclusive com gente da exatonia de Camaquã por causa da titulação, para poder examinar bem as coisas. E preencheram fichas todos que pretendiam terras e essas fichas foram analisadas. O primeiro critério é um critério essencial, um vestibular. Se o cara não cumpre, não atende aquela exigência mínima ele já é descartado.

A segunda possibilidade dos agricultores interessados poderem fazer parte do processo de seleção era, segundo Barleze, fazerem a sua inscrição nas coletorias estaduais<sup>34</sup>. Ele destaca que mesmo que o pretendente já participasse das associações que compunham o MASTER, este tinha de se inscrever para que o governo pudesse identificar cada interessado individualmente.

Mais do que simplesmente apresentar o nome, para fazer parte do cadastro dos pretendentes a terra, o interessado tinha de responder a uma grande variedade de questões. O registro a ser preenchido pelos agricultores dividia-se em três partes principais, a primeira requeria os dados pessoais e da família, a segunda referia-se aos dados profissionais e, por último, uma parte chamada pretensões, relacionada, entre outras coisas, ao local em que o pretendente buscava a terra.

FICHA DE INSCRIÇÃO	
n.º local	n.º geral

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

**REGISTRO DE AGRICULTORES PRETENDENTES A TERRA**

MUNICÍPIO: \_\_\_\_\_ Distrito: \_\_\_\_\_ Lugar: \_\_\_\_\_

**DADOS PESSOAIS e da FAMÍLIA:**

Nome: \_\_\_\_\_ Lugar nascimento: \_\_\_\_\_  
 Data nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_ anos — Alfabetizado? \_\_\_\_\_ — Eleitor? \_\_\_\_\_  
 Documento de identidade: \_\_\_\_\_ Estado civil: \_\_\_\_\_ — Data nascimento: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_  
 Nome da mulher: \_\_\_\_\_  
 Alfabetizada? \_\_\_\_\_ — Eleitora? \_\_\_\_\_ — Tem filhos? \_\_\_\_\_ — Quantos? \_\_\_\_\_ — Vivos? \_\_\_\_\_  
 Mortos? \_\_\_\_\_ — Masculinos? \_\_\_\_\_ — Femininos? \_\_\_\_\_ — Registrados? \_\_\_\_\_ — Escolarizados? \_\_\_\_\_  
 Alfabetizados? \_\_\_\_\_ — Nomes e datas nascimento: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ — Filhos eleitores: \_\_\_\_\_

**DADOS PROFISSIONAIS:**

Agricultor, criador, peão trabalhador? \_\_\_\_\_ — Ocupação atual? \_\_\_\_\_  
 Possui terras? \_\_\_\_\_ — Localização: \_\_\_\_\_  
 Área total? \_\_\_\_\_ ha. — Área plantada? \_\_\_\_\_ ha — Principais culturas? \_\_\_\_\_  
 Título de posse: \_\_\_\_\_  
 É arrendatário, parceiro ou intruso? \_\_\_\_\_ — Nome do proprietário: \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ — Área total \_\_\_\_\_ ha. — Área cultivada: \_\_\_\_\_ ha.  
 Principais culturas: \_\_\_\_\_  
 Arrendamento ou percentagem que paga: \_\_\_\_\_  
 Tem contrato de arrendamento ou parceria? \_\_\_\_\_ — Prazo do mesmo: \_\_\_\_\_  
 É agregado ou assalariado? \_\_\_\_\_ — Permanente ou temporário \_\_\_\_\_  
 Nome do empregador: \_\_\_\_\_ — Salário? \_\_\_\_\_  
 Já teve terra própria? \_\_\_\_\_ — Como a perdeu? \_\_\_\_\_  
 Há quanto tempo se dedica à agricultura? \_\_\_\_\_ — Os pais do pretendente são ou eram agricultores? \_\_\_\_\_ — É associado a alguma  
 Cooperativa ou Associação de Agricultores? \_\_\_\_\_ — Qual? \_\_\_\_\_ — Tem rádio? \_\_\_\_\_

**PRETENSÕES:**

Que área de terra pretende adquirir? \_\_\_\_\_ ha. — Preferencialmente, onde? \_\_\_\_\_ — À vista ou  
 a prazo? \_\_\_\_\_ — Qual o material agrário e animais de serviço de que dispõe? \_\_\_\_\_  
 Sua casa é aproveitável? \_\_\_\_\_  
 Outros recursos: \_\_\_\_\_  
 Já conseguiu algum financiamento? \_\_\_\_\_ — De que organismo? \_\_\_\_\_  
 Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/196\_\_\_\_ — Ass. pretendente: \_\_\_\_\_

Figura 6: Registro de Agricultores Pretendentes a Terra - Acervo Paulo Schmidt

Schmidt, ao falar sobre o processo de escolha dos assentados no Banhado do Colégio, usa o termo “vestibular” para definir a situação. O emprego da palavra passa a fazer mais sentido se forem considerados os dados exigidos pela ficha de registro reproduzida acima. Eram as informações colhidas a partir de cada formulário que eram utilizadas como critério de

34 Repartição fiscal arrecadadora de impostos.

seleção a escolha daqueles que seriam assentados. Ainda assim, a necessidade de informações como a quantidade de filhos e a idade destes, ou mesmo dados sobre o tempo que o pretendente à terra trabalhava na agricultura podem ser melhor entendidos quando esclarecida que a forma de seleção se dava por pontos, conforme reproduzido abaixo:

**Condições essenciais:**

Não ser proprietário ou possuir apenas área rural reconhecidamente insuficiente para a sua subsistência.

Ter mais de 21 anos ou emancipado.

Ter encargo de família.

Apresentar atestado de boa conduta.

Não ter atividade lucrativa, de caráter permanente, estranha à agricultura.

**Classificação:**

Os candidatos que satisfaçam as condições essenciais serão classificados por pontos obtidos de acordo com a seguinte escala:

**1- Domicílio e procedência:**

a) Morador na gleba a ser colonizada como arrendatário, meeiro, parceiro ou posseiro, 25 pontos.

b) Como assalariado agrícola, 15 pontos.

c) Procedentes de outras áreas rurais do estado, 10 pontos.

**2- Capacitação:**

a) Tradição agrícola, 15 pontos.

b) Tradição nas atividades específicas do núcleo, 20 pontos.

**3- Bens de produção:**

a) Aos agricultores que dispuserem de todos os bens de produção para a exploração da área que lhe for concedida será atribuído um máximo de 20 pontos.

**4- Idade:**

a) de 21 a 30 anos, 10 pontos.

b) de 31 a 40 anos, 8 pontos.

c) de 41 a 50 anos, 6 pontos.

d) de 51 a 60 anos, 4 pontos.

e) de mais de 60 anos, 2 pontos.

**5- Estado civil:**

a) Casado, 5 pontos.

**6- Dependentes:**

a) Serão atribuídos dois (02) pontos por filho legítimo ou natural, dependentes menores de 18 anos, até o limite de 20 pontos (Segundo *O Banhado do Colégio Hoje*, de 29 de maio de 1989, edição comemorativa aos 27 anos do assentamento no local).

Ao considerar os critérios apresentados acima, pode-se melhor compreender as razões de determinadas questões colocadas aos sem-terra no momento de realização do cadastramento. Além disso, também é possível definir quem eram aqueles que o governo do estado pretendia contemplar em seus projetos de reforma agrária. A partir da contabilização dos pontos pode-se determinar o seguinte perfil: homem jovem, com filhos menores de 18 anos, morador da área a ser distribuída, com “tradição agrícola”, isto é, experiência comprovada no trabalho da terra, e possuidor de “bens de produção” que pudessem ser empregados imediatamente na lavoura. Esse “agricultor modelo” estava relacionado com a forma de produção que pretendia ser desenvolvida a partir da implantação dos projetos, o fato de se valorizar a força de trabalho jovem, com filhos, se relacionava com a intenção do governo de que as áreas impactadas pelos projetos de reforma agrária não fossem caracterizadas somente pela distribuição das terras, mas principalmente pela inclusão desses assentados no processo produtivo. Segundo conta Barleze, a valorização de determinados

elementos como a posse de instrumentos para a lavoura era importante diante da escassez de recursos que o governo do estado atravessava, fator que dificultava os investimentos na política agrária estadual. Segundo ele, essa valorização não apresentava um interesse de restringir o público alvo, mas de possibilitar que, especialmente aquelas primeiras experiências, tivessem mais chance de obter sucesso. O ordenamento dos projetos, os direitos e deveres de cada um dos contemplados serão mais bem apresentados na seção seguinte.

Ainda em janeiro de 1962 o governo do estado lança o Programa Projetos Especiais de Reforma Agrária e Desenvolvimento Econômico-social (PRADE)<sup>35</sup>. O programa apontava a forma pela qual o governo do estado atuaria na promoção dos projetos de reforma agrária. Em resumo, ficava definido que seria elaborado um projeto específico para cada local, atendendo às especificidades deste. Dentre os diversos artigos presentes no decreto, alguns deles merecem destaque, tais como:

Art. 4º - Cada PROJETO deverá prever ou abranger um número nunca inferior a 30 pequenas ou médias propriedades, numa área contínua e compreender todos os estudos relacionados com sua organização, inversões e financiamentos, rentabilidade, serviços comuns, habitação, educação e treinamento, assistência técnica e dentária, recreação, funcionamento, administração e técnicas e planos de produção a serem desenvolvidos como também estudos sobre comunicações, transporte mercado, inclusive sobre as possibilidades de instalações de indústrias para beneficiamento dos próprios produtos ou para aproveitamento de mão de obra disponível.

Art. 5º - Preferentemente as organizações supervisoras e executoras dos PROJETOS respectivos devem, de início, ser associações dos próprios agricultores a que as irão integrar, sob a presidência e responsabilidade do executor e representante do Estado. Tais associações deverão ter personalidade jurídica e quando de início não for possível organizá-las com estrutura cooperativista, devem transformar-se logo que sejam preenchidas condições mínimas necessárias em cooperativas autônomas, apenas normalmente assistidas pelos órgãos técnicos do Estado. (...)

Art. 7º - As áreas e terras para a realização dos PROJETOS previstos neste Decreto serão:

- 1- Terras de propriedade do Estado;
- 2- terras oferecidas ou doadas pela União ou pelos municípios;
- 3- terras adquiridas ou desapropriadas pelo Poder Público;
- 4- terras oferecidas aos agricultores sem terra, através do Poder Público, por particulares, para pagamento num prazo mínimo de 10 anos, sem juros e desde que comportem a execução de um PROJETO técnico adequado.
- 5- terras de pequenos proprietários, em numero nunca inferior a 30, que espontaneamente desejam se associar, reagrupando e reestruturando suas glebas em unidades econômicas cooperativas, para a realização de um PROJETO técnico, desde que a área resultante permita a sua execução (Decreto nº 13.063 de 29 de janeiro de 1962).

Os três artigos apresentados acima trazem alguns dos elementos que marcaram os projetos que foram desenvolvidos pelo governo do estado. Nos dois primeiros, fica evidente a intenção de que os projetos não fossem pautados exclusivamente pela distribuição de terras. Uma série de outras preocupações deviam ser consideradas para a implantação nas áreas, como obras de infra-estrutura, investimentos na área educacional e de saúde. Além disso, outra característica marcante a ser destacada era o forte incentivo técnico prestado pelo governo do estado. Mais do que somente garantir o acesso à terra, a proposta de reforma agrária desenvolvida a partir daquele momento apresentava claras preocupações em tornar aqueles empreendimentos auto-sustentáveis com o passar do tempo. Nessa direção, há de se destacar que a alternativa adotada pelo governo era de incentivar a criação de cooperativas de

---

35 Por meio do decreto nº 13.068 de 29 de janeiro de 1962.



trabalhadores rurais nas áreas de assentamento, de no mínimo 30 associados, que contariam com o apoio técnico do governo até que atingissem maior autonomia. Por fim, o último artigo destacado anuncia quais seriam as áreas em que os projetos seriam desenvolvidos. Além disso, pode-se extrair daí duas informações relevantes, a primeira delas é a possibilidade de organização de pequenos proprietários em grupos de, no mínimo, trinta associados para receber do governo o mesmo apoio técnico a ser oferecidos aos demais beneficiários dos projetos a serem criados, ou seja, tratava-se de uma política de estímulo à organização de cooperativas de pequenos produtores rurais, sejam eles já detentores de pequenas propriedades ou mesmo demandantes dela. O segundo ponto a ser destacado no último artigo reproduzido na página anterior é a possibilidade de que fossem criados assentamentos e reforma agrária em áreas que tivessem sido oferecidas por particulares, nos mesmos moldes praticados pelo governo nas demais áreas. Esse item poderia passar despercebido, entretanto, a alternativa de doação de áreas foi incentivada pelo governador com um apelo<sup>36</sup>, assinado pelo próprio e publicado em jornal de grande tiragem no estado, no qual pedia que os grandes proprietários “*inspirados nos princípios de fraternidade cristã*”<sup>37</sup> colaborassem com ofertas de glebas para a realização de novos projetos que pudessem reunir 25 ou mais pequenas propriedades. No pedido, o governador garantia o apoio técnico para a realização dos projetos de assentamento e facultava aos proprietários que ofertassem as áreas o direito de escolher metade dos futuros contemplados, desde que atendidas as exigências mínimas estabelecidas.

O próprio governador e sua esposa, Neusa Goulart, ofertaram aproximadamente 40% de sua propriedade localizada em Ozório, a Fazenda Pangaré. Em carta<sup>38</sup>, os dois pedem que a área seja dividida em pequenas propriedades e vendida a “camponeses legítimos”, para pagamento em 15 anos. O documento não apresenta data aparente, mas a resposta do responsável pela elaboração dos projetos data de 19 de março de 1962, ou seja, a iniciativa de doação de Brizola sugere que a ação do governador se deu pouco depois de divulgado o apelo pelas doações das áreas.

Na área doada por Brizola e sua esposa, o governo do estado foi capaz de concluir o projeto de assentamento antes do final de seu governo. É importante destacar que esses planos de colonização passaram a ser desenvolvidos exatamente um ano antes do fim do mandato do governador, ou seja, nem todos os projetos estavam concluídos em janeiro de 1963, último mês daquele governo.

Além da área cedida por Brizola, pode ser localizado nas mensagens do governador à Assembléia Legislativa, durante o ano de 1962, o registro da oferta, por parte do então presidente João Goulart, de 1000 hectares de sua propriedade em São Borja, a Fazenda Maragata. Ainda nesta direção, em Alegrete, um homem chamado Dr. José Medeiros teria colocado à disposição do estado uma área de 1020 hectares para a realização de planos de reforma agrária nos mesmos moldes dos demais. Apesar destas primeiras iniciativas, nenhum projeto chegou a ser desenvolvido nas duas áreas. Não foram encontradas informações relativas a outras doações de áreas para a realização de assentamentos.

### 3.2 - Os Planos de Colonização e Reforma Agrária

---

36 Nota publicada sob o título “Apelo aos grandes Proprietários de terra”, dia 04 de março de 1962 no jornal Correio do Povo.

37 Vale recordar que a mesma argumentação fora utilizada entre as justificativas para a desapropriação da Fazenda Sarandi.

38 A carta se encontra entre os diversos outros documentos relacionados a política agrária do governo, compilados e publicados num pequeno caderno sob o título IGRA.

Conforme foi enunciado anteriormente, os projetos de colonização e reforma agrária somente passaram a ser desenvolvidos no último ano do governo de Leonel Brizola. Fato que limitou o alcance e a conclusão de parte dos projetos iniciados. Fonte importante das informações referentes a estes estão apresentadas nas mensagens do governador enviadas à Assembléia Legislativa durante o ano de 1962. Outras foram localizadas em documentos do IGRA<sup>39</sup> e, por fim, outros dados foram colhidos nas entrevistas com os funcionários do governo. É necessário que seja registrado que alguns dados referentes aos projetos são pouco conclusivos. Exemplo disso é o número de assentados em cada uma das áreas que tornaram alvos dos projetos de colonização e assentamento do governo. Em alguns casos estes números e demais informações mais específicas aos planos desenvolvidos até foram encontrados, mas freqüentemente eram desmentidos por outras fontes. Se por um lado a divergência de números se aplica em alguns casos, por outro, a análise de determinados projetos ficou comprometida pela pouca informação localizada. Desta feita, o caminho adotado aqui é de apresentar as informações encontradas, mesmo que por vezes contraditórias, sem a pretensão de esgotar as possibilidades de análise referentes a estes projetos.

A forma de atuação do IGRA no desenvolvimento dos projetos se iniciava com um levantamento da área onde estes seriam implementados, a equipe técnica do instituto visitava o local e realizava os estudos necessários para que fossem estabelecidos o tamanho dos lotes e o tipo de cultura mais indicada para o local. O momento seguinte era a demarcação das futuras propriedades e o início das obras de infra-estrutura. Concomitantemente às duas etapas descritas, o IGRA realizava o estudo dos interessados e definia aqueles que iriam ocupar os lotes da área, segundo os critérios de pontuação apresentados anteriormente. Cumpridas estas etapas, ou seja, com aqueles a serem contemplados já definidos, assim como o número e os limites dos lotes, passava-se a etapa de distribuição - o sorteio de quem ocuparia cada uma das glebas. Segundo Paulo Schmidt, na época coordenador chefe do IGRA, a opção do instituto pelo sorteio buscava evitar qualquer tipo de favorecimento entre os contemplados.

Uma informação importante precisa ser destacada, nenhuma das áreas repassadas aos sem-terra eram doadas, todos pagavam por elas. Os projetos foram concebidos para que os assentados passassem a pagar pela área depois de um ano da entrada no lote, em parcelas anuais durante dez anos, estas acrescidas de juros módicos. Romeu Barleze conta que os assentados não podiam vender nem transferir a concessão, mas tinham direito a uma linha de crédito no banco do estado. Depois de quitada as parcelas, os assentados receberiam o título definitivo de propriedade. Segundo contam Paulo Schmidt e Barleze, a idéia inicial de Brizola era repassar diretamente as áreas para os sem-terra, sem cobrança por elas, mas teria sido convencido por eles e por outras pessoas próximas, também do governo, que a doação não provocaria nos assentados o “sentimento de ter batalhado por aquela terra”, o que nas palavras de Schmidt e Barleze, seriam fundamentais para que aqueles empreendimentos tivessem sucesso. Eles contam que o fato de terem de pagar pela terra obrigava seus ocupantes a produzir e prosperar, atribuindo a ela ainda mais valor que seu correspondente monetário.

A disponibilidade da linha de crédito foi uma das medidas importantes para que os assentados pudessem dar seus primeiros passos nas áreas de assentamento. Romeu Barleze relembra que, especialmente no caso do Banhado do Colégio, foi necessário que o estado intercedesse para que os agricultores pudessem receber os recursos:

Essa gente não tinha nada. E como é que tu vai dar? Então o Brizola chamou o Banco do Rio Grande. Então o banco vai dar um empréstimo para cada um dos contemplados para comprar um junta de boi, um arado, a semente a secretaria dá,

---

39 Parte considerável dos documentos sobre as atividades do IGRA foram compiladas e publicadas durante o ano de 1962.

adubo não precisava, a terra era muito fértil, as coisas mínimas assim. Vamos imaginar hoje uns 3 mil reais, calculo empírico assim, que dava para umas coisas assim, um pouco de comida. Até chegar a primeira safra, plantar milho. Aí o banco do Rio Grande abriu essa linha de crédito em Camaquã. Mas esses caras chegavam no banco e o banco pedia garantias, para fazer a ficha, faz um cadastro, aí o cara [diz] para o gerente: 'Mas doutor e nem sei assinar! Nunca tive bosta nenhuma, como é que eu vou fazer?!?!' Aí eles me levaram ao conhecimento disso e eu disse ao Brizola que não dava, que as regras do Banco não permitem. Aí ele chamou o Hélio Dias, um dos diretores do Banco, lá no palácio para uma conversinha. Daí ele perguntou: 'E aí Hélio?' Que respondeu que eram regras dos bancos todos, só que nós quebramos isso![Brizola diz]Então vamos quebrar! E aí se quebrou a regra de financiar só dessa forma e foram permitidas a essa gente... a gente vai ficando velho e vai ficando emocionado. Bom, enfim, com isso essa gente apanhou o empréstimo e o Banhado do Colégio é o que é hoje. Porque a primeira safra foi uma safra recorde por hectare, e aí adiante eles caminharam sozinhos. Deu para mostrar ao Rio Grande que o trabalho valeu a pena.

A passagem acima apresenta um pouco das dificuldades que aqueles que passaram a ter acesso a terra enfrentaram no primeiro momento. Período em que até mesmo as condições básicas para permitir a capitalização de recursos no banco do estado tiveram de ser revistas para que os agricultores pudessem passar a produzir.

O primeiro plano de colonização a ser iniciado pelo governo, repetindo o movimento inaugural da criação do acampamento e desapropriação, foi na área da Fazenda Sarandi. É importante destacar que, para o caso específico desta área, foi localizado um documento extenso, intitulado “Plano de Colonização da Fazenda Sarandi” que continha um ordenamento completo de todo o projeto a ser desenvolvido na região. A primeira parte do plano consistia na apresentação da análise do clima, solo e topografia da área, determinando as culturas a serem desenvolvidas na área e as benfeitorias a serem construídas. Por fim, a segunda parte do plano tratava da organização da cooperativa a ser criada na região e as formas de pagamento da propriedade recebida pelo assentado. Esta última questão será tratada adiante, por ora o que se busca destacar é o esforço posto em prática pelo IGRA na elaboração do plano que dava início aos projetos de reforma agrária do governo. Merece destaque também que nenhum outro plano foi encontrado para as demais áreas onde foram realizados projetos similares.

O caso da Fazenda Sarandi, apesar de ter iniciado as desapropriações realizadas pelo governo, não foi o local onde o projeto de assentamento mais prosperou. Os decretos de desapropriação do governo do estado foram contestados judicialmente pelos antigos proprietários, questionando o valor pago pelo governo pela área. Os debates a respeito da Sarandi se mantiveram com o passar dos anos, sendo aquela região palco de algumas das primeiras ocupações de terra registradas após o golpe militar, estas já na década de 1970<sup>40</sup>.

As dificuldades legais enfrentadas pelo governo parecem ter atrasado a implantação do ambicioso projeto e, conseqüentemente, a distribuição de terras na Sarandi. Segundo o jornal O Rio Grande<sup>41</sup>, foram assentadas 80 famílias na Sarandi ainda no governo Brizola, já o Última Hora<sup>42</sup> afirma que 103 receberam terra na área em janeiro de 1963. Ainda segundo o mesmo jornal, o governo seguinte, de Ildo Meneghetti, teria revisto o decreto de desapropriação, aumentando em quase vinte vezes o valor inicialmente pago pela área e modificando o projeto inicial. Além disso, o novo governador teria destinado quase metade da fazenda desapropriada para a criação de granjas mecanizadas e reservado o restante para o

40 Todos os desdobramentos e novas ocupações na área da Sarandi até a década de 1970 são encontradas na análise de Rosa, como mencionado anteriormente, com previsão de publicação para o primeiro semestre de 2010.

41 De agosto de 1979.

42 De 08 de março de 1968.

assentamento de parte dos cadastrados no governo anterior.

O caso do projeto do Banhado do Colégio, como foi dito em outros momentos, foi a empreendimento de reforma agrária de maior sucesso realizado pelo governo. Em minuta do IGRA sobre os projetos em desenvolvimento na época, destaca-se que na área seria possível realizar o assentamento de até 800 famílias. Entretanto, segundo o jornal Zero Hora<sup>43</sup>, foram distribuídos 240 lotes, com aproximadamente 20 hectares cada um. Além disso, teriam sido construídos a sede da cooperativa e dois secadores de grãos, além de um prédio de alvenaria para o funcionamento da escola local. Já Paulo Schmidt garante que o número de famílias assentadas na área do banhado foram 196<sup>44</sup>. Apesar da divergência entre o número de assentados ainda no governo Brizola, o sucesso do empreendimento no local pode ser notado pelo resultado alcançado aproximadamente um ano depois do início dos trabalhos, com a comemoração da “Festa do mar de milho” realizada em março de 1963, celebrando a safra recorde alcançada pelos antigos sem-terra.



**Figura 7: Entrega dos Títulos de Concessão no Banhado do Colégio - Camaquã – Em destaque, governador Leonel Brizola (à esquerda, de camisa clara) Paulo Schmidt (abaixo, de costas) e o Secretário João Caruso (ao fundo, pela direita) –Acervo Paulo Schmidt - s.d**

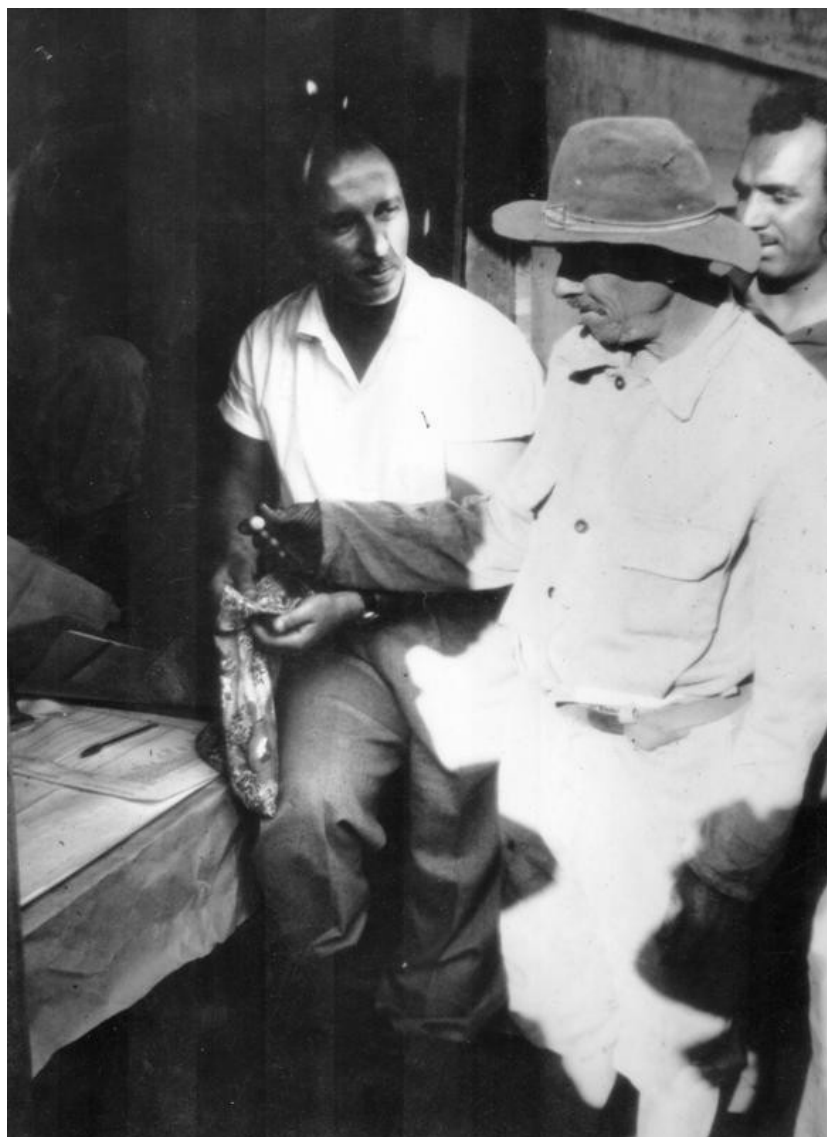
43 De 19 de maio de 1989.

44 Paulo Schmidt conta que no caso do Banhado do Colégio a regra sobre a seleção dos assentados teve uma alteração. Apesar dos critérios pré-estabelecidos, foi determinado que Epaminondas e mais outros dois homens que estiveram junto dele na liderança da mobilização recebessem um lote cada um, independente de conseguirem atender a todos os requisitos necessários.

Vide as informações a respeito dos dois casos apresentados acima, as dificuldades encontradas pelo governo no desenvolvimento dos planos de colonização em Sarandi e Camaquã parecem estar em parte relacionadas ao status jurídico das áreas para onde os projetos foram idealizados. Enquanto a primeira era uma propriedade privada, a segunda era área de propriedade do estado. As disputas sobre a legalidade das áreas parecem ter sido um dos principais problemas enfrentados pelo governo, na medida que outras que não tiveram sua situação contestada contaram com seus projetos de assentamento realizados com maior eficiência, como sugerem as informações referentes aos casos de Bacoparí e Itapuã.

O projeto realizado em Bacoparí, conforme mencionado anteriormente, foi desenvolvido em parte da Fazenda Pangaré, doada pelo próprio governador. Em mensagem enviada a Assembléia no ano de 1962, pode-se verificar que o projeto estava em fase final, com 25 lotes demarcados, de 38 hectares cada, a serem distribuídos aos sem-terra. Além disso, o registro aponta que estava também destinada uma área para a construção de uma escola no local. Sobre o projeto para a Fazenda Pangaré, Paulo Schmidt afirma que era um “projeto modelo”, e reafirma a informação de que foram assentadas 30 famílias na área da antiga fazenda do governador e sua esposa.

Ainda nos registros das mensagens do governador à Assembléia podem ser localizadas informações sobre 3.000 hectares de terra, já de propriedade do governo, no município de Itapuã. A mensagem informa ainda que a área estava sendo inspecionada por técnicos para levantamento sobre as possibilidades de ocupação da área. Segundo Paulo Schmidt, o projeto em Itapuã foi concretizado, sendo assentadas aproximadamente 30 famílias na área.



**Figura 8: Sorteio dos lotes em Itapuã - Em destaque, Paulo Schmidt, ao fundo (direita), e assentado, em primeiro plano - Acervo Paulo Schmidt - sd.**

Entre as mensagens do governador para a Assembléia Legislativa no ano de 1962, ainda podem ser encontradas indicações sobre a realização de estudos em áreas para futuros assentamentos na cidade de Alegrete (duas áreas), Cachoeira do Sul, São Borja, São Luiz Gonzaga, Itaqui, Giruá, São Jerônimo e Canguçu. Paulo Schmidt confirma que algumas dessas áreas chegaram a ser analisadas pelos técnicos do IGRA, em outras foram negociadas as possibilidades de desapropriação, mas segundo o antigo coordenador chefe do instituto, não houve tempo hábil para a distribuição de lotes em nenhuma destas localidades. Ainda assim, Schmidt afirma que para algumas destas áreas foram deixados planos adiantados a serem desenvolvidos pelo futuro governo.

Outra importante frente da política agrária do governo Brizola figurava entre as prioridades do governo desde a criação da CETH, ainda em 1960, e foi confirmada com a criação do IGRA, em 1961. Tratava-se da legitimação de áreas ocupadas por famílias de posseiros, muitas das vezes em terras devolutas, há várias décadas. Diferente dos planos de colonização, por razão das mobilizações de grupos organizados e mesmo de algumas ações de desapropriação tomadas pelo governo estadual, esse trabalho de legitimação de áreas de

ocupação antiga não atraiu a mesma atenção. Tanto que na pouca bibliografia que discute a política agrária do governo Brizola, são lembradas com mais frequência as mobilizações e as desapropriações realizadas pelo governo. Entretanto, os números encontrados em alguns documentos, somados as informações conseguidas nas entrevistas, sugerem que, ao menos proporcionalmente, parte da política agrária adotada pelo governo estadual naquele período deve ser lembrada pelo intenso processo de emissão de títulos para posseiros.

Os números sugerem uma intensificação dessa política paralela à intensidade na qual o governo passa a enfrentar os problemas fundiários do estado, como pode ser localizado nas mensagens do governador à Assembléia Legislativa no ano de 1962, no item Legitimação de Terras para Pequenos Agricultores:

**Tabela 2 – Legitimação de terras para Pequenos Agricultores (1960-1961)**

Ano	Quantidade de Títulos Expedidos
1959	1191
1960	4247
1961	3128

Como pode ser visto a partir dos dados expostos acima, há um considerável aumento na emissão de títulos em 1960 se comparado ao ano anterior. Como apresentado no primeiro capítulo, neste mesmo ano foi criada a CETH, que tinha entre seus objetivos a legalização dessas áreas. Já em 1961, ano da criação do IGRA, apesar de apresentar números inferiores ao ano anterior, as quantidades de títulos distribuídos aos posseiros ainda se mantêm bastante superior ao primeiro ano de governo.

Essa política de legalização da propriedade de posseiros é lembrada com bastante entusiasmo por Paulo Schmidt, que a reconhece como uma das principais atividades realizadas no âmbito da política agrária daquele governo. Segundo ele, grande parte daqueles que foram contemplados com o título de posse durante aquele governo não tinham, até então, nenhuma defesa quando a área por eles ocupada era contestada. O antigo coordenador chefe do IGRA recorda que muitos daqueles contemplados ocupavam áreas desde a chegada dos primeiros imigrantes italianos e alemães e, mesmo assim, permaneciam na ilegalidade.

Paulo Schmidt relata ainda que o governo contava com equipes especiais para essa atividades, formadas por técnicos e engenheiros que se deslocavam até as áreas, realizavam as medições necessárias, atestavam a condição de ocupação e davam prosseguimento ao processo de legalização da área e emissão do título para os ocupantes. Segundo Schmidt, essa atividade rendeu a legalização de 15000 lotes de pequenos agricultores durante o governo Brizola no Rio Grande do Sul. Caso sejam considerados que o número de títulos emitidos durante os três primeiros anos de governo passam dos 8 mil, não seria pouco provável que no último ano de governo, exatamente aquele no qual se intensificou a aplicação da política agrária do governo estadual, este tenha distribuído pouco mais de 6 mil títulos, totalizando os números apresentados por Schmidt.

Foram poucos os documentos encontrados sobre essa atividade de legalização de títulos posta em prática por parte do governo estadual, possivelmente isto tenha ajudado a manter essa questão fora do que é convencionalmente recordado sobre aquele governo. Os planos de colonização realizados pelo governo estadual, conforme foi dito, atraíram muito mais atenção do que a política de legalização de terras. Se forem comparados numericamente, o número de famílias atendidas por meio da legalização das áreas ocupadas supera enormemente aquelas contempladas pelos planos de colonização. Entretanto, apesar de as

duas atividades fazerem parte da política agrária colocada em prática pelo governo estadual, não devem ser encaradas da mesma forma. No caso da emissão de títulos para posseiros, ao Estado cabia atribuir legitimidade a uma situação de estabilidade. Em último caso, o governo do estado já apresentava dentro da burocracia estatal meios garantir aos posseiros um mecanismo de defesa sua condição. Já no caso da promoção dos planos de reforma agrária, conforme pode ser visto até aqui, o governo estadual teve de construir os meios que garantiram a ele a possibilidade de implementação dos projetos, ou seja, a divergência na abrangência dos dois programas também está relacionada a necessidade desse processo de criação de estruturas governamentais, como o IGRA, para que pudessem atribuir legitimidade não só das demandas que emergiam de espaços externos a ele, mas também para as suas próprias ações.

Dessa forma, é preciso que fique registrado que a política agrária do governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul não deve ser exclusivamente relacionada aos projetos de colonização e assentamento que foram desenvolvidos. Parte considerável dela esteve presente e atuante durante toda aquela legislatura, por meio da legalização da situação das áreas de posseiros.

### 3.3– As reações à Reforma Agrária:

Quando são postas em prática políticas públicas como as apresentadas aqui, que passaram a criar possibilidades de acesso à terra a um grupo de trabalhadores rurais que anteriormente não dispunham desta condição é importante que se contemple também os atores que se posicionaram contrariamente aos projetos desenvolvidos. Dessa forma, o principal foco da presente seção é explorar, ao menos parcialmente, as reações provocadas pela implementação da política agrária do governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul.

Essas reações não foram facilmente percebidas durante a elaboração da pesquisa, foi preciso que se ultrapassasse a data do final do governo Brizola para que se pudesse ter a dimensão aproximada do quanto a política agrária posta em prática durante aquele governo foi combatida. Isto é, para que se expusesse aqui as reações ao governo Brizola foi necessário que se considerasse ações tomadas depois do fim daquela legislatura.

Durante a realização do trabalho de campo, os antigos funcionários do governo eram perguntados sobre as indisposições criadas com a adoção de medidas como as desapropriações de terra. As respostas normalmente convergiam para a impossibilidade da contestação destas medidas por parte dos representantes de grupos de grandes produtores rurais do estado diante da fundamentação jurídica e o completo atendimento de todos os trâmites legais necessários para que aquelas decisões fossem reconhecidas como legítimas. Ainda nesta direção, os entrevistados reforçam que as reações mais contundentes se deram especialmente depois do fim do governo Brizola, quando a direção da política agrária foi revista e parte daquela que havia sido iniciada no governo anterior passou a não contar com o mesmo apoio. Essas questões serão mais bem trabalhadas adiante, neste momento procura-se apresentar algumas possíveis interpretações para essa distinta reação de representantes de grupos de grandes proprietários de terra no governo Brizola e no seguinte.

A primeira razão a ser apresentada é o tradicional monopólio do uso da força por parte do Estado, apresentado por Weber (2004). Se forem refeitos os caminhos apresentados até aqui, pode-se verificar que um fator determinante para implementação da reforma agrária durante o governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul foi o apoio dado pelo governo do estado à organização e ação dos movimentos reivindicatórios, apoiando inclusive a aplicação prática desse monopólio da força na defesa dos acampamentos, conforme foram apresentados os casos em Sarandi e Camaquã, quando o governador envia a Brigada Militar, para impedir



reações violentas às mobilizações dos sem-terra. Neste caso, o monopólio da força foi consagrado nas ordens de proteção aos acampados. Por outro lado, o governo seguinte, opositor às iniciativas de Brizola, não se garantiu a mesma segurança, e iniciativas que anteriormente tinham no governo do estado forte apoio passaram a ser reprimidas.

Além desta questão de transferência do poder entre partidos políticos distintos, PTB e PSD, há de se considerar outra dimensão, o período do governo em que a política agrária estadual tomou contornos mais fortes, especialmente se forem contempladas as posições da Federação da Agricultura do Estado do Rio Grande do Sul (FARSUL) durante o governo Brizola. Caso seja recordado que a política agrária do governo teve como momento de maior atividade o último ano de Brizola a frente do estado, é preciso ser considerada a possibilidade de que a resposta dos setores mais desagradados com os caminhos seguidos pelo governador fosse o forte investimento numa candidatura de oposição a ele. Paulo Schmidt, ex-funcionário do IGRA, afirma que nas eleições para a sucessão de Brizola, em 1962, o PSD contou fortemente com o apoio dos representantes dos grandes proprietários rurais.

Era uma riqueza maravilhosa, um investimento terrível. A campanha do Meneghetti, foi quem ganhou essa eleição do Brizola, foi a coisa mais rica que já houve. Com a história do perder a terra. Do Brizola tomar a terra deles, isso provocou um investimento dos fazendeiros todos, das grandes fortunas. Por incrível que pareça o nosso candidato era banqueiro, era Micaelson, banqueiro! E foi derrotado! O Brizola tentou equilibrar politicamente com uma pessoa com uma formação social, socialista dentro dos limites, mas um homem de bom senso, um homem sério, mas mesmo assim nos perdemos a eleição. Pela riqueza! Você não imagina o que foi essa campanha!

Dessa maneira, há de se considerar a possibilidade de que a principal resposta dada a política agrária de Brizola por parte de seus opositores ainda durante seu governo tenha sido o apoio a uma campanha que garantisse que o PTB não sairia vitorioso das próximas eleições para o governo do estado. Ainda sobre as reações da FARSUL, se forem tomados alguns documentos do próprio governo do estado, pode-se perceber que este não se posicionou de forma intransigente às reivindicações dos representantes deste grupo. Ao contrário, é possível localizar documentos que atestam que havia diálogo entre governo e a FARSUL, muito embora sugeriram que este somente tenha se iniciado a partir do momento que o governo do estado passou a desapropriar terras e a promover projetos de reforma agrária. A nota que o governo publica em jornal de grande circulação do estado, em março de 1962, pedindo aos grandes proprietários que cedam parte de suas áreas para os projetos de reforma agrária, afirma:

Nos termos sugeridos pela FARSUL pedimos ofertas de glebas próprias para a cultura do arroz, para o pagamento pelos agricultores, num prazo mínimo de 10 anos, juros módicos e que comportem, em áreas em área contínua de 25 ou mais pequenos proprietários (Apelo aos Grandes Proprietários de terra – Correio do Povo de 04 de março de 1962).

Essa nota e as implicações de sua publicação já foram analisadas na seção anterior, deixando claro que o clamor do governo para que os grandes proprietários de terra cedessem áreas não surtiu grandes efeitos. Por outro lado, a partir passagem acima fica explicitado que o governo não somente estabeleceu uma linha de diálogo com representantes de grandes proprietários do estado - como a FARSUL -, mas também teria estabelecido diretrizes de ação de política agrária a partir desse contato.

Segundo Eckert (1984:118), em fevereiro de 1962, a FARSUL teria iniciado as

negociações com o governo do estado na direção da criação de uma Comissão Mista, composta por representantes dos dois grupos, para discutir os rumos da questão agrária no estado e no país. Ainda segundo a autora, uma das exigências da FARSUL para aceitar iniciar as negociações era que fossem interrompidas as mobilizações e ocupações de terra iniciadas no mês anterior. Além disso, teria sido solicitado que o governo revisasse a área desapropriada no Banhado do Colégio. Nessa direção o governo do estado divulga uma nota na imprensa nos seguintes termos:

Esclarecimento do Governo do Estado sobre a Questão Agrária:

I – Esta Comissão deverá trabalhar intensamente no decurso desta semana, esperando-se que ao término deste prazo seja possível encontrar um denominador comum que, no caso, seria apresentado como contribuição do Rio Grande do Sul ao Governo Federal, que neste instante procura tomar as mais importantes decisões sobre o problema;

II – Diante do clima de entendimento e de trabalho que ora se forma, o Governo do Estado recomenda a todos os agricultores reivindicantes de terra e, também, a todos quanto propugnam pela reforma agrária que permaneçam em confiante expectativa e se abstenham de movimentos reivindicatórios ostensivos comprovando-se dessa forma, e mais uma vez, o desejo de todos que estas angustiantes questões encontrem soluções concretas e objetivas.

III - Esta recomendação não significa qualquer proibição de reuniões pacíficas, como o que até agora tem ocorrido, o que seria ilegal e arbitrário, mas confia o Governo do Estado ampla compreensão de todos.

IV - Finalmente esta recomendação não se refere aos movimentos associativos os quais podem e devem prosseguir, sempre que inspirados em propósitos construtivos (ECKERT, 1984: 119-120).

Se por um lado, a nota reproduzida acima é indicativa de que as pressões sobre o governo passaram a se intensificar a ponto de que fosse criada uma comissão mista com a FARSUL e, até mesmo, chegar ao ponto de que o governo solicitasse a interrupção por uma semana das mobilizações em favor da reforma agrária, por outro lado, há de se destacar que a demanda feita ao governo pelos representantes dos grandes proprietários era que o primeiro fizesse interromper a onda de mobilizações que emergiram em janeiro de 1962. Isto é, a FARSUL não pediu ao governo que interrompesse as desapropriações ou mesmo a implantação dos projetos, práticas comuns reconhecidas à atividade do poder público, a demanda da federação de grandes proprietários foi de que o governo interrompesse a onda de ocupações. Esta postura reforça a proposta defendida aqui, e já apontada anteriormente, de que o governo estadual teve importância central na emergência das mobilizações por reforma agrária. A demanda da FARSUL no caso apresentado somente reforça essa interpretação.

Segundo Eckert (1984: 120-121), alguns pontos de acordo foram possíveis a partir do trabalho da Comissão Mista, mas não teria sido possível estabelecer se esses pontos teriam sido aplicados pelo governo. Ainda neste sentido, a autora traz informações sobre queixas de representantes da FARSUL de que o governo estadual não teria cumprido os acordos estabelecidos entre os dois (ECKERT 1984:121).

A outra demanda realizada pela FARSUL, da revisão da desapropriação do Banhado do Colégio também chegou a ser discutida. Paulo Schmidt, que na época era uma das principais figuras do IGRA, recorda da reunião que fez com os donos das áreas nos arredores do Banhado:

E havia essa discussão do sentido de propriedade. A discussão que eu tive com os proprietários do Banhado do Colégio. Eu peguei esse mapa do Banhado do Colégio do levantamento aéreo-fotobiométrico. Foi feita restituição em quadriculas de 40x40

e eu montei em um página no meu gabinete lá na Secretaria de Agricultura, na Voluntários da Pátria, no 8º andar, tinha uns 4 metros e meio de pé-direito, eu montei todo ele lá. A mesa de reuniões aqui e esse Nestor Jardim, amigo do meu sogro, tentou usar essa amizade para me cooptar. (...) E eu propus para ele que ele reunisse os proprietários lá no meu gabinete, não disse para ele, não entrei em detalhes, para nos conversarmos e encontramos uma solução. Porque estava uma briga aí, a imprensa nos baixando o pau de alto a baixo! Terras produtivas, isso, aquilo e tal.(...) Na época tava assim. (...) Primeiro eu deixei, numa sala de espera grande que eu tinha, cafezinho, água e depois mandei entrar. Foram entrando, foram olhando, de repente aquele baita daquele mapa, aí eu dizia: – Nestor tu viu essa tua propriedade aqui? Olha aqui essa represinha que tu fez aqui tchê? Olha, olha aqui tchê, até tuas cabeças de gado da pra ver aqui, ó? (risos) Tu já pensou, tchê? E ele se entusiasmou foram pra lá, ficaram vendo, e cada um procurando a sua e tal, e coisa. Aí começou a reunião, eu digo: - Bem, agora gente, eu quero dizer pra vocês que a história de Banhado do Colégio é mais conhecida de vocês do que de mim. Então a nós não adianta nós virmos aqui trocar acusações disso ou daquilo. Nem é essa minha intenção. O Senhor Quexé, era o apelido do Nestor Jardim, do líder, uma grande fortuna, bota fortuna nisso. Bom, Seu Quexé, ele me pediu uma reunião, estou aqui pra isso, para nós encontramos um denominador comum. Antes eu quero dizer o que nós fizemos. Dos 50 mil hectares do Banhado, que é isso aí, nós desapropriamos 19 mil. E vamos utilizar num primeiro momento cinco mil hectares. Essa é a área onde nós vamos proceder o primeiro núcleo e essa é o segundo núcleo de assentamentos. E a desapropriação é muito maior do que isso, é duas vezes isso. Mas o Banhado é 50 mil! Quer dizer, nos estamos tendo o cuidado de não querer, nos não queremos um metro de vocês! Do que é legítimo de vocês, nem um metro! Nós só queremos o que é do governo. Vocês me passem as escrituras de vocês, se vocês tem levantamento topográfico, nós vamos verificar no mapa a propriedade de vocês e vocês vão ver se são atingidas por essas áreas onde eu vou fazer esse apoio aí. Se tiver eu mudo! Eu caio fora! Vocês me passem as escrituras, meu pessoal vai examinar. (...) Até hoje não apresentaram as escrituras! Até hoje não apresentaram as escrituras e parou a briga!

A história do encontro de Schmidt com os proprietários das áreas próximas ao Banhado e, especialmente a resolução do caso, ou seja, a desistência destes de buscarem o confronto direto com o governo, ilustra a principal versão que os antigos funcionários apresentam quando perguntados sobre as resistências impostas pelos grandes proprietários à política agrária estadual. Isto é, tanto Barleze e Schmidt apontam que as iniciativas do governo na época apresentavam um grau de detalhamento que dificultavam as contestações por parte dos opositores das iniciativas, mesmo no plano legal.

Com o fim do governo Brizola, em janeiro de 1963, medidas mais contundentes passaram a ser tomadas contra os projetos de reforma agrária implantados durante o governo anterior. Exemplo disso foi o ocorrido em Bacopará, na área cedida pelo próprio governador. Segundo Schmidt, durante o governo de Ildo Meneghetti, o banco do estado teria recebido ordens de liquidar a dívida dos assentados da área, revertendo as condições inicialmente estabelecidas que garantiam aos sem-terra contemplados um prazo de carência até que tivessem condições de iniciar o pagamento dos empréstimos. Como resultado dessa decisão, quase todos os assentados da Fazenda Pangaré perderam suas terras. Vale recordar que o assentamento realizado em Bacopará era considerado pelo IGRA como um modelo a ser reproduzido nas demais áreas, além de configurar também uma idéia de “exemplo” a ser seguido pelos demais proprietários de terras, que deveriam, assim como o governador, ceder parte de suas áreas para a realização de assentamentos de sem-terras. Diante desses elementos, fica evidente uma tentativa de impedir que aquele modelo prosperasse.

Além de Bacopará, o assentamento do Banhado do Colégio também passou a sofrer represálias depois do final do governo Brizola. Há relatos de incêndios provocados nas pontes

que permitiam o escoamento da produção dos assentados. Além disso, os contemplados da área tiveram sua condição colocada em questão por meio de um artifício bastante controverso depois de golpe militar de 1964. Segundo conta Paulo Schmidt, a brigada militar entrava na casa dos assentados perguntando se possuíam o título de concessão da área, e quando eles mostravam os documentos eles eram destruídos pela polícia que os ordenava a deixar o local. Sabendo disso, um advogado chamado Otávio Caruso da Rocha, filiado ao PTB, procurou Schmidt para lhe contar o que estava sendo feito com os assentados do Banhado do Colégio. *“Um dia conversando comigo disse: 'Paulo'... e me contou isso. Digo: 'Ah, isso não é problema! Eu tenho pilhas desses títulos em casa, eu preencho de novo!'”*. Dessa forma, com os títulos em mãos, o advogado entrava na justiça impedindo que os assentados fossem retirados das suas áreas.

República dos Estados Unidos do Brasil  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO GAÚCHO DE REFORMA AGRÁRIA  
DIRETORIA DE TERRAS E COLONIZAÇÃO

**TÍTULO DE CONCESSÃO**

O Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio do Instituto Gaúcho de Reforma Agrária (IGRA), tendo em vista os levantamentos procedidos pela Comissão de Seleção dos Agricultores Sem Terra, selecionados de conformidade com a Legislação em vigor, e de acôrdo com os critérios selectivos por êle aprovados, resolve conceder ao cidadão

.....  
brasileiro, maior, agricultor, o lote rural de n.º ....., da Comunidade agrícola de n.º ....., no local denominado Fazenda Sarandi, no município de Sarandi, com a área de ..... hectares e as seguintes confrontações:

.....  
.....  
.....

Esta concessão é feita pelo preço de Cr\$ ..... o hectare, e de acôrdo com as prescrições regulamentares. O pagamento será realizado em dez prestações anuais, iguais e sucessivas, com um ano de carência.

Porto Alegre, ..... de ..... de 19 .....

.....  
Presidente do IGRA

**Figura 9: Modelo de Título de Concessão - Acervo Paulo Schmidt**

Como já foi dito anteriormente, apesar da repressão, a área de Camaquã foi onde o projeto de reforma agrária promovido pelo governo Brizola mais prosperou, sendo ainda hoje

uma área de concentração de pequenas propriedades. Por fim, o projeto da Sarandi também foi bastante alterado depois do final do governo Brizola. Em entrevista, João Manuel Ribeiro<sup>45</sup> afirma que depois do golpe militar de 1964 as áreas que estavam destinadas aos pequenos agricultores sem-terra foram repassadas a grupos ligados a lideranças da ARENA<sup>46</sup> da região:

Haviam arrendatários que deviam ter entregue a terra tão logo o estado assumiu pleno direito sobre o todo da Fazenda, mas como eram grandes empresas e grandes latifundiários, ficaram na terra e ainda armaram jagunços – quando não utilizavam a própria polícia – para evitar que as terras fossem invadidas (João Manuel Ribeiro em entrevista ao O Rio de Grande de 23 a 30 de agosto de 1979).

Com isso, os meios mais contundentes de repressão à política agrária do governo de Brizola no Rio Grande do Sul passaram a ocorrer somente depois do fim daquela legislatura. Esta reação se deu em dois planos, no primeiro buscou-se combater o modelo de projeto de reforma agrária idealizado pelo governo, criando dificuldades para a manutenção dos assentados, ao executar as dívidas contraídas junto ao banco do estado quando da implantação do projeto, conforme ocorrido na Fazenda Pangaré. Além disso, também foram postas em prática ataques diretos aos assentados, como aqueles contados por Schmidt, que buscavam limitar individualmente a capacidade de resistência de quem havia sido contemplado com a terra.

---

45 O Rio Grande de 23 a 30 de agosto de 1979.

46 A Aliança Renovadora Nacional (ARENA) era o partido político que constituía a base de apoio do regime militar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Parte deste trabalho está pautado em dizer um pouco mais sobre um tema bastante debatido. Falar sobre reforma agrária, especialmente no período imediatamente anterior ao golpe militar de 1964 não se trata propriamente de uma novidade. Por outro lado, ao se analisar a questão sob a ótica da política agrária colocada em prática pelos governos estaduais da época, como feito aqui, pôde-se reconhecer uma série de especificidades que, por vezes, são desprezadas em análises mais amplas. Grande parte dos debates sobre reforma agrária, relativos ao mesmo período contemplado por este trabalho, concentram-se em questões relativas ao âmbito da política federal. O caso exposto aqui serve para mostrar que maiores atenções podem ser dadas também ao âmbito estadual.

A análise da consolidação e atividade da política agrária do governo de Leonel Brizola no Rio Grande permitiu dar visibilidade a elementos perdidos em outros momentos da história, como a legislação criada em 1947 que permitiu um governo, quinze anos depois, legitimar suas desapropriações e seus planos de colonização. Ainda nessa direção, pôde-se reunir elementos que apontaram a fundamental importância deste governo no apoio a organização de grupos que realizassem a demanda por terras, para que assim, o mesmo governo pudesse agir dentro da legalidade, sem ter suas atividades contestadas. Colocando em prática uma forma de atuação política que, vistos aos olhos de hoje, pode parecer contraditória, mas que devem ser melhor compreendidos caso seja lembrado que alternativas como aquelas, de desapropriação de áreas e criação de assentamentos de colonos sem-terra, estavam distantes de ser as formas mais tradicionais de agir do poder público.

Dessa forma, a emergência de movimentos como o MASTER estiveram diretamente relacionados ao apoio garantido pelo governo estadual, o que não implica em garantir a tutela do segundo sobre as ações do primeiro. Na reconstituição dos acampamentos narrados neste trabalho, foi possível desvelar elementos que sugerem fortemente, se não a presença de representantes do próprio governo nesses movimentos, ao menos de pessoas próximas ao grupo político que naquele momento ditava as ações no governo do estado. É preciso recordar a ligação de Calixto com Brizola, no caso do acampamento da Sarandi e da presença do chefe de gabinete de João Caruso, então Secretário de Agricultura, como presidente de honra da associação dos sem-terra de Camaquã, esta última responsável pelo acampamento no Banhado do Colégio. Aliado a isso, pôde-se mostrar, mesmo que sem a mesmo grau de detalhamento, que grande parte dos processos reivindicatórios que surgiram posteriormente aos de Sarandi e Camaquã ocorreram em áreas que haviam sido anteriormente objeto de estudos e levantamentos por parte do mesmo governo do estado. Todas essas indicações favorecem bastante uma forte correlação entre governo e movimentos reivindicatórios. Entretanto, se essas informações são importantes por ilustrar a proximidade entre quem produz a demanda e quem a atende, colocando o governo como destaque central deste processo, é fundamental que não se reduza os movimentos reivindicatórios, como o MASTER, meramente a um instrumento de governo.

Quando foi analisado o caso da Fazenda Sarandi, Calixto é lembrado como um defensor da reforma agrária mesmo antes de que seu primo, Leonel Brizola, ocupasse o cargo de governador do estado. Apesar de breve, indicações como esta são significativas para que se compreenda que a idéia da luta pela terra não foi incutida na cabeça das pessoas por qualquer governo. O “mérito” deste último foi ter prestado apoio para que as mobilizações por reforma agrária passassem a ocorrer, especialmente por meio da organização de acampamentos. Ainda nesta direção, caso sejam pensados os episódios a partir da Sarandi, entram em cena as associações de trabalhadores rurais sem-terra, que se expandiram pelo interior do estado, mas

é bom que se destaque, que muitas outras existiam anteriormente ao próprio governo de Brizola. A atuação dessas associações merece ser destacada pois foram responsáveis pela força adquirida pelo MASTER, ao contemplar os diversos grupos de trabalhadores rurais “*sob um mesmo guarda-chuva*”, para utilizar a expressão de um dos antigos componentes do movimento.

O MASTER dava indicativos de sua força e presença a partir da teia de relações estabelecidas entre as diversas associações que o compunha, o que seguramente lhe reafirmava um destaque maior do que as associações, tomadas individualmente, jamais seriam capazes de alcançar. Com isso, torna-se necessário que se retome a importância do movimento para o governo estadual, pois o MASTER tornava público as mazelas de uma determinada faixa da população rural do estado que, até então, não desfrutava da mesma visibilidade. As ações do MASTER, fossem marchas ou acampamentos, geravam um espetáculo que ganhava a mídia, mobilizando espaços que em momentos anteriores não mostravam qualquer interesse pela situação individual de trabalhadores rurais. O movimento foi capaz de expor um problema, e este foi incentivado pelo governo porque o último verificava na situação fundiária gaúcha, além das mazelas impostas aos trabalhadores rurais, um entrave ao desenvolvimento do estado. Isto é, a atuação do MASTER foi fundamental para que o governo pudesse implementar a parte mais controversa de sua política agrária, aquela que realizava desapropriações e implementava projetos de colonização e reforma agrária nestas áreas.

Uma das maiores dificuldades nessa relação entre governo e MASTER é conseguir apontar objetivamente até onde cada um atuava. Conforme foi apontado no segundo capítulo deste trabalho, as informações colhidas sugerem uma aproximação maior a partir do ano de 1962, inclusive com o governo do estado passando a fomentar a criação de novas associações, que conseqüentemente reforçariam o movimento. Mesmo assim, o apoio prestado não permite reduzir as ações do movimento aos desmandos do governo. Como destaca Eckert (1984:126-127), na ocasião em que o governador pede que sejam cessadas as mobilizações reivindicatórias, em fevereiro de 1962, o MASTER realiza manifestações públicas de desagrado a iniciativa do governo de buscar o diálogo com a FARSUL. Nesse sentido, uma análise mais apurada dessa relação sugere que tanto governo quanto o próprio movimento tinham limites a suas formas de atuação naquele período. Se por um lado, o governo do estado, que claramente apoiava as iniciativas do MASTER, teve de sentar à mesa de negociação com os representantes dos grandes proprietários do estado, o movimento também não era capaz de não tornar público o seu descontentamento por essa iniciativa. Esse episódio é bem ilustrativo da relação que se estabelecia entre governo e movimento, uma ligação de apoio mútuo, mas que não excluía a independência de nenhum deles, numa palavra, o que marcava aquela relação entre o governo do estado e MASTER, no Rio Grande do Sul, no início da década de 1960, era interdependência.

Outro elemento a ser destacado neste momento é possibilidade de se verificar a permanência de um legado construído no Rio Grande do Sul entre o final da década de 1950 até o golpe militar de 1964. Parte considerável das informações que deram forma a este trabalho foram recolhidas de pessoas que vivenciaram aquelas experiências e, até os dias de hoje, guardam aquelas lembranças fortemente na memória com a certeza de que fizeram parte de um momento em que pessoas que antes eram pouco assistidas pelo poder público passaram a atrair novas atenções. Nesse sentido, a política agrária do governo Brizola não deve ser pensada como um projeto finito que se encerrou ao final daquele governo. Como foi apontado anteriormente, os principais quadros do IGRA, depois do final do governo Brizola, passaram a atuar na então recém criada SUPRA, órgão criado por João Goulart para fins muito próximos a aqueles idealizados ao instituto gaúcho, se o resultado, como os próprios ex-

funcionários afirmam, não seguiram o mesmo caminho, não pode ser desprezado que experiências como a criação e funcionamento do IGRA foram importantes para que se criasse no plano federal espaços similares como o da SUPRA. Esta que com o passar do tempo se transformou e mudou de nome, mas que hoje é o INCRA que, como também já foi dito, se constitui num dos espaços reconhecidos pelos movimentos sociais ligados a luta por reforma agrária como aquele a ser mobilizado por suas demandas atuais.

Por fim, ainda deve ser destacado que as experiências de mobilização colocadas em prática durante o governo de Leonel Brizola do Rio Grande do Sul parecem ser indicativas do momento de criação de um repertório de ação coletiva (TILLY 1995), caracterizada por uma forma de reivindicação inovadora, a criação de acampamentos nas áreas das propriedades reconhecidas pelos demandantes como passíveis de desapropriação. Essa forma de reivindicar, que como defendido aqui, emerge durante o governo de Brizola estreitamente ligada a proteção que o governo garantia aos acampamentos, com o passar do tempo se mostra independente desta proteção, se autonomizando já no governo seguinte, quando o MASTER ainda realiza acampamentos, agora sem contar com a mesma proteção proporcionada pelo governo anterior (ECKERT, 1984:233-234). A partir do golpe militar de 1964, um período de latência dessa forma de reivindicação parece operar, mas a partir da década de 1970, quando novas mobilizações passam a ocorrer, parte delas se assemelham às realizadas anos antes. Elementos como este sugerem que, apesar da repressão imposta aos representantes daquela iniciativa a partir da instauração do golpe militar, traços de um repertório de ação coletiva se mantiveram, mesmo sem contar com o mesmo apoio prestado pelo poder público em outros tempos, garantindo a permanência de uma forma que muito se assemelha aquele que dá corpo ao MST, criado a quase vinte anos depois, em Encruzilhada Natalino, uma área entre os municípios de Nonoai e Sarandi<sup>47</sup>, que anos antes havia visto o primeiro acampamento, liderado pelo “*primo malucão*” do governador do estado.

---

47 Ver mais *Onde tudo começou: Os sem terra de ontem e hoje* em <http://www.mst.org.br/jornal/290/destaque> .



## BIBLIOGRAFIA

- AGUIAR, Ricardo (1991) **Leonel Brizola: uma trajetória política**. Rio de Janeiro: Record.
- BANDEIRA, Moniz (1979) **Brizola e o Trabalhismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- BORGES, Antonádia (2009) **O emprego na política e suas implicações teóricas para uma antropologia da política**. In GRIMBERG, M., ALVARES, M. e ROSA, M (orgs) Estado e movimentos sociais: estudos etnográficos em Argentina y Brasil.
- BOURDIEU, Pierre (2007) **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- BRAGA, Kenny; SOUSA, João; DIONI, Cléber; BONES, Elmar(2004) **Leonel Brizola: Perfil, discursos, depoimentos (1922/2004)**. Porto Alegre: Assembléia Legislativa do RS.
- CARDOSO, Claudira do Socorro Cirino (1999). **Partido de Representação Popular: política de alianças e participação nos governos estaduais do Rio Grande do Sul de 1958 e 1962**. Dissertação de Mestrado. PUC, Porto Alegre.
- CALLADO, Antônio (1979) **Tempo de Arraes: a revolução sem violência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- CANDIDO, Antônio (2002) **Um Funcionário da Monarquia: Ensaio sobre o Segundo Escalão**. Rio de Janeiro: Ouro sobre o Azul.
- CAMARGO, Aspásia (1979) **A questão agrária: Crise de Poder e Reformas de Base (1930-1964)**. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – INDIPO/FGV, Rio de Janeiro.
- COSTA, Luiz Flávio Carvalho (1996) **O Sindicalismo rural brasileiro em construção**. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- COSTA, Luiz Flávio; SANTOS, Raimundo (1998) **Política e reforma agrária**. Rio de Janeiro: Mauad.
- DELGADO, Guilherme Costa (1999) **A questão agrária no Brasil, 1950-2003** in Luciana Jaccoud (orga.) **Questão Social e Políticas Sociais no Brasil Contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.
- ECKERT, Córdula (1984) **Movimentos dos Agricultores Sem Terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964**. Dissertação de Mestrado. CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro.
- ELIAS, Norbert (1994) **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_ (1997) **Os alemães: A luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- \_\_\_\_\_ (2004) **Escritos e Ensaios: Estado, Processo e Opinião Pública**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

GEHLEN, Ivaldo (1985) **A luta pela terra no sul a partir do caso dos colonos de Nonoai**. In SANTOS, J. T. dos (org.) *Revoluções Camponesas na América Latina*. São Paulo, Editora da Unicamp/ICONE

GINZBURG, Carlo (1991) **A Micro-História e Outros Ensaios**. Lisboa: Difel.

GRILL, Igor (2003) **Parentesco, redes políticas e partidos: as bases das heranças políticas no Rio Grande do Sul**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

HARRES, Marluza Marques (2002) **Conflito e Conciliação no processo de reforma agrária do Banhado do Colégio – Camaquã/RS**. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

HEINZ, Flávio (2005) **O Parlamento em tempos interessantes: breve perfil da Assembléia Legislativa e de seus deputados – 1947-1982**. Porto Alegre: CORAG.

IBGE (1965) **Divisão Territorial do Brasil**. Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/GEBIS%20-%20RJ/DTB1963.pdf>.

LEAL, Victor Nunes (1974) **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Editora Perspectiva.

LEITE FILHO, Francisco das Chagas (2008) **El caudilho: Leonel Brizola**. Rio de Janeiro: Aquariana.

MARTINS, José de Sousa (1983) **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes.  
\_\_\_\_\_ (1994) **O poder do atraso. Ensaios de sociologia da história lenta**. São Paulo: Hucitec.

MEDEIROS, Leonilde (1982) **A questão da Reforma Agrária no Brasil (1955-1964)**. Dissertação de mestrado. USP, São Paulo.

\_\_\_\_\_ (1989) **História dos Movimento Sociais no Campo**. Rio de Janeiro: Fase.

\_\_\_\_\_ (1998) **Os trabalhadores rurais na política: o papel da imprensa partidária na constituição de uma linguagem de classe**. In COSTA, L.F. e SANTOS, R. (orgs) *Política e reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad.

MIRANDA, Samir Perrone (2006) **Projeto de Desenvolvimento e Encampações no discurso do Governo Leonel Brizola: Rio Grande do Sul (1959-1963)**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

PALMEIRA, Moacir e LEITE, Sérgio (1998) **Debates econômicos, processos sociais e lutas políticas**. In COSTA, L.F. e SANTOS, R. (orgs.) *Política e reforma Agrária*. Rio de Janeiro: Mauad.

PRADO Jr., Caio (1996) [1960] **A questão agrária e a revolução brasileira**. In: SANTOS, R. (Org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*. Rio de Janeiro: Edur.

QUADROS, Claudemir (2003) **As brizoletas cobrindo o Rio Grande do Sul**. Santa Maria:

EditoraUFMS

ROSA, Marcelo (2000) **Os sem terra partido ao meio: um estudo de caso das relações sociais entre assentados e municípios receptores na região da Grande Porto Alegre –RS**. Dissertação de Mestrado. CPDA/UFRRJ.Seropédica.

\_\_\_\_\_ (2004) **O engenho dos movimentos: reforma agrária e significação social na zona canavieira de Pernambuco**. Tese de Doutorado. Iuperj, Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_ (2008) **Encruzilhadas: acampamentos e ocupações na Fazenda Sarandi, Rio Grande do Sul (1962-1980)**. Relatório de pesquisa.

\_\_\_\_\_ (2009a) **A “forma movimento” como modelo contemporâneo de ação coletiva rural no Brasil**. In GRIMBERG, M., ALVARES, M. e ROSA, M (orgs) Estado e movimientos sociales: estudios etnográficos em Argentina y Brasil.

\_\_\_\_\_ (2009b) **Sem terra: os sentidos e as transformações de uma categoria de ação coletiva**. Lua Nova, v 76, pp 197-227.

SCHILLING, Paulo (1979) **Como se coloca a direita no poder**. São Paulo: Global editora.

SENTO-SÉ, João Trajano (1999) **Brizolismo: Estetização na Política e Carisma**. Rio de Janeiro: Editora FGV.

SIGAUD, Lygia (1989) **“A presença política dos camponeses: uma questão de reconhecimento”**. In: CAMARGO, A. e DINIZ, E. Continuidade e mudança no Brasil da nova república. IUPERJ/Vértice.

\_\_\_\_\_ (2000) **“A forma acampamento: Notas a partir da versão pernambucana”**. Novos Estudos Cebrap, pp. 73-92.

\_\_\_\_\_ (2005) **As condições de possibilidade das ocupações de terra**. Revista Tempo Social, Sao Paulo, SP, v. 17, n. 1, pp. 255-280.

TARROW, Sidney (2009) **O poder em movimento: Movimentos Sociais e confronto político**. Petrópolis: Vozes.

TILLY, Charles (1995) **Contentious repertoires in Great Britain (1758-1834)**. In Mark Traugott (ed) Repertoires & Cycles of collective action. Durham and London: Duke University Press.

VASCONCELLOS, Gilberto Felizberto (2005) **A jangada do sul: Getulio, Jango e Brizola**. Porto Alegre: Casa Amarela.

WEBER, Max. (1982) **Ensaio de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores.

\_\_\_\_\_ (2004) **Economia e sociedade**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília.

## **ENTREVISTAS UTILIZADAS**

Carlos Araújo – entrevistado por Marcelo Rosa e Isabel Palmeira, setembro de 2004. Porto Alegre/RS

Cleto dos Santos – entrevistado por Marcelo Rosa e Isabel Palmeira, março de 2005. Porto Alegre/RS

Francisco dos Santos – entrevistado pelo autor, 23 de julho de 2009. Ronda Alta/RS

João Manuel Ribeiro – entrevistado pelo autor, 22 de julho de 2009. Ronda Alta/RS

Paulo Schmidt – entrevistado por Marcelo Rosa e Marcelo Hernandez, março de 2005. Porto Alegre/RS.

Paulo Schmidt – entrevistado pelo autor, 16 e 18 de julho de 2009. Porto Alegre/RS

Romeu Barleze – entrevistado pelo autor, 19 de julho de 2009. Carazinho/RS